



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LEONARDO VASCONCELOS DE ARAÚJO

**COMUNICAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO: QUEM DERA SER UM PEIXE,
INTERNET E ATIVISMO POLÍTICO**

FORTALEZA

2016

LEONARDO VASCONCELOS DE ARAÚJO

COMUNICAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO: QUEM DERA SER UM PEIXE, INTERNET E
ATIVISMO POLÍTICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Linguagens.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Vidal Nunes

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

A69c

Araújo, Leonardo Vasconcelos de.

Comunicação para mobilização : quem dera ser um peixe, internet e ativismo político / Leonardo Vasconcelos de Araújo. - 2016.

155 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2016.

Área de Concentração: Ciências sociais aplicadas.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.

1.Internet - Aspectos políticos - Fortaleza(CE). 2.Ativistas políticos - Fortaleza(CE). 3.Movimentos de protesto - Fortaleza(CE). 4.Facebook(Rede social on-line). 5.Quem dera ser um peixe(Grupo de ativistas políticos). I. Título.

CDD 302.231098131

LEONARDO VASCONCELOS DE ARAÚJO

COMUNICAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO: QUEM DERA SER UM PEIXE, INTERNET E
ATIVISMO POLÍTICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Linguagens.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Vidal Nunes

Aprovada em: 27/01/2016

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Márcia Vidal Nunes

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Orientadora

Professora Doutora Catarina Tereza Farias de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (UFC) / Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Professora Doutora Teresa Cristina Furtado Matos

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico este trabalho a todos os seus possíveis
leitores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores com quem tive contato durante a pesquisa e que contribuíram de alguma forma com esse trabalho. Em especial à minha orientadora, Márcia Vidal, às professoras que compuseram minha banca de qualificação, Catarina Tereza Farias de Oliveira e Teresa Cristina Furtado, e também à professora Glória Diógenes.

Agradeço, também, aos meus amigos de mestrado, os quais, daqui em diante, se tornarão amigos da vida: Amanda, Ícaro, Thiago, Soraya e Milena. Valeu pela força, galera. Sem vocês, isso aqui teria sido bem menos divertido.

Agradeço ainda a meus amigos fora do mestrado por compreenderem meus sumiços e pela força que me deram nas horas mais difíceis.

Agradeço à minha família por todo suporte e carinho, em especial ao Vitor, à Flávia, à Regina e ao Flávio. Amo vocês.

Agradeço, por fim, a todas as pessoas que passaram pela minha vida e que, embora não estejam mais tão presentes, significam o mundo para mim.

RESUMO

Essa dissertação pretende investigar como o Quem dera ser um peixe (QDSP) – grupo que se constituiu com o objetivo de se colocar contra a construção de um oceanário milionário na orla de Fortaleza – utilizou as redes sociais em sua prática comunicativa, a fim de mobilizar os usuários da internet em torno da questão do Acquario Ceará, instituindo, no percurso, novos processos de resistência e novos paradigmas de ação coletiva em nosso estado. Para tanto, estabelecemos como *corpus* da pesquisa a *fan page* “Quem dera ser um peixe” e o perfil “Peixuxa Acquario”, ambas do site Facebook – a plataforma mais frequentada pelo Quem dera ser um peixe. Escolhemos limitar nossa pesquisa a 2012, período de maior incidência do grupo na internet, ano que contou com um grande número de simpatizantes produzindo conteúdo e auxiliando a amplificar as denúncias contra a obra. A metodologia usada para abordar essa questão, além da descrição da prática comunicativa do Quem dera ser um peixe, tanto no espaço virtual, como no espaço real, foi a Análise de Mobilização de quadros, a qual busca compreender como se dá o alinhamento entre o enquadramento de uma instituição ou movimento social, por exemplo, e os atores sociais que a compõe, elemento essencial para se entender o processo de mobilização política. Além disso, recorreremos a quatro entrevistas com diferentes membros do Quem dera ser um peixe, a fim de compreender suas posições acerca de questões centrais para o grupo, como o papel da informação e da comunicação para o tipo de ativismo que pratica; e também de questões ligadas a sua forma de organização. Esse aspecto, em particular, é de grande importância e procuramos abordá-lo no trabalho, embora sem a pretensão de esgotar o assunto, por suas implicações na própria prática comunicativa do grupo. Partindo de um pequeno histórico da internet, delineamos como se deu sua passagem de tecnologia militar para suporte material da sociedade em rede, enfocando os usos que o QDSP fazia e faz dela. O acompanhamento de suas atividades fora do espaço virtual, em reuniões, ações, articulações foi de grande importância para dar materialidade aos dados coletados das plataformas de interação, fornecendo mais elementos capazes de dar conta da complexidade do fenômeno que representa o QDSP. Um aspecto que salta aos olhos, por exemplo, o qual só poderia ter sido observado por meio da ida a campo diz respeito à complexa relação estabelecida entre os integrantes do grupo e o Poço da Draga, comunidade popular que se localiza a poucos metros do Acquario. Em conclusão, podemos afirmar que o QDSP foi bem sucedido na condução de um ativismo virtual (o qual era subsidiado por extensas investigações e pelo uso inventivo e dinâmico da comunicação, borrando os limites entre ciberespaço e espaço real) que conseguiu não só barrar por diversas vezes a obra, como

também ampliar e popularizar muitas questões ligadas ao oceanário, a ponto de, hoje em dia, o projeto estar longe de ser uma unanimidade entre a população de Fortaleza.

Palavras-chave: Quem dera ser um peixe; Internet; Ativismo; Rede.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate how Quem dera ser um peixe (QDSP) - a group that was formed to put itself against the construction of a millionaire aquarium on the coastal line of Fortaleza - utilize the social networks in its communicational practice, in order to mobilize internet users around the issues involving Acquario Ceará, instituting, in this course, new processes of resistance and new models of collective action in our state. In order to do so, we established as research *corpus* the fan page "Quem dera ser um peixe" and the profile "Peixuxa Acquario", both from Facebook - the most attended platform by Quem dera ser um peixe. We choose to limit our research to the year of 2012, term in which the incidence of the group on the internet was most fruitful, counting on a great number of supporters producing content and helping to amplify the denounces against Acquario Ceará. Besides the description of Quem dera ser um peixe's communicational practice, in the "virtual" space as well as in the "real" space, the methodology used by us to address this question was the frame mobilization analysis, which intends to comprehend the functioning of the frame alignment between an institution or a social movement, for instance, and the social actors that are part of it, an essential element to understand to process of political mobilization. We resorted, as well, on four interviews with diferent members of Quem dera ser um peixe, in order to comprehend their positions about central matters to the group, like the role of information and communication, generally; to the kind of activism that it practiced; and also, matters related to its form of organization. This aspect, in particular, it is of great importance and we tried to approach it in our work, although without the intention of exhausting the subject, due to its implications on the communication practice of the group. Departing from a brief historic of the internet, we outlined how it turned from a military technology to the material support of the network society, foccusing on the uses that QDSP did and do of it. The monitoring of the group's activities outside the "virtual" space, on reunions, activities, articulations, was of great importance to give materiality to the data collected from the platforms of interaction, providing more elements capable of apprehend all the complexity of QDSP as a social phenomenon. One aspect that stands out, for instance, that could only be observed by going to the field, is the complex relation between Quem dera ser um peixe and Poço da Draga, a popular community located few meters from the aquarium. In conclusion, we can assert that QDSP was successful on the conduction of a virtual activism (which was subsidized by extense investigations accomplished by the group and by the inventive and dynamic use of communication, blurring the line between cyberspace and "real" space) that not only

prevented, on several occasions, the construction of the aquarium, but also amplified and popularized issues related to Acquario Ceará, to the point that, nowadays, it is far from being accepted by Fortaleza's people.

Keywords: Quem dera ser um peixe; Internet; Activism; Network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Maquete virtual do Acquario Ceará.....	26
Figura 2 - Bloco “Unidos contra o Acquario” no carnaval de 2012.....	28
Figura 3 - Bloco “Unidos contra o Acquario” no carnaval de 2012.....	29
Figura 4 - “Inundação” do dia 12 de abril de 2012.....	33
Figura 5 - “Inundação” do dia 12 de abril de 2012.....	34
Figura 6 - Meme veiculado no dia 26 de março de 2012.....	36
Figura 7 - Meme veiculado no dia 30 de março de 2012.....	37
Figura 8 - Mapa social Poço da Draga.....	39
Figura 9 - Cartaz de divulgação da oficina de vídeo no Poço da Draga.....	110
Figura 10 - Meme criticando a ausência de estudo de impacto arqueológico.....	116
Figura 11 - Meme criticando o papel da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace) no licenciamento da obra.....	117
Figura 12 - Meme baseado no filme <i>Waterworld</i> (1995).....	118
Figura 13 - Meme criticando o posicionamento de um deputado da base governista à respeito do Acquario Ceará.....	118
Figura 14 - Meme ironizando as irregularidades do Acquario Ceará.....	119
Figura 15 - Infográfico criticando os gastos com a obra.....	122
Figura 16 - Fotografia sugerindo intervenções alternativas ao Acquario Ceará.....	127

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	QUEM DERA SER UM PEIXE: COLETIVO OU MOVIMENTOS SOCIAL?	25
2.1	Quem dera ser um peixe (QDSP): surgimento e histórico de atuação.....	25
2.2	Quem dera ser um peixe e a comunidade Poço da Draga: aproximações e conflitos...38	
2.3	Coletivo: definindo uma categoria.....	43
2.4	Movimentos Sociais: o que há de novo?.....	56
2.5	Uma hidra de duas cabeças?.....	58
3	INTERNET E ATIVISMO POLÍTICO	68
3.1	Uma breve história da Internet: de tecnologia militar à “arma” contra a construção do Acquario Ceará.....	69
3.2	Internet como artefato cultural.....	79
3.3	Comunidades Virtuais.....	87
3.4	Império, emancipação política e “guerra da informação”.....	95
4	COMUNICAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO: A PRÁTICA COMUNICACIONAL DO QUEM DERA SER UM PEIXE	107
4.1	Investigação e decodificação da informação no Facebook.....	107
4.2	<i>Fan page</i> “Quem dera ser um peixe” e perfil “Peixuxa”: uma análise de mobilização de quadros.....	121
4.3	Entre a estratégia e a tática comunicacionais.....	135
4.4	A prática comunicativa do QDSP na constituição de uma rede de mobilização social.....	143
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

INTRODUÇÃO

Para começar, achamos essencial falar como se deu nossa aproximação do objeto de pesquisa escolhido, porque acreditamos que qualquer trabalho de pesquisa, por mais que se trate de um fazer científico, com um discurso e uma linguagem muito próprios, e também com um olhar que pressupõe um certo afastamento, é um processo de implicação muito profundo, com diversos níveis de partilha entre pesquisador e campo, que repercutem no trabalho das mais variadas maneiras. Sendo assim, entendemos a importância de revelar as conexões e os aportes do campo simbólico do autor e de sua visão de mundo à pesquisa. Muito embora utilizemos teorias e ferramentas conceituais para nos aproximarmos dos fenômenos que nos propomos a estudar, é inegável o muito de nós que extravasa e se impõe no que é dito e no que é pensado. Por isso, acreditamos que o melhor caminho, em vez de alimentar a ilusão de uma ciência “limpa”, imune a todas as interferências, aos “ruídos” que constituem o mundo social do autor/pesquisador, é admitir que tais intromissões não só existem como são bem-vindas. Essa precaução obedece, inclusive, a um pressuposto científico muito importante: a abdicação de qualquer idealização.

Nossa aproximação do Quem dera ser um peixe (QDSP) ocorreu no começo de 2012. Foi quando ouvimos falar pela primeira vez das “inundações”, encontros presenciais dos membros do grupo na Praia de Iracema. Esse contato inicial sucedeu por meio do Facebook, nas convocações feitas por *flyers* (cartazes virtuais) que chegavam em nossa *timeline* (espécie de mural onde as pessoas partilham mensagens e informações nos mais diferentes tipos de mídia, seja no próprio perfil ou no perfil de outra pessoa), quando compartilhadas por nossos “amigos” de rede social.

Apesar de termos tomado conhecimento do Quem dera ser um peixe e do debate que procurava realizar na cidade, foi apenas em 2013 que nos aproximamos de forma mais efetiva de suas atividades. Isso se deu por conta de nossa participação em um coletivo chamado Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça, o qual, usando a comunicação não só como estratégia, mas também como linha de atuação, participa de movimentos e processos contra-hegemônicos na cidade de Fortaleza. Nesse sentido, passamos a frequentar reuniões do QDSP, momento no qual nos inteiramos melhor da situação envolvendo o Acuario Ceará e do modelo de ativismo proposto. Essa aproximação culminou na organização de uma oficina de vídeo-ativismo proposta pelo coletivo Urucum, em parceria com a ONG Velaumar, localizada no Poço da Draga – comunidade que fica a poucos metros

do local da obra – a fim de denunciar a construção de um muro que dificultava o acesso dos moradores à praia e ao Pavilhão Atlântico, equipamento utilizado como praça pelas pessoas da região.

O tipo de ativismo exercido pelo QDSP, que parecia apostar na formação de uma rede de mobilização, na conexão por meio da internet e na investigação e produção de informação, chamou nossa atenção mais ainda em 2013, por ocasião das Jornadas de Junho e pelo uso massivo da internet e das redes sociais como ferramentas de mobilização e de produção de contrainformação, no cenário em que a mídia corporativa procurava a todo momento criminalizar os protestos. Foi quando surgiu o impulso de compreender qual o papel das redes sociais para a ação coletiva em nosso período histórico.

O objetivo central de nosso trabalho, portanto, é entender como, a partir das redes sociais, o Quem dera ser um peixe conseguiu constituir um processo de mobilização para se opor ao Acquario Ceará – um empreendimento milionário proposto pelo governo do Estado e vendido como um motor de transformação econômica para o Ceará. Representaria ele, nesse sentido, um novo modelo de ativismo político, que se valeu das redes sociais para denunciar as irregularidades do oceanário, tendo como ponto de partida um entendimento amplo do que é comunicação? Foi uma das perguntas que tentamos responder ao longo da pesquisa.

Para tanto, nos detivemos na utilização que o grupo fez de uma rede social específica, o Facebook, a qual, por suas próprias características – plataforma multimidiática, que conta com a presença de milhões de pessoas e cuja arquitetura é baseada na interação –, se tornou o espaço principal de comunicação. Para a constituição do *corpus* da pesquisa, decidimos nos concentrar nas publicações e postagens feitas tanto na *fan page* “Quem dera ser um peixe”, como no perfil “Peixuxa Acquario”, que eram os dois canais de comunicação do grupo na rede social. Em nosso recorte, privilegiamos o uso da plataforma no ano de 2012, o qual, sem dúvida, representou o período de maior atividade do QDSP, tanto no espaço “real”, quanto no espaço “virtual”. Analisamos um total de 522 postagens, sendo 84 delas na *fan page* e 438 no perfil.

Metodologicamente, portanto, a pesquisa trilhou os seguintes percursos:

- 1) Descrição da prática comunicativa do grupo;
- 2) Análise de mobilização de quadros, a partir do conteúdo produzido pelo Quem dera ser um peixe na *fan page* “Quem dera ser um peixe” e em seu perfil “Peixuxa Acquario” no Facebook;
- 3) Acompanhamento dos encontros, reuniões e atividades do Quem dera ser peixe; e

4) Aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

Traçamos um amplo panorama da comunicação feita pelo grupo tanto no espaço “real”, quanto no ciberespaço, descrevendo as ferramentas utilizadas nas plataformas de interação, com enfoque no uso do Facebook para realizar o debate sobre o aquário. Nossos pontos de vistas são ilustrados por falas de membros do Quem dera ser um peixe e pelas observações que fizemos a partir de nossa inserção em campo.

Por meio da metodologia da análise de mobilização de quadros, procuramos entender de que modo o Quem dera ser um peixe lidava com as opiniões divergentes entre seus interlocutores e como conseguia provocar um alinhamento de posições ou enquadramentos. Essa estratégia pode ser considerada essencial para se avaliar a influência do grupo na mudança de aceitação da obra pela opinião pública, que, antes dessa mobilização, parecia mais inclinada a considerá-la um investimento não só potencialmente lucrativo, mas que, além disso, atendia ao interesse coletivo. Para tanto, escolhemos três interações entre o Quem dera ser um peixe e interlocutores que possuíam visões divergentes sobre os diferentes aspectos da obra.

Essa metodologia se baseia na noção de *frame*, quadro ou enquadramento, proposta por Gregory Bateson em meados da década de 50, a partir de suas reflexões no campo da psicologia. Sua tese era a de que as interações simbólicas, produtoras de sentido, se ancoravam em quadros que moldavam as interpretações e ações dos indivíduos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

Um aspecto para o qual Mendonça & Simões (2012) também chamam a atenção no conceito de Bateson é que os *frames* não são inventados pelos sujeitos; ao contrário, são mobilizados por eles, o que implica que o enquadramento depende da existência de uma subjetividade subjacente. Ainda segundo Mendonça & Simões (2012), partindo de William James, Schütz, Garfinkel e Bateson, Goffman vai desenvolver o conceito de *frame* para a realização de uma microsociologia sistemática, cujo foco incide sobre as interações cotidianas. Para ele, o conceito de enquadramento é o que vai responder à pergunta “O que está acontecendo aqui?”. A teoria do *frame* de Goffman, desse modo, diz respeito à construção de enquadramentos ou esquemas interpretativos para entender determinado fenômeno ou aspecto da realidade. Segundo o autor, os enquadramentos sociais, por outro lado, “fornecem entendimento de fundo para eventos que incorporam a vontade, propósito e o esforço controlador de uma inteligência, uma agência viva, a principal delas sendo o ser

humano (p. 22, 1974, tradução nossa)”¹. Assim, um *frame* ou enquadramento seria um modo de limitar a interpretação, sendo uma condição necessária para sua existência.

Nunes (2011) destaca que, subjacente ao enquadramento, existe sempre uma ação que não é definida ou estruturada unicamente pelo seu objeto, mas por um contexto de uso ou, melhor dizendo, por técnicas socialmente reconhecidas (p. 7). Significa dizer que um *frame* não constitui uma realidade interpretativa restrita apenas às limitações do enquadramento, sendo composto também, obviamente, por elementos fora do espaço da moldura. Ao falar em *frame*, portanto, Goffman se referia a princípios por meio dos quais as pessoas organizam sua experiência, definindo não só a situação em que se inserem, mas também sua posição frente a ela (PRUDENCIO & SILVA Jr., 2014). Para Goffman, os *frames* são estruturas de sentido moldadas no processo de interação entre sujeitos, em uma determinada situação. Os atores envolvidos nesse processo, contudo, não são totalmente livres no engajamento interacional, uma vez que estão “configurados pela situação, que os precede embora eles atuem sobre ela” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

No que concerne especificamente ao estudo dos movimentos sociais (NUNES, 2011), o *frame*, por se tratar de um construto, de um compósito, reunião de elementos díspares, permite a articulação de posições epistemológicas dicotômicas, ainda que sem integrá-las ou superá-las.

Mendonça & Simões (2012), ao tratar da operacionalização analítica do *frame*, identificam três vertentes de apropriação do conceito. A primeira, análise da situação interativa, parte do conceito de enquadramento para a microanálise de interações sociais. Na linha de Goffman, a intenção aqui é pensar como situações interacionais distintas moldam relações estabelecidas e entender como pequenas ações ordinárias são capazes de provocar deslocamento de quadros, dando azo à possibilidade de surgirem desajustamentos, o que evidencia a importância do alinhamento dos *frames* para a mobilização política, em “um esforço deliberado de definição de um quadro, para que a interação possa prosseguir” (MENDONÇA & SIMÕES, p. 192, 2012).

A segunda vertente, baseada na análise do conteúdo discursivo, emprega a noção de *frame* na análise de conteúdo, a fim de investigar como os enunciados e discursos produzem molduras de sentido. Com isso, “busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguirem certa trilha interpretativa” (MENDONÇA & SIMÕES, p. 193, 2012). Diferente da primeira

¹ “(...) provide background understanding for events that incorporate the will, aim and controlling effort of an intelligence, a live agency, the chief one being the human being”.

vertente, a atenção não está na situação ou no contexto pragmático da interação, mas sim no conteúdo do discurso, pois é nele onde se busca o *frame*, entendido como um tipo de ângulo que privilegia uma determinada interpretação em detrimento de outra.

A terceira e última vertente destacada pelos autores é a análise de efeito estratégico. Ao contrário da segunda vertente (MENDONÇA & SIMÕES, 2012), nela os *frames* não são entendidos como molduras de sentidos compartilhadas e mobilizadas através do discurso, mas como estratégia de produção de proferimentos com o objetivo de gerar efeitos calculados.

Prudencio & Silva Jr. (2014) ressaltam que as três vertentes expostas, apesar de apontarem possibilidades de aproveitamento do conceito de *frame* no campo de estudo dos movimentos sociais, privilegiam pesquisas de enquadramento que têm por contexto os meios de comunicação. Para corrigir isso e dar devido destaque às práticas de construção de ação coletiva, os autores propõem o acréscimo de uma quarta vertente, a qual tem seu universo analítico nos processos de mobilização política, encontrando seu fundamento na comunicação dos quadros de ação coletiva. Tal vertente, nomeada de análise de mobilização de quadros, nas palavras dos autores, tem a intenção de

observar a interação entre ativistas, sejam eles ligados a movimentos sociais, sejam eles pessoas que se tornam ativistas a partir do surgimento de causas específicas e, às vezes, temporárias, em espaços na internet, com foco nos enquadramentos produzidos em atividades de micromobilização, as quais servem, em um primeiro momento, para a estabilização de quadros da ação coletiva no âmbito do núcleo gerador da ação coletiva e, em um segundo momento, para sustentarem ações coletivas com outros atores da sociedade civil, das instituições políticas e dos meios de comunicação (PRUDENCIO & SILVA Jr., p.4, 2014).

Como os próprios autores destacam, a proposta de alinhamento de quadros e sua importância para os processos de mobilização dos movimentos sociais foi trazida por Snow et al (1986). Para eles, o alinhamento de *frame*, ou quadro, se refere à ligação de orientações interpretativas individuais, por um lado, e a orientações advindas da organização de um movimento social, por outro, de forma que determinado conjunto de interesses individuais, valores e crenças seja congruente e complementar às atividades, objetivos e ideologias dessa mesma organização. Essa relação é colocada em destaque, pois ela ajuda a compreender como os movimentos sociais operam e a maneira pela qual geram apoio em seu benefício. O alinhamento de quadros, ou, mais especificamente, de molduras de sentido, o qual pode ser entendido como um tipo de processo comunicacional, é condição necessária à participação de um indivíduo em um movimento social (PRUDENCIO & SILVA Jr., 2014).

Na construção do conceito de alinhamento de quadros, Snow et al (1986) destacam a existência de quatro tipos de processos: *frame bridging*, *frame amplification*,

frame extension e *frame transformation*. *Frame bridging* é a ligação entre dois ou mais *frames* ideologicamente congruentes e estruturalmente desconectados com relação a uma questão ou problema particular. *Frame amplification* trata-se do esclarecimento e do fortalecimento de um *frame* interpretativo que se apoie em uma questão particular, problemas ou conjunto de eventos. Aqui os autores ressaltam a importância que o esclarecimento de um *frame* interpretativo tem no apoio e na participação dos indivíduos nas atividades do movimento. *Frame extension* se refere à ampliação dos objetivos primários do movimento, de modo a englobar interesses ou pontos de vista que são incidentais a seus objetivos primários, mas são de grande importância para a adesão de novos participantes. *Frame transformation*, por último, refere-se ao desenvolvimento de novos valores e quadros interpretativos, em contraposição a velhos significados, crenças e enquadramentos errôneos. Segundo essa forma de alinhamento de quadros, valores e *frames* antigos são transformados pelo movimento, a fim de garantir apoio dos participantes afetados pelos novos significados propostos.

Snow & Benford (2000) apontam que a estruturação dos *frames* de ação coletiva depende do entendimento, sempre negociado, sobre a problemática de uma situação e sobre a possibilidade de mobilização para ocasionar uma mudança de cenário. Depende também de como os atores em processo de interação mapeiam aliados e dificuldades e de como articulam medidas alternativas para a mudança, estimulando indivíduos a alcançá-la. Da leitura do trabalho de Snow & Benford citado acima, Prudencio e Silva Jr. chegam à conclusão de que as articulações nos processos de constituição de *frames* discursivos entre ativistas, ao promoverem o alinhamento de diferentes quadros interpretativos:

possibilitam a emergência dos quadros da ação coletiva, primeiro entre os próprios atores do movimento e depois, já numa situação de mobilização política, entre o movimento e possíveis apoiadores que poderão ou não assumir para si as questões do movimento na forma em que elas lhes aparecem enquadradas (p. 6, 2014).

Nesse sentido, o conceito de alinhamento de *frame* ganha força no novo contexto de mobilização política proporcionada pela internet e novas formas de interação global à distância. Para Tarrow, citado por Gohn (2012), os maiores recursos externos de um movimento, ou seja, aqueles que preexistem à ação dos indivíduos são as redes sociais, onde as atividades coletivas se desenvolvem, e também os símbolos culturais e ideológicos que dão forma aos *frames*. Nesse sentido, as redes sociais digitais têm contribuído, e muito, para a mobilização política, à medida em que ampliam enormemente os espaços de interação entre indivíduos, possibilitando oportunidades de constantes alinhamentos ou realinhamentos de *frames* entre os participantes de um movimento e pessoas próximas a ele. Como afirma

Gomes (2011), a internet e as possibilidades de participação on-line têm o potencial de aumentar a capacidade concorrencial da sociedade civil frente ao sistema político e econômico. Prudencio (2012), no entanto, chama a atenção para o cuidado que devemos ter com o papel redentor por vezes dado à internet, uma vez que ela

não promove automaticamente a participação política e nem sustenta a democracia; é preciso, antes, olhar tanto para as motivações dos sujeitos quanto para os usos que eles fazem dela, em contextos específicos (MAIA, p. 69, 2011).

Em que pese a consideração acima, as mídias sociais constituem hoje, indubitavelmente, um espaço de micromobilização. Snow et al (1986) trazem esse conceito para se referirem a um conjunto de processos interativos desenvolvidos e empregados pela organização dos movimentos sociais e seus atores representativos para mobilizar ou influenciar vários grupos alvo com respeito à busca de interesses comuns e coletivos. Apesar de o conceito ter sido cunhado nos anos 1980, ele ainda se mostra satisfatoriamente aplicável no cenário atual de mobilização política na internet, já que, junto a outras mídias digitais, essa ferramenta global tem fomentado o surgimento de redes formadas por uma ampla base horizontal e descentralizada entre elementos autônomos externos (MAIA, 2011).

A partir da reconstituição dos passos do modelo proposto por Prudencio e Silva Jr. (2014) para a análise de micromobilizações na internet, é importante destacar as condições discutidas pelos autores para a identificação de processos de alinhamento de quadros, os quais dizem respeito, em última instância, ao modo como acontece a comunicação política dentro dos movimentos.

A proposta de análise de mobilização de quadros, então, está baseada nos seguintes aspectos (PRUDENCIO & SILVA Jr, 2014):

- a) Possibilidade de encontrar na micromobilização uma união em torno de questões específicas ou da agenda do movimento. Importa saber se a micromobilização ocorre apenas na internet, em que espaço da internet e o lugar dos protagonistas, ou seja, quem está mobilizando e quem está sendo mobilizado;
- b) A identificação de oportunidades políticas, “crenças, ideologias, significados comuns, práticas, valores, mitos, narrativas, definição de um ‘nós’ e de um ‘eles’” (p. 8);
- c) Reconhecimento de quadros de ação coletiva produzidos por um movimento ou seu representante durante os processos de interação e comunicação, e classificação subsequente desses quadros em “enquadramentos de

diagnóstico”, “enquadramentos de prognósticos” e “enquadramentos motivacionais”²;

- d) Sistematização de “argumentos, proposições, contextualizações, associação a fatores culturais conhecidos [...] indicação de oportunidades políticas distintas” (p. 9) para colocar os *frames* em ação;
- e) Reunião dos atores a partir dos quadros identificados nas interações;
- f) Exposição dos processos de alinhamento de quadros;
- g) Por fim, a construção analítica dos processos de alinhamento de quadros desenvolvidos no decorrer da interação. Aqui, segundo os autores, é possível demonstrar de que modo se dá ou não o alinhamento de quadros, e também que esse alinhamento é sujeito a avanços e recuos, fazendo parte de um processo de comunicação que se desenha continuamente.

Apesar de se referir à contribuição feita pela etnografia e pela observação participante aos estudos de recepção, David Morley (1996) traz um importante aporte metodológico a nosso trabalho, ao destacar questões mais gerais da pesquisa. Para ele, a investigação é uma prática discursiva que só pode produzir conhecimentos específicos do ponto de vista histórico e cultural, os quais, por sua vez, são resultado de encontros discursivos entre o investigador e seus informantes. Com isso, o autor quer afirmar que toda investigação é sempre uma interpretação possível da realidade.

Fugindo das armadilhas do relativismo e da abstração discursiva, Morley (1996), ao se referir ao objeto de estudo do livro, também reconhece que, embora só se possa conhecer a audiência por meio do discurso, ela existe em uma realidade fora dos limites daquele. Em outras palavras, em qualquer pesquisa cujo objeto só possa ser investigado por meio de discursos, é preciso reconhecer a existência dos atores sociais que enunciam tais discursos para além de seus limites. Nesse sentido, a investigação empírica, a entrada no campo, ganha relevância, ao mesmo tempo em que não recai em um positivismo ingênuo, que considera os dados brutos como plenamente objetivos, uma vez que “qualquer investigação empírica se captura sempre, necessariamente, em uma representação” (MORLEY, p. 258, tradução nossa)³. Isso indica que mesmo os dados pretensamente objetivos também estão sujeitos à interpretação.

² Seguindo Snow et al (1986), o enquadramento de diagnóstico envolve a identificação de problemas e dos adversários a serem superados; o enquadramento de prognóstico diz respeito a estratégias levadas a cabo para a solução de problemas ou para a realização do plano desenvolvido; finalmente, o enquadramento motivacional intenciona motivar ações para a realização de mudanças.

³ “(...) cualquier investigación empírica se captura siempre, necessariamente, em una representación”.

Dessa forma, tomando em conta nossa presença em campo e o contato que vimos estabelecendo com os integrantes do Quem dera ser um peixe desde o ano de 2013, procuramos vivenciar de perto a dinâmica de funcionamento do grupo, a fim de ter acesso não só ao discurso e à imagem pública do QDSP, mas, também, ao que jaz nas entrelinhas, nos interditos, aspectos que só se revelam através do estabelecimento de um contato corpo a corpo entre pesquisador e campo.

Ao longo da pesquisa, aplicamos quatro entrevistas semiestruturadas a membros do Quem dera ser um peixe, procurando reunir pessoas que estiveram presentes em diferentes épocas e que possuíam uma apropriação maior sobre o uso da comunicação para a mobilização política. A entrevista com B.L. aconteceu no dia 15 de junho de 2015, tendo sido seguida pelas entrevistas de R.V. no dia 26 de junho de 2015, de A.S. no dia 20 de agosto de 2015 e de A.B. no dia 28 de setembro de 2015.

A opção de não identificar os participantes se deve a uma preocupação nossa de não expor, ainda mais, os membros do Quem dera ser um peixe, os quais, em diferentes momentos, sofreram alguma espécie de vigilância do poder público. Dois deles, inclusive, foram alvo de processo judicial movido pelo Estado do Ceará, sob alegação de litigância de má-fé, ou seja, quando a parte recorre ao poder judiciário com o intuito apenas de causar uma obstrução à justiça. Há relatos, também, de que a polícia acompanhava as atividades do grupo, a ponto de seus integrantes mais ativos serem chamados pelos nomes por alguns policiais que participaram da repressão aos protestos de rua de 2013.

O questionário continha um total de dez perguntas e se dividia em dois blocos temáticos: o primeiro visava saber como a comunicação era usada pelo Quem dera ser um peixe; o segundo se detinha sobre a natureza organizativa, procurando saber de seus integrantes se ele se alinhava mais à tradição dos movimentos sociais ou à dos coletivos.

Por meio desses instrumentos metodológicos, do material colhido em campo e das ferramentas conceituais com as quais viemos trabalhando ao longo da pesquisa, construímos o corpo do trabalho, o qual se divide em três capítulos.

No primeiro, fazemos um histórico do Quem dera ser um peixe, traçando os principais acontecimentos que deram origem à iniciativa, além de situá-la em um contexto de mobilização social mais ampla, que contou com a participação de atores sociais provenientes de outras experiências políticas, da participação em outros espaços, sendo fruto de um acúmulo de processos e de vivências que desaguou na produção de um ativismo repleto de idiosincrasias, que o situam, do nosso ponto de vista, em um lugar especial no cenário de mobilização política na cidade de Fortaleza. À medida que (re)contamos a história do QDSP,

fomos descrevendo os aspectos mais característicos da luta que impôs contra a construção do Acuario Ceará. Nesse sentido, destacamos o uso das diversas plataformas de comunicação que o grupo utilizou e tem utilizado ao longo de sua atuação, com ênfase em sua presença no Facebook, a qual, como destacamos acima, acabou sendo o espaço de interação e veiculação de informações mais utilizado.

A fim de situar melhor a atuação do QDSP no espaço social de Fortaleza, traçamos breves linhas sobre a relação com o Poço da Draga, uma comunidade popular localizada a poucos metros do Acuario Ceará, a qual sofrerá as maiores consequências com a chegada do empreendimento, em especial o risco de remoção dos moradores de seus locais de origem. Essa relação nem sempre foi harmoniosa, havendo um claro recorte social que, de certa forma, separa os ativistas que participam do Quem dera ser um peixe, em sua maioria pessoas de instrução superior e de classe média, dos moradores da comunidade.

Essas questões vão servir de ponto de apoio para a discussão do tipo de experiência a que o QDSP se vincula, ou seja, se está mais próximo do que se entende por movimentos sociais, se se articula melhor com o tipo de organização entendida como coletivo, ou, se por fim, representa algo novo, que carece de uma definição apropriada. Para realizar esse intento, debateremos a noção de coletivo em Migliorin (2012), Escóssia & Kastrup (2005) e Pelbart (2002; 2011) e discutiremos os conceitos de desejo em Deleuze/Guatarri e política dos afetos em Espinosa, a fim de compreendermos os traços que marcam um coletivo e o que une seus integrantes.

A seguir, a partir de Graeber (2013), mostraremos a presença de elementos da ideologia anarquista nesse modo de organização, pois isso irá nos ajudar a situar historicamente essa categoria. Para pensar e discutir os movimentos sociais na contemporaneidade, partiremos do entendimento de Castells (2001), de Scherer-Warren (2006; 2009; 2014), de Tarrow (2011) e de Gohn (2012) sobre o tema, e para demarcar a fronteira que os separa dos coletivos, utilizaremos a teoria do campo de Bourdieu, tomado da definição de movimentos sociais em Gohn (2012).

Por não haver uma precisão clara a respeito de como nomear a experiência lançada pelo Quem dera ser um peixe, se movimento social, coletivo ou outro modelo de ação social, preferimos nos referir ao QDSP a partir do termo genérico “grupo”, o qual cumpre a função de artifício estilístico para evitar repetições que tornem o texto enfadonho, não possuindo maiores implicações conceituais.

No segundo capítulo, com apoio em Castells (2003) e Rheingold (1993), fazemos um breve relato da história da internet, abordando sua passagem de tecnologia militar para

suporte material da sociedade em rede, com enfoque no modo como foi utilizada pelo Quem dera ser um peixe para organização da resistência contra o oceanário. Mais à frente procuramos demonstrar que, longe de ser simplesmente uma tecnologia, a internet representa, na verdade, um aparato cultural. Através da reflexão de Simondon (1989) sobre a natureza da tecnologia e dos objetos técnicos, reconhecemos na internet e nos desenvolvimentos que possibilitaram seu surgimento e popularização aspectos que a fazem corresponder a uma dimensão humana e, portanto, cultural.

Para pensar as possibilidades de interação homem-máquina, recorremos ao pensamento de Maturana & Varela (1998), o qual fornece a base conceitual para a pergunta de Santaella (2003): “O que está acontecendo à interface ser humano-máquina e o que isso está significando para as comunicações e a cultura do século 21?”.

Para pensar o campo de interação entre os usuários da internet, tratamos das comunidades virtuais. Assim, com Bauman (2003) e Agamben (1993), buscamos atualizar a discussão de comunidade por meio de reflexões críticas que desfazem a “aura” idílica a ela atribuída e procuramos também trazer mais subsídios analíticos para compreender o real significado e dimensão dos tipos de sociabilidade surgidos com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação.

Finalmente, na última parte do capítulo, buscamos, a partir de Hardt & Negri (2000), identificar quem são os atores políticos do século XXI, período histórico que assiste à ascensão de um novo componente no campo político internacional, o qual responde pelo nome de Império. Isso vai nos servir para refletir sobre as oportunidades de superação e as “armas” passíveis de serem utilizadas na resistência a esse agente hegemônico, em um contexto em que discursos de controle, que substituem o velho poder disciplinar, e discursos de oposição passam a dividir as atenções do espaço público, no que pode ser considerada uma verdadeira “guerra” da informação. Para tanto, a comunicação e a internet aparecem como instrumentos essenciais na transformação do mundo em que vivemos.

No último capítulo, expomos detalhadamente a prática de comunicação do Quem dera ser um peixe, em suas diversas camadas. Inicialmente, descrevemos como se dava o processo de investigação sobre as ilegalidades do Acquario Ceará, junto aos órgãos públicos e portais de transparência, e a posterior “tradução” dos documentos técnicos encontrados em produtos comunicacionais inteligíveis e de fácil entendimento para a maioria das pessoas. A seguir, a partir da análise de todas as postagens realizadas na *fan page* e no perfil do grupo no ano de 2012, escolhemos três postagens do perfil “Peixuxa Acquario”, a fim de compreender como ocorria a interação entre o Quem dera ser um peixe com os demais usuários da rede,

quando apareciam opiniões divergentes. A ideia é compreender, por meio da análise de mobilização de quadros, como o grupo consegue dialogar e, valendo-se de um debate esclarecido sobre os pontos mais críticos do oceanário, fazer com que interlocutores com pontos de vistas diferentes alinhem seus enquadramentos sobre a obra aos enquadramentos sustentados por ele, ponto essencial para a compreensão do processo de mobilização política iniciado pelo grupo. Tendo essa discussão como pano de fundo e tomando de empréstimo os conceitos certeunianos de “estratégia” e “tática”, procuramos categorizar a prática comunicativa do Quem dera ser um peixe, guiados pela noção de que, muito mais do que um exercício meramente teórico, isso repercute na própria compreensão do papel exercido pela comunicação em sua resistência contra a obra. Finalmente, retomando um pouco a discussão que fizemos nos dois primeiros capítulos, investigamos a relação entre a organização do QDSP enquanto ação coletiva e sua prática de comunicação.

Capítulo 1

Quem dera ser um peixe: coletivo ou movimento social?

Este capítulo tem o objetivo de oferecer uma contribuição acerca da natureza organizativa do Quem dera ser um peixe (QDSP). Para tanto, após contextualizá-lo, apresentaremos um panorama descritivo de suas pautas e modos de atuação, e em seguida entraremos na discussão sobre as origens e características das categorias “coletivo” e “(novos) movimentos sociais”, a fim de estabelecer de que modo elas se relacionam com os principais aspectos e particularidades do QDSP. Debatendo a noção de coletivo em Migliorin (2012), Escóssia & Kastrup (2005) e Pelbart (2002;2011), discutindo os conceitos de desejo em Deleuze/Guatarri e analisando a política dos afetos em Espinosa, tentaremos compreender os traços que marcam um coletivo e o que une seus integrantes. A seguir, a partir de Graeber (2013), mostraremos a presença de alguns elementos da ideologia anarquista nesse modo de organização, pois isso irá nos ajudar a situar historicamente essa categoria. Para pensar e discutir os movimentos sociais na contemporaneidade, partiremos do entendimento de Castells (2001), de Scherer-Warren (1996; 2006; 2009; 2014), de Tarrow (2011) e de Gohn (2012) sobre o tema; para demarcar a fronteira que os separa dos coletivos, utilizaremos a teoria do campo de Bourdieu, tomado da definição de movimentos sociais em Gohn (2012).

1.1 Quem dera ser um peixe (QDSP): surgimento e histórico de atuação

Em um Estado pobre e assolado por secas históricas, cujos efeitos devastadores se devem em grande parte à ausência de políticas de gestão hídrica e de fomento à agricultura familiar, o anúncio pelo governo do Estado do Ceará, em março de 2008, da construção de um oceanário de proporções gigantescas, o maior da América Latina segundo informações oficiais, foi recebido pela população fortalezense com perplexidade e uma boa dose de justificado ceticismo. Empreendimentos de grande porte tradicionalmente levam décadas para serem concluídos – haja vista o metrô de Fortaleza que, mesmo depois de vinte anos do início das obras, ainda está inacabado⁴; muitos acabam paralisados ou até mesmo abandonados com as sucessivas trocas de gestão. No entanto, contra todas as expectativas, no início de 2012, os primeiros movimentos das máquinas pesadas na Praia de Iracema (bairro nobre do litoral leste da cidade), aplanando o terreno onde seria montado o sítio de construção do Acquario Ceará,

⁴ <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/07/22/noticiasjornalcotidiano,3473290/linhas-que-ja-operam-ainda-tem-obras-inacabadas.shtml>

chamou a atenção de um morador do local, que não hesitou em tirar uma foto do solo pontilhado de pedras e fragmentos de concreto. Logo em seguida, a foto foi postada por este em seu perfil pessoal no Facebook e teve início um acalorado debate sobre a natureza da intervenção urbana, sobre seu custo (inicialmente avaliado em R\$ 250 milhões), e a falta de discussão do projeto com a sociedade.



Figura 1: Maquete virtual do Acquario Ceará. Imagem em: RODRIGUES, 2013

Sobre esse momento A.B.⁵, participante inicial do QDSP comenta: “O próprio *start* disso, a foto que o E.R. postou, surgiu no Facebook. Antes dessa foto, não tinha nenhuma intenção disso (iniciar o movimento). Talvez conversas soltas de que isso (o Acquario) era um absurdo. Mas foi a foto dele que deu o mote para fazer alguma coisa”.

A mobilização virtual foi tamanha e as sugestões tão diversas, desde propostas de ocupação do canteiro de obras, no modelo do *Occupy Wall Street*, até medidas judiciais, que, aproveitando o *Encontro contra as Remoções*, promovido pelo Comitê Popular da Copa⁶ em fevereiro de 2012, alguns opositores do Acquario se reuniram com o propósito de pensar estratégias para impedir a construção. Era necessário somar forças com outros movimentos, como o dos atingidos pelas obras para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, que partilhassem do mesmo contexto de luta, se insurgindo contra a lógica de megaobras e de megaeventos que

⁵ Entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2015.

⁶ Os Comitês Populares da Copa são “resultado de mobilização nas cidades-sede da copa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa 2014...”. Disponível em: <http://portalpopulardacopa.org.br/>. Acesso em 12 de abril de 2014.

vem acelerando o processo de mercantilização das cidades e a privatização do espaço público. Segundo Rodrigues (2013), o grupo que participou desse contato inicial era composto por mais ou menos 15 pessoas das mais diversas áreas. Entre eles, havia urbanistas, economistas, advogados, jornalistas, publicitários, historiadores e artistas.

A formação dessa rede virtual, a partir da qual se deram as primeiras ações do Quem dera ser um peixe só foi possível, no entanto, devido a experiências de mobilização anteriores, às redes de mobilização social já constituídas, cujos nós e conexões foram reativados e expandidos pela uso da internet. Em entrevista concedida a nós, A.S.⁷, uma das integrantes mais antigas do QDSP, revela que ele:

(...) foi fruto de alguns outros movimentos anteriores. Eu posso citar o que ocorreu no ano anterior ao Quem dera ser um peixe, que a gente chamou de Liberdade Fortaleza. O mote teria sido a proibição de uma passeata que houve em São Paulo e que a polícia reprimiu. Na época, era uma passeata defendendo o uso da *cannabis sativa*, mas o que chamou a atenção do país inteiro foi a proibição da polícia, e o STF começou a discutir. Estava efervescente essa temática e nós fizemos. Isso estava sendo feito no país inteiro, num domingo, e nós fizemos aqui em Fortaleza, Marcha da Liberdade. O nosso mote era a “Sua luta é a nossa luta”, independente de “eu sou negro, ou eu sou gay, ou eu sou índia”, de juntar pessoas. Estavam muito dispersos esses movimentos, havia quem defendia animais, a questão racial, pessoas que defendiam a diversidade sexual. Então a tônica era a diversidade. E as pessoas ficavam assim: “Que movimento é esse? Que protesto é esse tão esquisito que junta tudo?” Na verdade o que a gente queria era juntar pessoas. O Quem dera ser um peixe nasceu da vontade bem manifestada de juntar pessoas em torno de causa e movimentos e fazer algo pela cidade, pelo país, de usar suas ferramentas pessoais a favor de uma vida melhor para todos.

Essa fala de A.S. é importante por ajudar a relativizar alguns pressupostos por nós assumidos no início da pesquisa – o de que haveria uma separação clara entre redes “virtuais” e redes “reais” e o de que a internet possuiria, por si mesma, uma força mobilizadora capaz de encetar processos de mobilização social – que foram sendo revisados ao longo do trabalho.

Por ora, devemos destacar uma característica crucial, que permeou a atuação do grupo. Por colocar em debate não só a construção do oceanário, mas também temas mais abrangentes como o direito à cidade, a participação popular nas decisões políticas, transparência pública, preservação do patrimônio histórico e ambiental, os quais, na maioria das vezes, costumam ser discutidos apenas por acadêmicos sisudos em espaços institucionais, o grupo achou por bem se valer do humor e da sátira para comunicar suas ideias e proposições. O nome “Quem dera ser um peixe” foi retirado da canção “Borbulhas de Amor”, interpretada por Raimundo Fagner, o qual ironicamente é ligado ao grupo político que concebeu o Acuario. A piada é que, em uma das cidades mais violentas do mundo, com níveis elevados de desigualdade social e intenso déficit habitacional, em um Estado no qual,

⁷ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

como destacamos antes, o problema da seca se arrasta sem solução através dos séculos, muito melhor estaríamos se fôssemos todos peixes.

Desde o início, o humor serviu, portanto, como uma ferramenta de comunicação poderosa, especialmente por trazer ao espaço público pautas novas com as quais a maioria das pessoas não estava acostumada a lidar. Sobre a escolha do nome e a primeira aparição do QDSP na cidade de Fortaleza, A.S.⁸ comenta:

O nome, por exemplo, surgiu como uma ironia muito fina. O nome Quem dera ser um peixe é uma forma de comunicação também, porque ele traz embutida uma brincadeira, que também é uma crítica muito séria. Até o nosso próprio lançamento, que se deu no Carnaval, aquilo também era uma linguagem, era uma forma de comunicação. E, desde o início, a gente se preocupou de usar comunicação dessa forma: a comunicação entre nós, a comunicação com as pessoas, como fazer chegar essa informação às pessoas para que elas formassem seu juízo de valor, seu entendimento. Havia uma grande preocupação desde o início em não sermos detentores, de não centralizarmos, de ser uma coisa mais democrática possível, de como essa comunicação pudesse abranger um maior número de pensamentos, que pudesse abranger esses vários matizes do pensamento humano, porque, na verdade, o Quem dera ser um peixe é a junção de várias pessoas, individualizadas, distintas, em termos de conhecimento e também de atividade.



Figura 2: Bloco “Unidos contra o Acquario” no carnaval de 2012. Disponível em: perfil “Peixuxa Acquario”. Acesso: 14 de abril de 2015.

⁸ Idem.



Figura 3: Bloco “Unidos contra o Acquario” no carnaval de 2012. Fonte: perfil “Peixuxa Acquario”. Acesso: 14 de abril de 2015.

A criação do personagem “Peixuxa” foi mais um modo encontrado pelo QDSP de trazer ao espaço público, de uma forma leve e de fácil compreensão, temáticas que ainda eram desconhecidas pela maioria das pessoas. Além de cumprir essa função, que se efetivava pelo uso do perfil “Peixuxa Acquario”, tal artifício servia, também, para despersonalizar o grupo, em uma tentativa de fazer com que sua identidade não ficasse vinculada a um ou outro participante, bem como proteger seus integrantes de uma possível perseguição pelos agentes do Estado, precaução que se mostrou relevante quando da instauração de um processo de litigância de má-fé pelo Estado do Ceará contra dois integrantes do QDSP e da identificação nominal pela polícia dos vários membros do grupo durante as manifestações de rua no ano de 2013. R.V.⁹ explica melhor o sentido da criação do personagem:

O Peixuxa surgiu da necessidade de criar um personagem que dialogue fácil (...). A *fan page* foi criada pelo personagem Peixuxa, não foi criado por um perfil pessoal. Hoje é que ela possui a moderação de vários perfis pessoais. Mas eu acho que tem esses dois sentidos: de você criar um personagem que vai dialogar de uma forma mais fácil, clara, engraçada sobre um assunto muito sério, e aí a criação da *fan page*. Você acaba tendo três espaços: o perfil do “Peixuxa”, a *fan page* “Quem dera ser um peixe” e a comunidade, que acaba sendo mais um fórum de discussão para marcar reunião, fazer enquete. No grupo acaba entrando muita gente, e informações mais estratégicas não eram colocadas ali, porque a gente sabia que podiam ter olheiros, pessoas infiltradas. Porque as pessoas começam a se dar conta de que é uma pauta muito polêmica e tem algo por trás que faz esse tema muito perigoso para o governo do Estado. Não à toa o G. e o A.L. foram processados.

⁹ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

A partir daí, esse grupo inicial – alguns dos integrantes já se conheciam previamente e muitos deles eram “amigos de *Facebook*” – passou a incidir no espaço virtual por meio de plataformas de comunicação disponibilizadas gratuitamente na internet. Em 2012, foi criado o *blog* “Quem dera ser um peixe #Acquarionao”¹⁰, no qual se encontram sintetizadas diversas irregularidades relacionadas ao oceanário, apontadas pelos integrantes do QDSP em extenso trabalho de investigação. Além do *blog*, o qual possui baixo nível de interatividade, sendo por isso considerado uma “mídia fria”, foram utilizadas diversas outras ferramentas de comunicação na Rede, especialmente os sites Facebook, Twitter, Youtube, Ustream, Soundcloud e Storify.

Desde fevereiro de 2012, o QDSP possui uma *fan page* na mídia social Facebook, por meio da qual todos que “curtem” a página recebem informações e notícias relacionadas, principalmente, às diversas irregularidades identificadas no processo de construção do aquário. Ainda no Facebook, o QDSP possui um perfil chamado Peixuxa Acquario. Contando com 1.271 membros, ou melhor, “amigos”, pode ser avaliado como um canal de interação e partilha de informações.

É preciso que se diga que, nesses dois espaços, as postagens foram reduzidas drasticamente em comparação com o primeiro ano de atuação do Quem dera ser um peixe em 2012, denotando um claro arrefecimento das ações ao longo do tempo, por motivos que serão discutidos em momento oportuno. O QDSP também possui um grupo fechado no mesmo site, cuja entrada requer o convite de um de seus administradores. Tal grupo costumava funcionar como uma instância de decisões e um local de partilha de informações estratégicas, mas, a partir do momento em que começou a ter um número grande de membros (hoje, conta com mais de 300 participantes), ele passou a ser preterido em relação a outros meios de comunicação. Atualmente, para fazer a função que antes cabia ao grupo secreto, o Quem dera ser um peixe possui uma *in box* no Facebook, a qual conta com apenas 21 participantes, os mais ativos no QDSP hoje em dia, o qual tem servido como local de articulação de ações e discussão de estratégias. Foi por meio desse canal, por exemplo, que o grupo se organizou para responder ao arquivamento sumário, pelo Procurador Geral de Justiça do Ceará, de uma ação civil pública contra os gestores responsáveis pela construção do oceanário.

Há aproximadamente um ano, o QDSP possui um canal de conteúdos no site YouTube, o Peixuxa Tube. Nele, há uma variedade de vídeos em que os integrantes

¹⁰ <https://acquarionao.wordpress.com/>

tematizam a natureza da iniciativa de criação do grupo, além de revelar os impactos negativos do projeto para a cidade e de discutir possíveis alternativas. Há também vídeos contendo entrevistas com autoridades públicas e com moradores do Poço da Draga, e outros, ainda, ironizando a iniciativa do projeto.

O QDSP também faz uso do Twitter desde 6 de março de 2012 para a divulgação de informações rápidas, condizentes com os limites da plataforma. Por meio da disponibilização de *links*, o referido site é integrado, desde 12 de março de 2012, com o Ustream, o qual permite a exibição de vídeos em tempo real e seu posterior armazenamento. Pelo Soundcloud, o QDSP disponibiliza o áudio de uma entrevista, debatendo o Acuario Ceará. No Storify, há o registro, ainda que esparso, da curta história do grupo. É importante salientar que todas as mídias citadas têm a capacidade de serem combinadas entre si, capilarizando, de maneira considerável, o fluxo de todo o material produzido e compartilhado pelo QDSP.

Em entrevista, B.L.¹¹, jornalista integrante do Quem dera ser um peixe, revela a importância da diversificação das plataformas utilizadas pelo grupo para sua comunicação.

O Twitter era usado desde o começo, na época em que o Twitter estava bombando muito por causa das *hashtags*, as *twittecams*. Na época, o que estava bombando o Quem dera estava fazendo. Isso tem muito de uma coisa que, desde o começo, foi pensado. A A.S. sempre dizia que o governo tem seus instrumentos: eles têm marqueteiros fodas e um processo de comunicação muito intenso, e nós, o que nós temos? A gente tem a Internet.

Especialmente no Facebook, o tratamento comunicacional dessas informações – em sua maioria inseridas em documentos técnicos, de difícil linguagem e acesso para a maioria da população – é feito por meio da utilização de memes¹², infográficos, vídeos, *posts*, veiculando informações apuradas pelo QDSP e notícias relacionadas ao oceanário trazidas pela imprensa tradicional. Além disso, o Facebook tem servido de espaço de interação entre o movimento e os integrantes de sua comunidade virtual.

O uso intensivo da internet pelo QDSP está dentro do cenário possibilitado pelas novas tecnologias de comunicação. Conforme Castells (2003), os movimentos sociais encontraram na Rede o meio apropriado de organização, abrindo e desenvolvendo novas vias de troca social, tornando-se, mais que um mero instrumento, sua mídia privilegiada. Essa autonomia renovada, expressa na capacidade a que os movimentos sociais usufruem

¹¹ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

¹² É uma ideia propagada pela Internet que assume a forma de um hiperlink, vídeo, imagem, website, hashtag, uma palavra ou uma frase, podendo ser compartilhada através das redes sociais. (Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_%28Internet%29>. Acesso em 14 de fevereiro de 2015)

atualmente de gerar a própria informação, de se comunicar com a sociedade sem intermediários, ainda que sofra limitações, assume uma dimensão mais relevante quando se parte da perspectiva de Castells de que a estrutura dos movimentos sociais é formada, em grande parte, pelos meios de comunicação e de que as redes multimodais constituem o novo espaço público da sociedade em rede. Nesse sentido, Schieck (2011) afirma que a “comunicação distribuída na rede tem a capacidade não só de transmitir como também de unir vontades, convocar, atuar (...)” (p. 103), proporcionando os meios para que tanto movimentos quanto indivíduos exerçam sua autonomia frente ao poder econômico e às instituições do Estado, construindo uma narrativa própria sobre os fatos protagonizados por eles.

O QDSP, como não poderia deixar de ser, se insere nesse cenário. Por ter entre os integrantes diversos comunicadores, a comunicação assume um papel central na maneira pelo qual o grupo conduz as ações e discute as pautas. Como afirma A.S.¹³:

Talvez pelo fato de ter muitos membros ligados à mídia livre, de ter muitas pessoas com esse perfil de dominar tecnologias da comunicação, havia pessoas dessa área, então houve, desde o início, essa preocupação com a comunicação, de não ser artificial, de uma comunicação que primasse pela espontaneidade das coisas, pelo humor, pela legitimidade.

Em um mundo onde boa parte da informação que circula tem por fonte veículos de comunicação diretamente ligados a interesses políticos e econômicos, o emprego das ferramentas de comunicação em rede, desde o início, era entendido pelos integrantes do QDSP como um ponto crucial tanto em oposição ao Acquario, como no debate sobre alternativas a ele, já que o QDSP sempre ressaltou a intenção de ser não apenas crítico, mas propositivo. Não à toa, fruto de um trabalho de investigação e diálogo com os órgãos de fiscalização do Estado, o grupo conseguiu ter acesso a informações relevantes sobre a obra muito antes da imprensa corporativa, pautando-a em diversas ocasiões. Nesse sentido, A.S.¹⁴ afirma:

Eu acho que a gente ainda tem essa oportunidade de criar uma mídia nossa pra apresentar um ponto de vista diferente da mídia corporativa, apresentar contrapontos, porque a mídia, se quiser, manipula (...). É só pegar o próprio portal da transparência: o governo pagando milhões para os portais de informações, para os meios de comunicação. E fazem negócio. É uma mídia corporativa. Em alguns momentos, ela nos foi aliada, talvez nesse lance de barganhar. É estratégia delas também, mas nós soubemos nos contrapor, e acredito que eles nos respeitem, embora, de um ano para cá, nenhum desses órgãos liga mais para gente para saber a posição do Quem dera ser um peixe. Se você olhar, essas informações não têm nenhum contraponto. Eles preferem acreditar no que o governo diz, preferem não saber o que ExIm Bank pensa sobre o empréstimo e sobre o que um movimento que pesquisa isso acha da paralisação da obra. Você não tem nenhum órgão desse de

¹³ Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2015.

¹⁴ Idem.

imprensa que fale sobre o Quem dera ser um peixe, ou que o Quem dera ser um peixe esteja por trás dessas ações civis públicas.

Ainda sobre esse ponto R.V.¹⁵, diz que

A opinião pública só se movimenta quando há uma grande reviravolta; a imprensa, os meios de comunicação tradicionais só se movimentam quando há uma grande reviravolta. Então acaba que as pessoas se cansam de ficar falando. O jornal O Povo, um dia desses, publicou que a obra do Acuario não tinha licença desde o início, e isso a gente tinha falado muito tempo atrás. Se você for olhar os arquivos publicados no Calameo, ali tem muito pano para manga.

Ajudado pela intensidade das trocas nas redes sociais, o QDSP, especialmente nos dois primeiros anos de existência, também realizou intensas atividades fora do espaço virtual. De acordo com Rodrigues (2013), ao longo de 2012 foram organizadas seis “Inundações”, como foram chamadas as reuniões abertas ao público, a fim de partilhar experiências com outros movimentos sociais, divulgar o QDSP e fomentar a aproximação entre os membros do grupo e moradores do Poço da Draga.



Figura 4: “Inundação” do dia 12 de abril de 2012. Fonte: perfil “Peixuxa Acuario”. Acesso: 2 de janeiro de 2015.

Ainda no ano de 2012, como afirmamos anteriormente, o QDSP criou, com o fim de servir de estratégia de socialização e divulgação de sua agenda, o bloco “Unidos contra o Acuario”, que pintou de azul o carnaval do Benfica, bairro da capital cearense famoso pela boemia e pela grande concentração de estudantes universitários. Unidos por um manto da mesma cor, simbolizando o mar e fantasiados de peixes, os Peixuxas entoavam marchinhas de

¹⁵ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

carnaval, satirizando o empreendimento do governo. Em julho de 2013, integrantes do QDSP organizaram o #OcupeAcuario, evento que ocupou o canteiro de obras do Acuario Ceará nas noites dos dias 13 e 14, onde ocorreram rodas de conversa e diversas atividades artísticas.



Figura 5: “Inundação” do dia 12 de abril de 2012. Fonte: perfil “Peixuxa Acuario”. Acesso: 2 de janeiro de 2015.

Desde o início, o QDSP teve como uma de suas principais características a utilização de linhas de atuação bem marcadas: a) o recurso a ações lúdicas, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as pautas defendidas, como as já citadas “Inundações”, o bloco carnavalesco e o #OcupeAcuario b) um intenso trabalho, especialmente no ano de 2012, de divulgação das ilegalidades encontradas e de crítica ao modelo de empreendimentos que o Acuario representa, sem deixar de tocar também em questões sociais estruturantes. Tudo isso de uma maneira autônoma e horizontal por meio das redes sociais. É imprescindível destacar, também, o refúgio à via institucional, isto é, aos órgãos fiscalizadores do Estado, como, por exemplo, Ministério Público Federal e Estadual (MPF e MPE), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ao mesmo tempo denunciando as irregularidades apuradas em aprofundado trabalho de pesquisa e provocando a atuação dos referidos órgãos, por meio de inúmeras reuniões e articulações políticas.

Esse processo de pedagogia política, de provocação das instâncias de participação do Estado e instituição de novas formas de práticas de controle social fez parte, como afirma A.S.¹⁶, de uma metodologia inédita de ação social:

Nós queremos popularizar e conseguimos, através da nossa ação, mostrar que existia um Ministério Público de Contas, que era um órgão encarregado de fiscalizar as contas públicas, que é um órgão que funciona dentro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. A gente não sabia o que era um Ministério Público, não sabia o que era uma Lei de Acesso à Informação. A gente não sabia da importância da transparência. A gente soube ser contemporâneo e continua sendo, com os instrumentais de tecnologia de informação e comunicação que tínhamos à mão, e foi explorando. Nós fomos pioneiros no uso da Lei de Acesso à Informação e de portais da transparência, pegando esse subsídio e entregando na mão do Ministério Público para investigar. Nós fomos pioneiros nessa metodologia de ação.

Dessa forma, num intenso trabalho de pesquisa, o QDSP conseguiu coletar um sem-número de informações sobre o Acuario, as quais, muitas vezes, apoiaram investigações levadas a cabo pelos órgãos de fiscalização do Estado. Em uma dessas vezes, juntamente com o Ministério Público Federal e com o Iphan, o QDSP conseguiu paralisar as obras por 90 dias, ao descobrir que o governo do Ceará havia descumprido determinação legal que o obrigava a produzir um estudo arqueológico do terreno antes do início das construções.

Por vezes, o Quem dera ser um peixe chegava a ter acesso a informações relevantes sobre o Acuario antes mesmo dos órgãos de fiscalização do Estado, postando-as em seu *blog* #AcuarioNao. Como já destacado, nessa plataforma há vários dados sobre ilegalidades com as quais o movimento foi-se deparando. No acompanhamento que temos feito do grupo, desde o começo de 2013, pudemos observar, também, que há no QDSP uma grande preocupação não só de colher as informações e aprofundá-las, mas, também, de apresentar a fonte de onde foram retiradas. Essa foi a maneira encontrada para se validar enquanto produtor de informações, tendo em vista que os movimentos sociais e grupos de ação política, na maioria das vezes, são vistos com desconfiança pela mídia e pela sociedade, não gozando do *status* social de legítimo emissor de notícias.

Tal prática rendeu bons frutos ao QDSP, tendo subsidiado denúncias contra as irregularidades do Acuario, além de ter, por diversas vezes, conseguido pautar a mídia corporativa local e fazer o tema repercutir nacionalmente, através de reportagens na Agência Pública¹⁷, um dos veículos de jornalismo investigativo mais respeitados do Brasil, que, em 2013, fez uma extensa matéria sobre o Acuario Ceará, expondo contradições e ilegalidades;

¹⁶ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

¹⁷ <http://apublica.org/2013/06/quem-dera-ser-um-peixe/>

na Revista Fórum¹⁸ e no *blog* da professora da USP e, à época, relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik¹⁹.

Além do diálogo que mantém com as instituições, há, por parte do QDSP, a preocupação de chegar à sociedade civil, e para isso, se vale, além das formas de atuação já citadas, de um trabalho de decodificação da informação. Muitos dos documentos e dos dados encontrados pelo QDSP em suas investigações são bastante técnicos e de difícil compreensão para a maioria das pessoas. E é exatamente aqui onde entram em cena as ferramentas comunicacionais utilizadas, de modo a fazer com que um relatório técnico e volumoso, por exemplo, seja transformado em um infográfico, ou mesmo que alguma informação nele presente seja destacada por um meme ou um *post* irônico.



Figura 6: Meme veiculado no dia 26 de março de 2012. Acesso: 5 de março de 2015.

¹⁸ <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/06/quem-dera-ser-um-peixe-acuario-ceara-vai-custar-quase-r-300-milhoes/>

¹⁹ <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/04/03/quem-dera-ser-um-peixe-mobilizacao-contra-projeto-questionavel-na-orla-de-fortaleza/>

BISMARCK CONFESSA!!



Acquario não tem
plano de negócios!!!

Figura 7: Meme veiculado no dia 30 de março de 2012. Fonte: *fan page* “Quem dera ser um peixe”. Acesso: 5 de março de 2015.

Há até um plantão de notícias do QDSP, o “Plantão Glub Glub”, onde os mais novos escândalos da obra são divulgados, mimetizando de maneira irônica as formas jornalísticas utilizadas pelos meios de comunicação tradicionais. Toda essa movimentação transcorre principalmente na *fan page* e na comunidade virtual do QDSP no site Facebook, o qual permite inúmeras formas de interação, além de vários tipos de mídia, escrita e audiovisual.

Atualmente, o coletivo encontra-se em processo de rearticulação, depois de denunciar, juntamente com um parlamentar municipal, a tentativa de arquivamento de uma ação que poderá culminar na responsabilização criminal dos envolvidos na construção do equipamento turístico.

Pelo que foi dito acima, podemos perceber a existência de indícios apontando o Quem dera ser um peixe como uma nova e complexa forma de manifestação social para a qual ainda não há uma definição adequada. Uns o entendem como coletivo, nos moldes dos coletivos políticos e artísticos que têm surgido aos montes ao redor do mundo; outros afirmam que o QDSP é, na verdade, um movimento, ou, seguindo a definição de alguns autores sobre o tema, um novo, quiçá novíssimo movimento social. Alguns entendem ainda que o QDSP guarda características das duas formas de organização social citadas, não se vinculando a nenhuma delas propriamente.

Essa indefinição persiste até mesmo entre os membros do QDSP com os quais tivemos oportunidade de conversar, não tanto por eles estarem no “olho do furacão” e, portanto, impossibilitados de ter uma visão panorâmica do processo social em que estão inseridos, mas porque, talvez, o QDSP seja um fenômeno social novo para o qual ainda faltam

parâmetros adequados de conceituação, o que justifica nossa preocupação com as categorias levantadas em confronto com os elementos que temos nos deparado em nossa investigação até aqui.

1.2 Quem dera ser um peixe e a comunidade Poço da Draga: aproximações e conflitos

O local escolhido para receber o Acquario Ceará foi o bairro conhecido como Praia de Iracema, espaço localizado na orla da cidade, onde há um grande fluxo de turistas o ano inteiro. Situado na Rua dos Tabajaras, o Acquario ocupa, mais especificamente, uma área onde antes estava erguido o prédio do Departamento Nacional de Obras Contra à Seca (DNOCS). Esse terreno fica próximo a um condomínio residencial de classe média, que vem sofrendo ameaças de desocupação para a construção do estacionamento que deverá receber os veículos dos visitantes do oceanário. Ao lado, também se acomoda uma comunidade, que completou, em 2015, 109 anos de existência. Ela é popularmente conhecida como Poço da Draga.

De acordo com Rodrigues (2013), a comunidade localiza-se, mais precisamente, entre a Rua dos Tabajaras, a rua Gerson Gradwohl, o prédio da empresa desativada Cidao e a rua Guilherme Blum. Ao lado da comunidade, encontra-se a empresa naval Inace, a qual, ao longo dos anos, vem ocupando uma porção cada vez maior do território do Poço da Draga, sendo causa de conflitos com os moradores. Cortada pelo riacho Pajeú, a comunidade possui uma pequena área de mangue, onde costumam acontecer grandes alagamentos nos períodos chuvosos, comprometendo a saúde dos moradores, que têm as casas invadidas pelas águas. Entre os habitantes do Poço, a área é conhecida como “favela”, pela precariedade das residências e por ser uma região de risco.

Informações constantes no EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) de 2011, trazidos por Rodrigues (2013), dão conta de que aquela população é majoritariamente formada por jovens adultos na faixa dos 20 aos 29 anos. A maioria de seus habitantes recebe até um salário mínimo. Sob o aspecto socioeconômico, pode ser considerada de baixa renda. Ainda segundo o EIA/RIMA sobre o Acquario Ceará, o Poço da Draga possui em torno de 1.071 habitantes e 263 imóveis. Pelo que pudemos observar em nossas visitas à comunidade e por meio de conversas com os moradores desde 2013, a região vem recebendo um constante fluxo de novos habitantes, muitos deles, segundo informações coletadas *in loco*, fugidos de outras comunidades devido a conflitos territoriais ligados ao tráfico de drogas.



Figura 8: Mapa social Poço da Draga. Fonte: Coletivo Urucum.

Apesar de ser umas das ocupações populacionais mais antigas de Fortaleza, o Poço da Draga é uma comunidade bastante precarizada, não possuindo sequer saneamento básico. O sistema de esgotamento sanitário foi construído pelo esforço coletivo dos próprios moradores. De acordo com dados da Habitafor, trazidos mais uma vez por Rodrigues (2013), 92% dos moradores não possuem a regularização fundiária de suas residências. Essa falta de interesse do poder público em resolver a situação desses imóveis tem ligação direta com o fato de a comunidade estar localizada em área nobre da cidade, tendo sido alvo de ameaças de remoção para zonas mais afastadas. Sem a possibilidade de comprovação da posse das casas, os moradores ficam em uma situação de fragilidade jurídica frente a empreendimentos que reivindicuem a área.

O Acquario Ceará se apresenta, nesse sentido, como a mais nova ameaça à permanência do Poço da Draga em seu território de origem. Muito embora o empreendimento não exija, pelo menos em um primeiro momento, a remoção direta da comunidade, há uma grande probabilidade de ocorrer um processo muito comum conhecido como remoção branca: quando uma intervenção urbana chega em determinado local, aumentando o custo de vida na região a tal ponto que torna inviável a permanência dos antigos moradores.

Esse processo de grandes intervenções urbanas tem escala global. O geógrafo marxista David Harvey destaca os traços que caracterizam esse fenômeno. Ele defende a tese de que a urbanização foi usada ao longo da história como uma ferramenta de estabilização econômica e de reinvestimento de capital excedente para a produção de mais capital excedente, condição *sine qua non* para a continuidade do modo de produção capitalista. Dessa forma, como antídoto às crises locais e globais que se têm abatido sobre o capitalismo internacional nesse começo de século, mais uma vez se recorreu a grandes obras e

intervenções urbanas como um estabilizador primário da economia global. Nas palavras de Harvey:

Mas o processo urbano tem sofrido uma outra transformação de escala. Ele tem, em resumo, se tornado global. Crescimentos no mercado imobiliário na Grã-Bretanha e na Espanha, assim como em muitos outros países, ajudaram a fortalecer uma dinâmica capitalista em formas que encontram paralelos amplos com o que aconteceu nos Estados Unidos. A urbanização da China nos últimos vinte anos tem seguido um caráter diferente, com sua concentração pesada no desenvolvimento infraestrutural, mas é ainda mais importante do que o processo nos Estados Unidos. Seu passo foi retomado enormemente após uma breve recessão em 1997, de modo que hoje a China consome quase a metade da produção mundial de cimento desde 2000. Mais de 100 cidades passaram a marca de um milhão de habitantes nesse período, e o que eram vilarejos pequenos, como Shenzhen, se tornaram grandes metrópoles com populações de 6 a 10 milhões de habitantes. Vastos projetos infraestruturais, incluindo barragens e estradas – de novo financiadas por meio de crédito – estão transformando a paisagem. A consequência para a economia global e para a absorção de capital excedente tem isso significativo: o Chile cresce graças ao alto preço do cobre, a Austrália prospera e até o Brasil e a Argentina se recuperaram em parte por causa da força da demanda chinesa por materiais brutos (p. 29, 2008, tradução nossa)²⁰.

O modelo de intervenção urbana de que o Acquario Ceará é símbolo – não à toa sua concepção se deu no ano de 2008, período em que a economia brasileira estava aquecida graças à expansão do crédito, do mercado interno e da alta dos preços das *commodities* – pode ser localizado dentro desse cenário, em que o excedente de capital é aplicado em um processo de urbanização muitas vezes artificial, que visa atender mais a demandas de mercado do que à garantia do direito à cidade para a maioria da população. A própria construção de um equipamento turístico milionário a poucos metros de uma comunidade que sequer possui saneamento básico é emblemático desse processo.

Embora essa questão apareça mais como pano de fundo nas discussões do Quem dera ser um peixe a respeito do oceanário, já que seus integrantes optaram por debater a obra sob um viés mais técnico-jurídico do que propriamente ideológico²¹, todos os integrantes do QDSP com quem tivemos a oportunidade de conversar se colocavam explicitamente contra

²⁰ But the urban process has undergone another transformation of scale. It has, in short, gone global. Property-market booms in Britain and Spain, as well as in many other countries, have helped power a capitalist dynamic in ways that broadly parallel what has happened in the United States. The urbanization of China over the last twenty years has been of a different character, with its heavy focus on infrastructural development, but it is even more important than that of the US. Its pace picked up enormously after a brief recession in 1997, to the extent that China has taken in nearly half the world's cement supplies since 2000. More than a hundred cities have passed the one-million population mark in this period, and previously small villages, such as Shenzhen, have become huge metropolises of 6 to 10 million people. Vast infrastructural projects, including dams and highways—again, all debt-financed—are transforming the landscape. The consequences for the global economy and the absorption of surplus capital have been significant: Chile booms thanks to the high price of copper, Australia thrives and even Brazil and Argentina have recovered in part because of the strength of Chinesedemand for raw materials.

²¹ Sobre isso, basta ler a frase que ilustra a foto de capa da *fan page* do grupo no Facebook: “Você pode até ser a favor do Acquario, mas é contra a transparência?”

essa lógica de cidade que privilegia demandas mercadológicas e não o interesse público, para isso suprimindo instâncias democráticas e violando o direito das pessoas, especialmente as socialmente mais fragilizadas. Uma das falas de A.S.²² ilustra bem esse ponto:

Apenas identificamos que estávamos num espaço de disputa de informação, então havia entre nós a vontade e também foi deliberado de maneira espontânea o confronto dessas ideias, sempre primando por apresentar os dados. Um dos nossos lemas é que você pode ser a favor da obra, mas você é contra que se investigue ela? Sempre trabalhamos na perspectiva de não convencimento, de não fazer uma tarefa evangelista, mas muito mais numa perspectiva de apresentar contrapontos, informação e dados e a pessoa formular. Não havia aquela história, até superando um pouco os movimentos tradicionais, aqueles que passavam com cartazes na rua na década de 90 gritando: “Você aí parado também é explorado”. A gente fazia uma coisa mais tranquila. A informação está aí, o dinheiro é público, nós temos o direito de investigar e a obrigação cidadã de fazer esse controle social, de fazer esse acompanhamento.

A oposição do Quem dera ser um peixe ao Acuario Ceará, apesar de todos os elementos sociais e econômicos apontando os prejuízos que uma obra de tal envergadura poderá trazer para a comunidade, é recebida de diferentes formas pelos moradores do Poço da Draga. Pelo que pudemos perceber em nossas visitas à comunidade e por meio de conversas com os moradores, a grande maioria se mostra ou favorável ao empreendimento, confiando no discurso governamental de que ele irá trazer empregos, ou são céticos quanto à conclusão da obra e à possibilidade de remoção da comunidade.

Apesar de o Quem dera ser um peixe comportar a presença de moradores do Poço da Draga – em torno de cinco pessoas atuam mais assiduamente –, há um claro recorte social dentro dele: a maioria dos membros pertence à classe média, são brancos e concluíram o ensino superior. Além disso, mais familiarizados às ferramentas de comunicação, aos espaços institucionais e à educação formal, ocupam, com maior frequência, as oportunidades públicas de debate, que costumam se localizar fora da comunidade. Apesar disso, há sempre a preocupação de não agir como porta-voz, nem adotar uma postura paternalista em relação ao Poço. Tanto é verdade que, nas audiências públicas organizadas para discutir a obra, o QDSP estimulava a expressão de representantes da comunidade, como M.I., moradora da região há mais de 40 anos. Ela também se coloca contra o empreendimento.

A existência desse recorte de classe é algo reconhecido dentro do QDSP. E podemos dizer que há também uma consciência clara das implicações que isso acarreta na relação do grupo com o Poço.

Sobre isso, B.L.²³ afirma:

²² Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

²³ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

Eu acho que você reconhecer seu privilégio é uma coisa importante. O QDSP nunca se eximiu de ser um coletivo meio academicista mesmo. E é um espaço privilegiado de fala que tem que ser ocupado. É como se eu falasse hoje no movimento feminista, porque eu sou branca, universitária. Aí eu fico: “Ah, eu não vou falar sobre mulheres negras da periferia”. Claro que eu vou falar! Eu não posso tomar o lugar de fala delas, mas eu tenho um espaço de fala privilegiado. E eu acho que isso o QDSP fez muito. Ele reconheceu o privilégio que tinha como uma coisa que foi formada pela galera da academia e usou esse espaço de voz privilegiado pra pautar o Acquario. Não é uma coisa: “Quando eu falo pelo QDSP, eu calo o Poço da Draga”. Não acho que seja assim. Existem espaços de privilégio que precisam ser ocupados. Acho isso muito legal, de não se omitir. E não se omitir já é uma coisa muito boa. Tem um recorte de classe, sim, mas nós sabemos até onde podemos ir. Pode ser que seja elitizado, mas ninguém está negando isso.

Como podemos perceber no discurso de B.L., e foi algo que constatamos também na fala de outros membros, há o reconhecimento de que o recorte social na composição do QDSP lhe dá um espaço privilegiado de expressão em relação a um movimento social da periferia, por exemplo. Mas há a compreensão, também, de que tal espaço deve ser ocupado, sem calar, no entanto, a voz de quem vivencia o problema de perto e é por ele, diretamente, atingido. Apesar disso, a partir de nossa presença no Poço da Draga, pudemos perceber certo desconforto de parte dos moradores, por acharem que o QDSP estaria usurpando um papel de representação da comunidade, que eles, como pessoas “de fora”, não teriam legitimidade de assumir.

Ainda sobre esse ponto, R.V.²⁴ afirma:

A própria relação com o Poço da Draga é uma relação muito delicada, porque as pessoas que têm maior proximidade com o Poço da Draga vão dizer que o movimento não pode se preocupar só em falar mal do Acquario, porque, dentro do Poço da Draga, isso gera um desconforto. As pessoas do Poço da Draga estão num outro recorte social em relação às pessoas do Quem dera ser um peixe, apesar de você ter M.I., de você ter a I., que são pessoas que dialogam diretamente (...). Tem a tentativa de “Vamos se somar ao Poço da Draga para questionar a questão da moradia, a questão das melhorias urbanísticas”. Não acho que o movimento esteja disposto a isso, porque parte de pessoas que estão muito mais próximas do Poço da Draga.

Esse tem sido um dos principais desafios do Quem dera ser um peixe com relação ao Poço: confrontar o discurso fácil dos promotores do empreendimento, que alardeia geração de postos de trabalho e de renda, com o defendido por eles, o qual se lastreia em uma análise política, social e econômica que exige ferramentas conceituais e grande capacidade de elaboração discursiva.

Pautas como direito à cidade, transparência nos gastos públicos, controle social do Estado, reivindicação de espaços de exercício democrático da cidadania ainda são pouco conhecidas, não fazendo parte do vocabulário político da maioria das pessoas, especialmente

²⁴ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

em áreas pobres e com baixa infraestrutura, onde o acesso a condições básicas de vida – saneamento básico, emprego, saúde – está longe de ser garantido.

1.3 Coletivo: definindo uma categoria

É insuficiente e frouxo demais definir o conceito de coletivo como um mero ajuntamento de pessoas. Quando se pensa em coletivos políticos ou artísticos, por exemplo, caracterizá-los apenas em termos de grupo parece deixar de fora aspectos essenciais a esse modo de organização. Grupo é um termo aberto, que serve para nomear de uma reunião de condôminos a pessoas na fila de um terminal de ônibus, passando por pedestres que se aproximam uns dos outros enquanto aguardam o semáforo abrir. Grupos são episódicos, circunstanciais, constituem-se e se desfazem na mesma velocidade, não deixam marcas. O que une seus “membros” é externo, da ordem do contingente. Com os coletivos, dá-se o oposto. Apesar de, como os grupos, serem campos abertos, porosos, há algo que une seus integrantes e que os fazem se fixar no tempo, criar raízes e estabelecer redes e conexões que, por vezes, perduram até mesmo quando o nó de onde se originaram já nem existe mais.

Migliorin afirma que um coletivo se cria:

porque pessoas compartilham uma intensidade de trocas maiores entre elas do que com o resto da comunidade, do que com outros sujeitos e práticas e, em dado momento, encontram-se tensionadas entre si. O coletivo, assim, é uma formação não de certo número de pessoas com ideais comuns, mas de um bloco de interesses, afetos, diálogos, experiências ao qual certo número de pessoas adere, reafirmando e transformando esse mesmo bloco (2012, p. 2).

Noção semelhante pode ser encontrada em um trecho do Manifesto Horizonte Nômade²⁵, ao dizer que coletivos

são as novas formas de organização de processos colaborativos, que carregam uma maneira consciente de relação transparente e participativa que se realiza na ação. Os participantes dos coletivos, se integram por afinidades ou complementaridade, colaborando conscientemente com suas diferentes sabedorias por uma ideia em comum, sendo cada vez mais multidisciplinares. Sempre aperfeiçoando e criando novos métodos de colaboração conjunta, reconhecendo e aplicando suas potências positivas e experimentais.²⁶

Essas duas definições, a primeira produzida por um acadêmico e a segunda pelos próprios integrantes do Horizonte Nômade, nos dão indícios das características que instituem

²⁵ Horizonte Nômade foi um coletivo formado na cidade de São Paulo/SP, ativo entre os anos de 2002 e 2004. Seu núcleo era composta pelas artistas Flávia Vivacqua, Sofia Panzarini e Fulvia Molina. Partindo de um modo de criação coletiva, propunha a realização de ações culturais e intervenções urbanas que convergissem com suas pesquisas e preocupações estéticas, pensando a cidade, suas relações midiáticas, espaciais, temporais e imagéticas. (Disponível em: <<http://corocoletivo.org/horizonte-nomade/>>. Acesso em 14/04/2014)

²⁶ Disponível em: <http://corocoletivo.org/algumas-poucas-linhas-sobre-coletivos-de-arte/>. Acesso em 13/04/2014.

um coletivo, não apenas como organização, mas também como prática, no sentido foucaultiano de produção de mundo e de sentido.

Migliorin (2012) afirma ainda que os coletivos não devem ser entendidos como uma formação que se aglutina em torno de ideais comuns, mas como um bloco de interesses múltiplos ao qual um certo número de pessoas adere, ao mesmo tempo em que o transforma e o reafirma. Segundo ele, “um coletivo não faz unidade”, ou seja, não se organiza a partir de uma identidade comum, dada de antemão, mas agrega sujeitos em constante trânsito e modificação. Um coletivo

é fragilmente delimitável seja pelos seus membros, seja por suas áreas de atuação e influência, e seus movimentos – um novo filme, um festival, uma intervenção urbana ou política – não se fazem sem que o próprio coletivo se transforme e entre em contato com outros centros de intensidade (MIGLIORIN, p. 2, 2012).

Diante de uma forma de organização tão múltipla e difusa, entender o que exatamente possibilita sua existência, o elemento de coesão que permite aos indivíduos criar novas formas de ação coletiva, torna-se uma tarefa difícil. Assim, concordando com o autor, poderíamos dizer que coletivos são, antes de tudo, espaços de trocas, de compartilhamento de intensidades, emoções, diálogos, experiências, afetos e desejos. Aqui, gostaríamos de nos estender um pouco sobre os conceitos de “afeto” e “desejo”, por entender que são centrais à compreensão do que mobiliza os indivíduos a buscarem estar juntos. O conceito de política do afeto pode nos ser útil.

O conceito de afeto é retomado dos estoicos por Espinosa para criticar o modelo cartesiano de racionalidade, rejeitando o dualismo corpo e alma/mente e a primazia do intelecto sobre as paixões humanas. Como destaca Bittencourt (2009), partindo dos conceitos filosóficos de Espinosa, é possível pensar que, ao longo de nossas vidas, desenvolvemos incontáveis interações com outros corpos. Seriam tais eventos, dependendo da maneira pela qual nos afetam, os responsáveis em ampliar ou diminuir nossa capacidade de agir, dado que uma interação, na medida em que mobiliza um corpo, faz com que decorra desse evento um afeto. Em outras palavras, o filósofo postula que interações baseadas em afetos adequados, ou seja, positivos, ampliam nossa capacidade de ação, acarretando um acréscimo de nossa força intrínseca, como é o caso da alegria, entendida como a passagem de um estado de perfeição menor para um estado de perfeição maior. Um bom encontro, portanto, teria a capacidade de proporcionar um aumento em nossa capacidade de agir, uma vez que ele decorre

da nossa capacidade de, mediante a compreensão do fluxo de afetos que são gerados através das impressões das causas externas, utilizarmos essa relação como suporte para a ampliação do sentimento de alegria em nosso ânimo, posto esse afeto se transformou em causa ativa, da qual temos pleno domínio (BITTENCOURT, p. 108, 2009).

Nesse sentido, coletivos poderiam ser entendidos como espaços privilegiados de interação entre corpos unidos por afetos, lugar primordial de bons encontros, a partir dos quais as pessoas se potencializam para a ação.

Em uma entrevista sobre coletivos de arte concedida ao site *Favela é isso aí*, José de Oliveira Júnior, diretor de projetos e apoio ao trabalhador associado do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (Sated-MG), exemplifica o conceito espinosano de política dos afetos ao afirmar que

Os coletivos são tentativas de solucionar coletivamente boa parte dos problemas que a classe artística encontra, seja na música, na dança... Muitas vezes, quando as pessoas se reúnem para essas experiências, elas nem sabem que caminho tomar, só sabem que juntas elas podem mais que sozinhas²⁷.

Ao dizer que as pessoas que se reúnem em coletivos muitas vezes não sabem que caminhos tomar, mas acreditam que juntas podem mais do que sozinhas, José Júnior revela também um importante traço dos coletivos, que os diferencia de outras formas de organização como os movimentos sociais: a presença, em muitos casos, de um espontaneísmo que os afasta de uma agenda fixa e pré-determinada, compartilhada entre todos os membros do grupo e reforçada cotidianamente. Coletivos, às vezes, fazem-nos lembrar aquela brincadeira infantil, deliciosamente perigosa, de juntar várias coisas (intensidades) diferentes só para ver o que acontece. É a partir daí que, dialogando mais uma vez com Migliorin, podemos falar da existência de um constante estado de crise em um coletivo, uma vez que seus membros não se articulam por meio “de uma institucionalidade, de um contrato ou de uma posição dentro da cadeia produtiva, mas por conta de uma afinidade que se concretiza em ações em tempos variados” (2012, p. 3). Um coletivo é um território heterogêneo, espaço de cruzamento entre diferentes intensidades, velocidades, maneiras de investir o tempo, de uma diversidade que precisa ser constantemente gerenciada para que sua estrutura não venha abaixo.

Escóssia & Kastrup (2005) trabalham o conceito de coletivo a partir de autores como Giles Deleuze, Félix Guatarri, Michel Foucault, Bruno Latour, entre outros, na tentativa de desfazer a confusão criada pelo pensamento moderno, que estabeleceu a dicotomia indivíduo-sociedade, ao considerá-los polos preexistentes à sua interação, identificando o coletivo ao social. Assim, para pôr fim a essa separação, as autoras vão buscar ressignificar o conceito de coletivo, entendendo-o como plano de coengendramento e de criação.

Indivíduo e sociedade, portanto, se produziriam mutuamente a partir da relação entre eles. Esse plano relacional produtor dos termos seria, em uma perspectiva ontogenética,

²⁷ Disponível em: <http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=41>. Acesso: 22/04/2014.

anterior aos dois termos. E, de uma perspectiva topológica, estaria localizado exatamente entre as duas oposições. É esse plano relacional que Escóssia e Kastrup chamam de coletivo, o qual não se reduz ao social totalizado e cujo “funcionamento não pode ser apreendido através das dinâmicas das relações interindividuais ou grupais, uma vez que estas acontecem entre seres já individuados” (ESCÓSSIA & KASTRUP, 2005, p. 303).

Da redefinição conceitual levada a cabo pelas autoras, o que vai nos interessar será o modo como se dá o funcionamento desse plano, coletivo à medida em que revela um aspecto muito importante dos coletivos enquanto forma de organização: a produção de subjetividades na relação com o outro, no cruzamento das malhas de sentido que cada um traz em si, resultando desse encontro algo que não havia antes. Para tanto, elas vão buscar em Deleuze & Parnet (1998) a noção de agenciamento. Agenciar, então, seria estar entre, sobre a linha que demarca a fronteira entre dois espaços distintos. Nas palavras de Escóssia e Kastrup,

Agenciar-se com alguém, com um animal, com uma coisa – uma máquina, por exemplo – não é substituí-lo, imitá-lo ou identificar-se com ele: é criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois, neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável que todo agenciamento coletivo revela. A relação, entendida como agenciamento, é o modo de funcionamento de um plano coletivo, que surge como plano de criação, de co-engendramento de seres. Cabe ressaltar que este plano coletivo e relacional é também o plano de produção de subjetividades (2005, p. 303).

Coletivo seria, dessa forma, um espaço onde corpos – com toda a carga simbólica, subjetiva e material que essa palavra comporta – agenciam-se mutuamente para produzir algo novo, onde pessoas se coengendram, isto é, existem e se (re)criam no espaço-tempo comum.

O desejo, a segunda categoria que pretendemos colocar em destaque na intenção de nos acercar da definição de coletivo, pode nos dar mais algumas pistas sobre o surgimento desse tipo de organização social e sua proliferação na contemporaneidade. Deleuze e Guatarri (2010) elaboram uma nova “teoria do desejo”, colocando em cheque a posição da psicanálise como único saber autorizado, até então, sobre esse tema. Para os filósofos, o desejo deve ser compreendido como produção, ausente a pressuposição de qualquer falta originária encontrada nas teorias psicanalíticas. Para eles, e é precisamente aqui o ponto que justifica nossa utilização do conceito, o desejo perpassa todo o campo social, não está limitado e encerrado apenas à família. A ordem do desejo, manifestando-se na escala do conjunto da sociedade, é capaz de instituir práticas e movimentos imprevistos, como as manifestações de Maio de 68 na França, por exemplo e, mais recentemente, o movimento Occupy Wall Street. Para Guatarri,(1998) o desejo não deve ser pensado como uma superestrutura subjetiva, uma vez que não para de trabalhar a história, incidindo também na infraestrutura, no campo da produção, e não apenas no da representação.

Falamos de desejo, mas desejo de quê? Reformulando a pergunta: que tipo de desejo é esse que tem como consequência o surgimento de novas formas de organização social? O que tem fomentado essa vontade de estar junto, a qual já nos referimos antes?

Maffesoli (1998) responde essa pergunta ao identificar a tendência atual de declínio do individualismo nas sociedades de massa. Para ele, “a massa indefinida, o povo sem identidade ou o tribalismo enquanto nebulosa de pequenas potencialidades tribais” (1998, p. 14) ultrapassaram o individualismo burguês, aquele *bunker* obsoleto que, segundo ele, merece ser abandonado. Ainda de acordo com o sociólogo, a multiplicidade, característica da sociedade atual, favorece a emergência de um forte sentimento coletivo, o que ajudaria a explicar a busca atual, como o demonstra o surgimento de tantos grupos, pela indiferenciação, pelo perder-se em um sujeito coletivo. Sintoma do que ele identifica como sendo a passagem de um social racionalizado para uma socialidade empática. Foi o que o autor quis explicitar, ao cunhar o termo neotribalismo. Nessa nova forma de tribalismo destacada por Maffesoli, o “sexo, a aparência, os modos de vida, até mesmo a ideologia são cada vez mais qualificados em termos que ultrapassam a lógica identitária e/ou binária” (1998, p. 17).

Uma noção importante que se conecta tanto aos conceitos de política dos afetos como ao de desejo, trabalhados anteriormente, é a de atmosfera, própria do romantismo alemão, como destaca o autor. Mais do que uma ideia, um programa político, uma orientação ideológica definida, é a emoção (afeto, desejo, trocas, atmosfera) que tem servido como força propulsora de novas agregações sociais, como o são os coletivos. É por esse motivo que Maffesoli (1998) faz questão de deixar claro que o que predomina na atitude de grupo é o dispêndio, o acaso, a desindividualização, o que afastaria qualquer tentativa de ver nela, na comunidade emocional, mais uma etapa na linear marcha da história.

Pelbart (2002) nos dá o contexto – econômico, político e social – que tem propiciado o surgimento de novas experiências de partilha do comum e do fazer coletivo. Na palestra “Exclusão e biopotência no coração do Império”, ao discorrer sobre as novas modalidades de exclusão no capitalismo em rede, o qual elegera como novos signos de valor a mobilidade, a conexão, a fluidez, constituindo-se, como o filósofo mesmo coloca, como uma megamáquina de produção de subjetividade e mobilização do desejo, lança a pergunta: de que forma, dentro desse processo, indivíduos e coletivos produzem outros tipos de subjetividades, “sensibilidades inusitadas, modalidades raras de se agregar, de criar sentido, de trocar experiências, de inventar dispositivos expressivos, de operar sua memória, de celebrar ou de resistir às injunções hegemônicas?” (PELBART, 2002, p. 3). Em outras palavras, como pensar as subjetividades insurgentes, dissonantes, no contexto em que não só a luta contra a

dominação e a exploração de classe, mas também contra as formas de assujeitamento prevalecem?

Para lidar com essas questões, Pelbart (2002) faz uso do pensamento do sociólogo Gabriel Tarde na tentativa de acessar coisas tão intangíveis quanto subjetividade, territórios existenciais, construção de redes informais. Segundo Tarde (apud PELBART, 2002), a força afetiva presente na multidão é uma força psicoeconômica, a qual consiste na capacidade de produzir o novo; capacidade esta cuja valorização não está subordinada ao capital.

A ideia é que todos produzem, mesmo quem não está vinculado ao processo produtivo. Produzir o novo é inventar novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. Todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer (...). A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência de todos e de cada um. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada torna-se quantidade social, e assim pode ensejar outras invenções e novas imitações, novas associações e cooperações. (PELBART, 2002, p. 5)

Aqui, mais uma vez esbarramos com a categoria afeto, entendida agora como força, indutora de novos processos sociais e novas formas de associação e cooperação. Essa perspectiva também deixa clara a importância que a subjetividade e os processos nela imbricados – de produção, de captura e de resistência – vêm ganhando em um cenário em que o capitalismo em rede ou conexionalista tem penetrado, de maneira nunca antes vista, nessa dimensão da vida dos indivíduos.

Até aqui, vimos desenhando as linhas que dão corpo à categoria ‘coletivo’. No entanto, antes de analisar de que modo suas características se manifestam no QDSP, é necessário dar um passo atrás na discussão para refletir um pouco sobre que tipo de ancoragem ideológica, ainda que velada, esse modo de organização social revela, já que isso irá nos ajudar a compreender melhor a posição que os coletivos ocupam no contexto sociopolítico atual e a que demandas (desejos) eles respondem.

Graeber (2013) afirma que, “somente tornando sua forma de organização no presente ao menos uma vaga aproximação de como uma sociedade livre realmente operaria, de como todos, um dia, deveriam ser capazes de viver, se pode garantir que não caímos de volta no desastre” (p.3, 2013). Esse trecho serve para ilustrar uma terminologia muito cara ao anarquismo, conhecida como política pré-figurativa. Tal conceito está no cerne dessa ideologia, sendo profundamente vinculado à prática da ação direta. Em vez de se fiar na estratégia do marxismo-leninismo, em seu dirigismo do proletariado na luta de classes, a política pré-figurativa privilegia a emergência de modos de organização social que refletem o futuro ao qual se almeja. Em outras palavras, para alcançar a transformação da sociedade, tal política não se vale de uma modificação das macroestruturas de poder (mudança do estado

por dentro), mas da construção de modos de organização que, por seu exemplo, serviriam de guia para outras experiências. Uma ética da prática, como ressalta o próprio Graeber (2013).

Outro princípio muito caro ao anarquismo é o da autogestão. Segundo Albert (2004), por meio dele, o poder decisório sobre determinada questão é concedida a cada agente na proporção em que esta (questão) poderá ou não afetá-lo. Ou seja, nos casos em que determinado sujeito pudesse ser diretamente afetado por uma decisão, seu poder de influência sobre ela deveria ser máximo. De outra forma, caso o que seja decidido não tenha nenhuma repercussão prática na vida de alguém, seu poder de influência no processo decisório deveria ser mínimo ou nulo. Ainda segundo o autor, para se chegar à autogestão, é necessário que cada agente possua capacidade de discernimento sobre as questões em jogo, tendo fácil acesso às avaliações relevantes dos resultados.

Nesse modelo de tomada de decisões, a participação – capacidade de influência sobre processos cujas consequências afetam agentes sociais, individual ou coletivamente – é potencializada, possibilitando maior incidência sobre as estruturas que determinam a vida social. Sua implementação enquanto experiência, seguindo a lógica da política pré-figurativa, é exercida nos circuitos anarquistas, pelo menos naqueles de viés coletivista, mas a intenção é reproduzi-la em toda a sociedade, a partir da geração de um novo mundo pós-revolucionário.

Ao trazermos os conceitos de política de pré-figuração e de autogestão, o que tentamos mostrar é que os coletivos, como experiência de produção social, ancoram-se de alguma maneira à tradição anarquista, na medida em que têm não só o desejo de se posicionar no mundo como sujeito coletivo, mas, também, de ser um espaço de (re)potencialização do indivíduo por meio de agenciamento mútuo e do entrecruzamento de singularidades para dar vida a algo novo. Isso passa necessariamente pela produção, nesses espaços, de experiências de participação e engajamento, vivenciados a partir de uma horizontalidade estrutural, que permita o alargamento das instâncias de decisão e a possibilidade real de as pessoas incidirem sobre questões que tenham consequências concretas sobre elas, retomando uma experiência que é negada para a grande maioria de nós no modelo de democracia atual, em que muitos decidem sobre pouco e poucos decidem sobre muitos. Esse ensaio, essa vivência de constituição do comum, é tributária dos dois princípios anarquistas com os quais estamos trabalhando. Nosso ponto, portanto, é que, para responder a esse desejo de (re)potencialização do indivíduo no fazer coletivo e de participação política, tomando seu sentido lato – ou seja, não apenas no campo institucional, mas também no nível do cotidiano, da vida comum, crivada de pequenas resistências às injunções normalizadoras de uma sociedade cada vez mais centrada no controle –, os coletivos incorporaram princípios organizativos anarquistas.

Com isso, não queremos imputar o rótulo de anarquista a todo coletivo, embora tal forma de organização seja comum a vários grupos anarquistas; tampouco queremos afirmar que os coletivos, todos eles, se constituem a partir dessa ética da prática, por meio do qual contribuiriam para o surgimento de uma nova sociedade. Ao contrário, queremos apenas ressaltar que os coletivos, como organização, dialogam, implícita ou explicitamente, com a matriz ideológica anarquista. Além da produção de modos de viver que desafiam os valores vigentes, outras convergências podem ser observadas entre a prática dos participantes de um coletivo e a ética anarquista. Ausência de hierarquia, tomada de decisões por consenso, associação voluntária, ajuda mútua, auto-organização e precedência do coletivo sobre o individual são marcas da ideologia anarquista que atravessam esse modo peculiar de organização.

Ao ressaltar essa ligação entre coletivos e anarquismo, nossa intenção era revelar a historicidade desse modo de organização, embora reconheçamos ser este um assunto que exija mais espaço para desenvolvimento. Por ora, queremos deixá-lo como um apontamento para futuras investigações.

Após essa breve incursão teórica, passamos, agora, a discutir a adequação do conceito de “coletivo” ao QDSP, por meio da comparação entre suas características e as que, segundo Migliorin (2012), constituem-no.

Ao longo do texto “O que é um coletivo”, o autor vai elencando traços que, em sua opinião, firmariam a natureza de um coletivo. De acordo com ele, poderíamos definir esse tipo de organização a partir dos seguintes predicados: 1) centro de convergência de pessoas e práticas, trocas e mutações; 2) campo aberto, poroso a outros coletivos e grupos; 3) bloco de interesses, afetos, diálogos e experiências aos quais certo número de pessoas adere, modificando e reafirmando esse mesmo bloco; 4) cruzamento de intensidades proporcionadas pelos encontros entre pessoas; 5) condensador e agregador de sujeitos e ideais em constante aproximação e distanciamento; 6) fragilmente delimitável, pois seus movimentos não se fazem sem que o próprio coletivo se modifique, ao entrar em contato com outros centros de intensidade; 7) em constante estado de crise, uma vez que seus membros se mantêm unidos por afinidade e não por causa de uma institucionalidade ou posição hierárquica; 8) espaço heterogêneo e composto de múltiplas velocidades distintas, presenças inconstantes e dedicações não mensuráveis; 9) ritmo de trabalho não pautado por uma lógica produtiva; 10) em si uma rede e também mais um ponto na rede sociotécnica, que liga pessoas e grupos na contemporaneidade.

Analisando as práticas e o modo como se organiza o QDSP, é possível observar a existências de algumas aproximações entre suas características e os traços elencados acima.

O QDSP funciona como um centro de convergência de pessoas que se aglutinam em torno não só de uma causa pontual (a oposição à construção do oceanário), mas também pautam questões de fundo, como a falta de transparência governamental e o autoritarismo da administração pública, constituindo-se em espaço onde diferentes práticas se encontram e se atravessam. Isso se deve tanto à pluralidade dos participantes, os quais possuem formações diversas, são de diferentes gerações e de diferentes classes sociais, mas também à horizontalidade, permitindo que as trocas se deem no mesmo nível e sem mediação.

É também um campo aberto, na medida em que dialoga com vários outros grupos, coletivos, sujeitos e movimentos sociais. Só para citarmos alguns exemplos, o QDSP possuía/possui estreita ligação com o Comitê Popular da Copa; com o coletivo de comunicação, direitos humanos e justiça, Urucum, o qual também atua no Poço da Draga; com o coletivo de comunicação Nigéria, e assim por diante.

Ao longo dos anos de 2013, 2014 e 2015 tivemos oportunidade, por diversas vezes, de participar de reuniões e espaços de discussão organizados pelo Quem dera ser um peixe. Nessas ocasiões, foi possível perceber a chegada de novos membros, o afastamento de uns e a reaproximação de outros. Tal fluidez na dinâmica de funcionamento, diferentemente do que aconteceria dentro do espaço de um movimento social era entendida como algo natural, a ser respeitado e compreendido. A abertura para diferentes tipos e regimes de participação era tanta que não era raro ver novos membros já se posicionando sobre questões relevantes para o grupo, sendo-lhes facultada a oportunidade de emitir opiniões e impressões, desde que, é claro, houvesse um compromisso com tarefas importantes para a continuidade das ações do QDSP. Em outras palavras, havia abertura para a participação, com a condição de que existisse uma disponibilidade mínima de colaborar nas tarefas distribuídas entre todos.

Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar também que essa fluidez no afluxo e na cooperação de integrantes, essa porosidade a diferentes investimentos de tempo e compromisso, era suportado por um “núcleo duro” de membros, os quais articulavam reuniões, fomentavam debates, além de executar o trabalho de investigação e diálogo com a mídia corporativa e os espaços institucionais. Sem o trabalho árduo e constante dessas pessoas, seria difícil imaginar que o QDSP pudesse ter chegado aonde chegou.

Pensar que o QDSP se constitui a partir de um bloco de interesses, em vez de uma agenda política fixa, pré-constituída e pouco sujeita a mudanças, ajuda-nos, também, a vislumbrar as contribuições possíveis que esse tipo de participação mais “solta” pode trazer,

na medida em que tais interesses podem ser modificados ou reafirmados, dialogando entre si, em uma troca constante de afetos e experiências. Não à toa, a pauta política do QDSP foi-se alargando para abranger temáticas que, de início, não estavam presentes, ou pelo menos não eram ainda colocadas de maneira tão clara, as quais dizem respeito a questões mais estruturais, como práticas de democracia direta, por exemplo. Essas intensidades que se cruzam produzem direcionamentos e visões que renovam constantemente as práticas e as perspectivas dentro do Quem dera ser um peixe, constituindo-o como um espaço nunca acabado, sempre em construção, e, por isso, também fragilmente delimitável, já que está em constante contato com diferentes pontos de vista.

Como afirmado acima, o Quem dera ser um peixe realiza um diálogo intenso com diversos grupos, movimentos e coletivos, afetando e deixando-se afetar a cada novo contato. Muitos dos integrantes, além disso, participam de outros espaços. Alguns são até mesmo filiados a partidos políticos. Isso provoca um constante movimento de troca e uma permanente renovação de práticas.

A riqueza e o cruzamento de campos ideológicos distintos e de experiências de mundo, particularidades por terem espaço garantido de manifestação dentro do Quem dera ser um peixe, ensejam diversas crises dentro dele.

A propósito dos preparativos da organização do #OcupeAcuario em 2013, por exemplo, houve uma discussão enorme no QDSP sobre se se deveria ou não enviar um *release* do evento à imprensa. Os participantes mais vinculados a uma tradição política anarquista acreditavam que isso seria um desserviço à causa de oposição ao Acuario, por ser uma prática que, em tese, menosprezaria a capacidade de auto-organização dos ativistas para a produção de sua própria comunicação. Tal atitude era vista, em resumo, como gesto que chancelava a mídia tradicional como um produtor legítimo de discurso. Por outro lado, havia membros que não enxergavam nisso um problema, apostando na divulgação do Quem dera ser um peixe e de sua pauta como um meio de fomentar o debate sobre o oceanário na sociedade cearense e trazer mais pessoas para a luta. Ao final, não se chegou a nenhum consenso sobre isso, e o *release* acabou sendo lançado. A consequência disso foi o afastamento de membros que não concordavam com a estratégia e a veiculação de uma matéria de seis minutos sobre a ocupação pela TV União. Sobre esse incidente, R.V.²⁸ afirma:

Teve um caso muito emblemático no #OcupeAcuario. A gente fez um release de divulgação e, principalmente mais no começo, havia pessoas que se diziam anarquistas próximas do grupo. Isso sempre gerou um embate, porque eram pessoas que nunca concordavam com divulgar para imprensa, porque, com isso, a gente só

²⁸ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

estaria reforçando uma “mídia golpista”. Então, no #OcupeAcuario, quando a gente mandou o *release* muita gente disse: “Não tem que ir, não tem que aparecer, porque a gente não acredita nessa forma de fazer comunicação”. No #OcupeAcuario, a gente conseguiu pautar vários jornais. A TV União fez uma matéria de seis minutos. E, no Ocupe, já tinha gente se aproximando que não estava à frente, e, quando você chega no Ocupe, eram outras pessoas mostrando a cara. Eram várias pessoas dando a cara para aparecer, e várias pessoas não concordaram. Foi mostrado mesmo assim (o release).

Outro elemento ensejador de crises dentro do grupo é a proximidade de alguns integrantes do Quem dera ser um peixe ao PSOL, por vezes planejando ações conjuntas em relação à investigação do Acuario e à responsabilização das autoridades públicas. Em uma dessas ocasiões, um vereador do PSOL buscou os integrantes do Quem dera ser um peixe a fim de dar amplitude a uma denúncia. Na época, a ação civil pública que poderia ser desmembrada em ação criminal, ensejando assim a investigação dos envolvidos na construção do oceanário, foi arquivada sumariamente e sem qualquer justificativa pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Ceará, cargo ocupado por indicação do então governador do Estado, Cid Gomes. O vereador acionou o QDSP por reconhecer o papel desempenhado pelo grupo na oposição ao empreendimento. Rapidamente, os membros do Quem dera ser um peixe se engajaram para evitar que o arquivamento fosse consumado. Nesse período, começo de 2015, houve uma retomada das reuniões presenciais, que já andavam esquecidas. Pela mobilização alcançada pelo referido vereador, juntamente com o Quem dera ser um peixe e com o jornalista investigativo do jornal O Povo Demitri Túlio, aliado à paralisação repentina da obra e à retomada mais repentina ainda, foi possível pautar o fato na imprensa local e fazer pressão sobre o colegiado de procuradores que estavam avaliando o arquivamento, o que resultou, finalmente, na continuidade da ação e na investigação dos envolvidos.

Tal aproximação ocasionou o afastamento de uma integrante do Quem dera ser um peixe. Ao anunciar seu desligamento, por meio de uma *in box* no Facebook que tem servido como principal canal de comunicação entre os membros do QDSP, ela disse que o fazia por não concordar com a proximidade do grupo ao referido partido político. Sobre isso, R.V.²⁹ comenta:

Como não é um movimento, não tem uma forma definida das dinâmicas do grupo, fica uma disputa de como você acha que deve ser feito. A maioria do grupo, até por inércia, adotou muito uma postura de provocar as instituições. Entra numa questão de provocar, junto com o mandato do João Alfredo, de provocar as instituições. E, como o movimento estava desarticulado, acabou tendo num passado recente, como única frente de atuação, acompanhar isso. Eu não acompanhei o distanciamento da I.C., só soube depois. Mas, como ela, vários se distanciaram. A B., que é anarquista, se distanciou porque acha que o movimento se aproximou muito do PSOL. O movimento não tem forma definida. Se essas pessoas que não estão concordando

²⁹ Idem.

não disputarem o que elas acham que o Quem dera ser um peixe deveria ser como grupo... Essa questão do gerenciamento de crises passa muito por essa questão da proximidade. A I.C. era amiga de um monte de gente que estava ali, e eu acho que a disputa se deu entre os amigos. Acho que tem um distanciamento por discordâncias explícitas, mas também tem um distanciamento porque a pessoa está tomando outros rumos, cansou e tal. Sei do gerenciamento de crises quando teve assim: “Ah, vai aparecer ou não sobre o #OcupeAcuario?”. Pessoas diziam que não, pessoas diziam que sim. Quem achou que sim foi lá e fez a matéria. Então, não teve uma assembleia para deliberar como seria feita. Para a imprensa, é muito mais fácil dizer que é do PSOL para deslegitimar, como o Roberto Cláudio fez com a B. F., que fez uma pergunta, e ele disse: “Ah, a B.F. é do PSOL”; como se dissesse: “Não vou responder, não vou dar corda”.

Essa questão da proximidade com o PSOL vem-se colocando desde o início da atuação do Quem dera ser um peixe. Em 2012, para apoiar a candidatura à prefeitura de Fortaleza de um candidato do mesmo partido, foi criado um grupo chamado Fortaleza Insurgente, do qual muitos integrantes do Quem dera ser um peixe faziam parte. Para evitar conflitos internos e a acusação, por parte da imprensa e de outros candidatos, de um “aparelhamento” do grupo por parte do PSOL, argumento frequentemente usado, como ressalta R.V., para deslegitimar a ação de movimentos sociais, optou-se pelo afastamento temporário dos membros do QDSP que estavam participando da campanha a favor da candidatura do PSOL.

Sobre essa proximidade entre o QDSP e o PSOL, ela afirma³⁰:

Como caminho de aproximação é muito interessante. E aí, você vai ter pessoas que vão se aproximar do Fortaleza Insurgente, e aí, você vai pensar que o Fortaleza Insurgente foi construído para apoiar a candidatura de uma pessoa de um partido político. Para você ver como as coisas não são excludentes. Meu caminho foi: Quem dera ser um peixe, Fortaleza Insurgente, campanha do Renato e me filiar ao PSOL, continuando sendo do Quem dera ser um peixe e tudo isso. Eu me filiei a um partido por ter uma aproximação ideológica que veio fomentada por esse caminho, e não que eu entrei no partido e ele achou que estrategicamente devia estar em tais ou tais espaços.

Sobre essa questão, podemos observar que há dentro do Quem dera ser um peixe uma reflexão madura sobre a política, sobre o papel dos partidos e sobre o tipo de processo social que se estava tentando colocar em marcha por meio das experimentações das quais o grupo lançou mão. O diálogo aberto com a institucionalidade, seja com os órgãos de fiscalização do Estado, seja com um partido que possui afinidade ideológica com a pauta do movimento, faz parte da tentativa de construção de um novo horizonte político e do alargamento de práticas democráticas e de participação popular na vida pública do Estado e do país.

³⁰ Ibidem.

Esse constante estado de crise, portanto, é algo que aproxima o Quem dera ser um peixe de outros coletivos, porque, como estes, sua estrutura horizontal, organizada em torno do afeto, proporciona a oportunidade para debates acalorados e para uma constante renovação de abordagens e pontos de vista.

Os debates e as ideias integram a dinâmica do grupo de maneira orgânica, surgem a todo momento, prescindindo de qualquer formalidade ou rito. Essa permeabilidade do QDSP a diversas influências, aliada à horizontalidade pela qual se constitui (experiência de democracia direta) e a heterogeneidade dos participantes, gera uma potência que resulta em uma identidade em constante produção.

Como já afirmamos anteriormente, observando a dinâmica do QDSP, pudemos constatar que a dedicação dos integrantes não é mensurável, pelo menos não nos parâmetros da lógica produtiva. Lá, a contribuição de cada membro se dá em velocidades distintas e em diversas escalas, variando de acordo com formação e com disponibilidade de tempo a oferecer. Quem pode mais dá mais, e quem pode menos dá menos. Isso não gera dentro do grupo, ao menos não explicitamente, distinção entre os membros, embora também seja verdade que os integrantes mais ativos têm maior legitimidade para falar pelo coletivo em situações em que sua presença é demandada, como, por exemplo, quando o QDSP é convidado a dar algum posicionamento público sobre o Acquario.

Nas reuniões em que se aproximavam novos membros, observamos o cuidado dos mais antigos em contextualizar as falas de modo que todos acompanhassem o estágio dos debates. Só depois começava a discussão que provocou o encontro. Então, os novos participantes, bem como os que se reaproximavam após um afastamento, eram colocados a par das atividades do grupo e (re)adequados à dinâmica de trabalho, contribuindo da maneira que mais achavam conveniente e de acordo com sua capacidade. Outra característica importante que parece aproximar o QDSP dos coletivos é o fato de constituir em si uma rede e de também ser um nó de uma rede mais ampla. Por meio da internet, especialmente no *site* Facebook, os integrantes do QSDP interagem constantemente entre si e com os demais usuários conectados, formando uma rede que se caracteriza pela flexibilidade, descentralização, adaptabilidade, capacidade de autogestão, horizontalidade, possuindo grande poder de comunicação e mobilização.

Essa comunidade virtual, como destacado por Lévy (1999), em vez de se opor ou enfraquecer a coesão do QDSP no mundo “real”, apresenta-se como uma camada adicional de interação, imbricada ao espaço das relações “reais”. Assim, embora não sigam os mesmos modelos de interação das comunidades físicas, existindo em outro plano da realidade, as redes

virtuais se constituem como redes sociais interpessoais, que, não obstante se basearem em laços sociais fracos, são capazes de gerar reciprocidade e apoio, por meio de uma dinâmica de interação constante (CASTELLS, 2003). As diversas ações realizadas pelo QDSP, no plano do “real”, comprovam essa afirmação. Tal lógica de organização (em rede) está presente também na interação do Quem dera ser um peixe com outros grupos e movimentos.

Nesse sentido, o QDSP parece se apresentar como um exemplo das novas experiências de produção do comum que têm aparecido com força renovada nas últimas décadas. Tomando de empréstimo do léxico nietzschiano o conceito de “vontade de potência”, poderíamos ressaltar que o QDSP se afirma, enquanto espaço de cruzamentos, interposições e de união para a ação, como instância de uma vontade de potência que se realiza na constituição de um ser coletivo, formado de muitas partes superpostas, unidas pelo desejo de poder mais, de ser mais.

Para tanto, mesmo sem estabelecer um diálogo direto com o pensamento anarquista – prova disso é o contato constante que tenta estabelecer com os poderes constituídos para reforçar as estratégias de incidência política, algo impensável para uma organização declaradamente anarquista –, o QDSP, como tantos coletivos, vale-se de alguns princípios organizativos dessa ideologia política, privilegiando a horizontalidade e a autogestão na tomada de decisões e constituindo-se, embora de modo não voluntário, em uma experiência de democracia direta, em um fazer político que aponta na direção da superação do modelo de democracia representativa, nos moldes atuais. Isso nada mais é do que os anarquistas conhecem como política de pré-figuração.

Por tudo o que foi debatido, entendemos que, embora o QDSP não possa ser identificado, propriamente, como um coletivo, ele faz parte de um cenário mais amplo na contemporaneidade, em que se coletivizar, estar junto, parece ganhar cada vez mais importância como movimento de resistência.

1.4 Movimentos Sociais: O que há de novo?

Pasquino (1998) afirma a existência de duas correntes na reflexão dos clássicos. De um lado, estariam Le Bon, Tarde e Ortega y Gasset, para quem os comportamentos coletivos da multidão representariam uma manifestação de irracionalidade, uma ruptura com a ordem existente. E, de outro lado, estariam, por exemplo, Marx, Durkheim e Weber, os quais, em que pesem as especificidades do pensamento de cada um, veriam nos movimentos coletivos:

um modo peculiar de ação social, variavelmente inserida ou capaz de se inserir na estrutura global da sua reflexão, quer eles denotem transição para formas de

solidariedade mais complexas, a transição do tradicionalismo para o tipo legal-burocrático, quer o início da explosão revolucionária. (PASQUINO, 1998, p.787)

De 1920 a 1960, as abordagens centradas nas ações e nos comportamentos coletivos dominou a sociologia nos Estados Unidos (GOHN, 2012). A abordagem clássica, como ficou conhecida, teve início com os trabalhos dos teóricos da Escola de Chicago e da escola do interacionismo simbólico, dando especial ênfase à explicação do comportamento coletivo das massas com a análise da reação dos indivíduos. O indivíduo, inadaptado às macroestruturas sociais, geraria desajustes e conflitos expressos por meio de movimentos sociais (GOHN, 2012). Dessa abordagem, a interpretação dada por Smelser, por seu caráter global, merece destaque. Para esse autor, de acordo com Pasquino (1998), os episódios de comportamento coletivo se manifestam quando surgem condições de tensão, e antes que os meios sociais tenham sido mobilizados para atacar as causas dessa mesma tensão. Seria esse o motivo para se considerar o comportamento coletivo como não institucionalizado.

Para Machado (2007), as abordagens clássicas, entre elas a escola de Chicago, os interacionistas simbólicos, os teóricos da sociedade de massa e os teóricos mais centrados no poder político e nas relações de classe e produção, prevaleceram até a década de 60 do século passado. Segundo elas, os movimentos sociais estariam associados a processos mais amplos ligados às mudanças por que passavam a sociedade industrial. Nesse mesmo sentido, Gohn (2012) destaca que grande parte dos trabalhos até a década de 60 esteve concentrada no estudo dos movimentos operários e das lutas sindicais.

Abordagens que tinham o marxismo como matriz teórica, até os anos 50, vinculavam a compreensão dos movimentos sociais ao contexto mais amplo da luta de classes, e o conceito de classe subordinava toda a análise. Com isso, outras formas de ação coletiva, já destacadas por Herbele em 1951, como o movimento dos camponeses e dos negros, ficavam de fora. A classe trabalhadora, sujeito revolucionário por excelência para Marx, seria também o principal protagonista nos processos de ação coletiva (GOHN, 2012). No entanto, a intensificação de movimentos sociais que assumiam novos matizes, como os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos e os movimentos estudantis na Europa, forçaram uma nova mudança de paradigma, dando origem à Teoria da Mobilização de Recursos. Com essa teoria, as mobilizações coletivas “foram analisadas segundo uma ótica econômica, em que os fatores tidos como objetivos são a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias” (GOHN, p. 333, 2012).

Segundo Gohn (2012), ainda na década de 60 na Europa, os novos movimentos sociais inauguraram um novo modelo de ação social, representada por duas vertentes: a Neomarxista e a dos Novos Movimentos Sociais.

Em seu apanhado bibliográfico sobre o tema, a autora destaca ainda outro período importante na evolução dos estudos sobre os movimentos sociais. No final dos anos 70 e por toda a década de 80, os países chamados de “Terceiro Mundo” também oferecem suas contribuições para a compreensão do fenômeno, embora a maioria dos estudos, segundo Gohn (2012), não tenha conseguido ultrapassar um viés histórico-descritivo. Isso acontece em um contexto de mudança no cenário sociopolítico global, em que os movimentos operários, profundamente vinculados à questão da luta de classe, passam a conviver e, posteriormente, a dar lugar a lutas sociais com outras temáticas.

Nos anos 90, ainda no contexto da América Latina, alguns autores destacam o papel das ONGs na composição dos fenômenos sociais em destaque (GOHN, 2012). Outros traços importantes para a compreensão dos movimentos sociais na América Latina e, em particular no Brasil (GOHN, 2012), foram as mudanças advindas da globalização da economia e da institucionalização dos processos gerados com o fim da ditadura, os quais inauguraram um novo ciclo de movimentos e lutas “menos centradas na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social” (GOHN, p. 338, 2012).

No que toca ao estudo dos movimentos sociais no contexto da América Latina, Scherer-Warren (2009) destaca a importância dos estudos pós-coloniais para repensar o papel daqueles, de modo a suscitar uma revalorização “das trajetórias de classes, de grupos, de comunidades e culturas historicamente subalternas em nosso continente” (p. 2). A autora reconhece a importância do legado teórico para o estudo dos movimentos sociais, à medida que, aos poucos, as teorias foram incorporando novos elementos para lidar com as transformações sociais, o descentramento das lutas, a complexidade e pluralidade das novas identidades – culturais, políticas e de gênero. No entanto, ela ressalta que pouca relevância foi dada ao passado colonial e às desigualdades sociais que marcaram e marcam profundamente a história da América Latina.

Scherer-Warren tece críticas também às teorias institucionalistas dos movimentos sociais, em particular às teorias da mobilização de recursos e dos processos políticos, porque elas também deixam de levar em consideração as raízes históricas do processo de exclusão social. Se, a partir da década de 90, houve uma aproximação entre a teoria da mobilização de recursos e a teoria dos novos movimentos sociais, possibilitando uma articulação entre teorias surgidas em momentos históricos diferentes – o que contribuiu para a compreensão das

formas de mobilização surgidas na contemporaneidade –, é preciso reconhecer que as análises advindas dessa matriz nem sempre levaram em conta o “desejo emancipatório mais arraigado dos sujeitos historicamente discriminados” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 3). Para ela, portanto, importa investigar que contribuições as teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais legaram aos estudos pós-coloniais, no que toca à análise dos movimentos sociais na América Latina. O objetivo é investigar o que trouxeram de novidade. A partir daí, pode-se pensar a subalternidade dos países latino-americanos, assim como novas formas de inclusão social.

Para realizar essa tarefa, Scherer-Warren busca autores como Dussel, que, em sua crítica às formas discursivas modernas, tenta revelar o que ele chama de a “outra face” da modernidade, uma que relegou índios, negros, mulheres, crianças e a cultura popular, de uma maneira geral, a um papel meramente coadjuvante. De acordo com Dussel (apud SCHERER-WARREN, 2009), a questão não é ignorar o princípio da racionalidade, núcleo do projeto filosófico da modernidade, mas, sim, de aplicá-lo às necessidades dos povos subalternizados.

Partindo então de uma epistemologia do sul, a autora reconhece o papel do comunitarismo dos grupos subalternos da América Latina na passagem de uma situação de exclusão da esfera pública para outra em que as vozes das camadas menos favorecidas começam a se fazer ouvidas para além de seus territórios, uma vez que

(...) as articulações em rede têm empoderado os movimentos sociais, na medida em que aproximam e criam espaços inter-organizacionais, de trocas materiais e simbólicas, comunicação e debate, entre as bases das ações coletivas (incluindo-se aí os espaços comunitários do cotidiano dos grupos subalternos), contando com a mediação de agentes políticos articulatórios (fóruns e redes inter-organizacionais diversas), com a possibilidade de participação em mobilizações na esfera pública (marchas, protestos e campanhas), formando assim as redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, p. 10, 2009).

O que resulta desse processo articulatório é o conceito designado pela socióloga como “rede de movimento social”, cujo pressuposto é a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, escopos e planos comuns, definindo, ao mesmo tempo, as situações e os atores antagônicos que tem de enfrentar, a fim de alcançar mudanças sociais concretas. Ainda segundo Scherer-Warren (2006) um movimento social se constitui em volta de identificações comuns, da definição de opositores e de um projeto ou utopia, resultante também das articulações entre outros atores coletivos. Nesse sentido, o conceito de redes de movimento social “busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (p. 113). No contexto da sociedade conectada em rede, investigar as maneiras pelas quais os

movimentos sociais estão inseridos nesse processo é fundamental para compreender as mudanças nos modelos de ação coletiva que tem ocorrido nas últimas décadas.

Esse conceito, unido ao giro epistemológico que privilegia a cultura e o pensamento produzidos no sul do mundo, trazidos por autores como Boaventura de Sousa Santos (2008), revela-se uma poderosa ferramenta de análise da realidade social no contexto específico da América Latina.

Em suma, a importância dos estudos pós-coloniais reside na emancipação do pensamento periférico em relação aos paradigmas europeu e norte-americano: reconhece que “na produção de saberes há poderes e legitimidades diferenciadas” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 7); identifica que, abaixo da linha do Equador, há um mundo social grávido de desejos, de anseios, de gritos de dor e de liberdade sufocados, mundo que ainda busca encontrar uma identidade; legitima uma região que “nascia como um só espaço na imaginação e na esperança de Simón Bolívar, José Artigas e José de San Martín, mas estava de antemão repartida pelas deformações básicas do sistema colonial” (GALEANO, 2012, p. 364). Assim, todo esse corpo de pensamento deve servir de norte para a produção intelectual, como é o caso desta pesquisa, que se debruce sobre aqueles fenômenos sociais que, inseridos em contexto global, apresentem, ao mesmo tempo, particularidades impossíveis de ignorar.

Segundo as palavras de SCHERER-WARREN (2009),

(...) para que o trabalho intelectual contribua para um processo emancipatório inclusivo dos sujeitos subalternos de nossa América, não só terá que considerá-los como cidadãos de direito, mas contemplar em suas reflexões as experiências e saberes desses povos, bem como as novas formações discursivas que vêm sendo elaboradas em suas práticas políticas em rede (...) (p. 9, 2009).

Hoje, como antes, continua não sendo tarefa fácil definir a natureza dos movimentos sociais sem cair em generalizações perigosas ou reducionismos pouco elucidativos. Segundo Pasquino (1998), movimentos sociais seriam tentativas, que, tendo como substrato um conjunto de valores comuns, destinam-se a definir formas de ação social e, ao mesmo tempo, interferir em seu resultado. Para Machado (2007), eles seriam “formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social” (p. 252). Se, antes, especialmente nas abordagens marxistas-estruturalistas, os movimentos sociais eram identificados como produtos da ação histórica ante às contradições do sistema econômico capitalista (MACHADO, 2007), hoje tal leitura falha em dar conta da complexa dinâmica que os caracteriza, pois, para além da luta de classes, os movimentos sociais têm assumido uma miríade de causas e bandeiras de luta. Assim, com o desenvolvimento de uma nova dinâmica

das lutas sociais, convencionou-se designar por “novos” movimentos sociais os que não podiam mais ser interpretados à luz das teorias predominantes (MACHADO, 2007).

Tarrow (2011) afirma que as pessoas se envolvem com políticas de confronto³¹ quando os padrões de oportunidade política e restrições mudam. Nesse momento, há o emprego estratégico da ação coletiva, criando novas oportunidades, que serão usadas por outros na ampliação dos ciclos de confronto. Nos casos em que a luta se volta contra separações mais amplas na sociedade, os episódios de contenção resultam em interações renitentes com seus oponentes por meio de movimentos sociais: é assim quando indivíduos se unem em torno de símbolos culturais herdados, quando há a construção de redes sociais densas e estruturas conectivas ou mesmo na opressão de classe.

Scherer-Warren (2014) afirma que os movimentos sociais organizados

(...) têm uma relativa permanência temporal e tendem, no mundo contemporâneo, a se estruturar sob forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista e a mobilização de ativistas, a produção de ações de advocacia e de interferência nas políticas públicas, ou a produção de mudança na cultura, na política ou no sistema social de forma mais abrangente (p. 422).

Para Castells (2003), os movimentos sociais do século XXI se caracterizam como ações coletivas deliberadas, que buscam transformar valores das instituições e da sociedade e que se manifestam na e pela internet. Ele entende, no entanto, que a distinção entre movimentos sociais velhos e novos é de certa forma enganosa, destacando a persistência de movimentos da Era Industrial, como o movimento operário, nos dias de hoje, embora tendo redefinido e diversificado seus valores e pressupostos. Por isso, o sociólogo prefere se referir aos movimentos atuais como “movimentos sociais na sociedade em rede” ou mesmo “movimentos sociais na Era da Informação”, apontando como características que lhe seriam próprias. Em primeiro lugar, sua mobilização em torno de valores culturais, na medida em que lutam “para mudar os códigos de significado nas instituições e na prática da sociedade” (p.116); em seguida, a necessidade de possuírem o mesmo alcance global dos poderes estabelecidos, produzindo, por meio de ações simbólicas, seu próprio impacto na mídia, efeito que se evidenciaria com mais destaque em movimentos que, enraizados em seus contextos locais, buscam levantar questionamentos globais; e, finalmente, o fato de terem vindo preencher um vazio de representação, provocado pela crise das organizações verticais e hierarquizadas, herdeiras das instituições da Era Industrial.

³¹ Política de confronto pode ser entendido como a união de pessoas comuns para confrontar elites, autoridades e oponentes.

Para Gohn (2012), movimentos sociais são “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força na sociedade civil” (p. 251). Nesse ponto, destacamos o termo “campo político de força” na conceituação de Gohn (2012), o qual, embora não tenha o mesmo sentido de “campo” para Bourdieu (1983), servirá de mote para pensar os movimentos sociais e a diferenciação entre eles e os coletivos a partir da teoria bourdiana.

“Campo”, para Bourdieu (1983), pode ser entendido como um conjunto de relações objetivas entre posições, que, por sua vez, são definidas pelo modo como interagem objetivamente com outras posições e por sua situação na estrutura de distribuição de poder. É ele que vai determinar, em última instância, o acesso aos lucros específicos que estão em jogo e as estratégias para alcançá-los. Para Bourdieu (1983), os campos se apresentariam como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) (BOURDIEU, 1983, p. 1)”. Cada campo, portanto, estaria vinculado a uma lei geral que o especificaria em relação aos demais, havendo campos tão diferentes entre si como os campos da filosofia, da política, da religião, da cultura e assim por diante.

O campo político, que é o que nos interessa no momento, representaria, para Bourdieu (1983), um microcosmo, um espaço independente no interior do mundo social, embora obviamente relacionado com ele. Tal microcosmo partilharia com o mundo global um sem-número de propriedades, relações, processos e ações, porém assumindo características peculiares.

Ao trazer os conceitos de campo e de campo político para a cena, pretendemos propor uma demarcação para diferenciar coletivos e movimentos sociais: enquanto estes, por seu alcance e extensão, têm a capacidade de inaugurar novas relações no campo político, aqueles, estritamente falando, não possuem a potência necessária para tanto. Por meio de reivindicações concretas, em que pese certa fluidez ideológica e a ausência, muitas vezes, de uma agenda bem definida, os movimentos conseguem tencionar os poderes estabelecidos com a finalidade de alcançar objetivos concretos, instituindo novas relações de força dentro do campo político. Aqui me apoio na categoria “força social”, que, em um movimento social, pode ser traduzida

numa demanda ou reivindicação concreta, ou numa ideia-chave que, formulada por um ou alguns, e apropriada por um grupo, se torna um eixo norteador e estruturador

da luta social de um grupo – qualquer que seja seu tamanho – que se põe em movimento (GOHN, 2012, p. 248).

Um coletivo, dessa forma, pode compor e fortalecer um processo político ou uma reivindicação concreta por mudança social, mas ele não tem a capacidade de instituí-los, tampouco tem o poder de carregá-los. A própria fluidez que caracteriza esse tipo de organização, o convívio entre diferentes experiências, as múltiplas possibilidades de inserção e produção, a ausência de um objetivo delimitável e de um liame concreto entre seus participantes cria obstáculos a uma adesão massiva a esses espaços e, assim, por consequência, falta-lhes a densidade social necessária para se impor na arena pública como uma força capaz de mobilizar e de se fazer ouvir. Se pegarmos um movimento como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que, apesar de ter pautas de ordem estrutural, como a superação do capitalismo, nasceu com o escopo de lutar por moradia adequada para os menos favorecidos, possuindo consciência clara de quem são seus antagonistas e para onde deve dirigir suas “armas”; uma organização capaz de arregimentar milhares de pessoas em protestos que, em poucos minutos, fecham avenidas de grandes cidades ou ocupam terrenos abandonados como estratégia de forçar a desapropriação para fins de moradia, percebemos que ele está muito distante dos coletivos, cujo liame é “apenas” o desejo de estar junto, de produzir colaborativamente e de acessar um tipo de experiência, coletiva, que foi praticamente suprimida no modelo atual de sociedade.

Em que pese serem espaços abertos, porosos, de trocas e agenciamentos, os coletivos parecem se localizar mais no campo da produção de sentidos, do que como experiência social instituidora, como um movimento social. Isto é, enquanto os coletivos se assemelham mais a locais de resistência, de fuga, de recriação de valores e práticas, os movimentos sociais assumem o papel de vanguarda política, na medida em que têm a capacidade de provocar um reordenamento da correlação de forças dentro do campo político. Não queremos dizer com isso que os coletivos sejam movimentos sociais incompletos, que lhes falte algo que esteja sobrando nos últimos. Nossa intenção aqui não é fazer qualquer juízo de valor ou comparar as duas maneiras de ação coletiva, mas, sim, ver onde uma e outra se complementam e em que momentos podem andar juntas para alcançar mudanças sociais.

1.5 Uma hidra de duas cabeças?

Definir a natureza organizativa do QDSP, com base nas experiências sociais e de mobilização já existentes, pode fechar portas para a compreensão de que talvez estejamos diante de uma forma de organização social nova, para a qual ainda faltem ferramentas

conceituais capazes de dar conta de toda sua complexidade. Motivados por isso é que decidimos devolver essa questão para os integrantes do próprio coletivo.

Por meio de uma entrevista semiestruturada, contando com dez perguntas sobre variados aspectos, tivemos a chance de ouvir quatro membros do QDSP falarem diretamente sobre a experiência organizativa da qual fazem parte. A pergunta lançada foi: “Como o ‘Quem dera’ se organiza, enquanto espaço de atuação política? Na sua opinião, ele está mais vinculado à tradição dos movimentos sociais ou se localiza no contexto dos tipos de organização social conhecidas como coletivos? Há uma diferença entre os dois?”. Essa iniciativa partiu da ausência de elementos que nos permitissem refletir sobre a prática organizativa do Quem dera ser um peixe, questão fundamental para compreender a utilização da comunicação por ele no que toca à mobilização política que pôs em ação.

Ao se deparar com esse questionamento, A.S.³² devolveu com a seguinte provocação: “E só existe isso: movimentos sociais e coletivos?”. Ela acredita que as duas terminologias não são se excluem mutuamente e que o Quem dera ser um peixe pode, sim, ser considerado um movimento social, na medida em que trouxe para o espaço público a discussão de várias temáticas que não eram tradicionais, ao mesmo tempo em que conseguiu colocar em curso um certo tipo de ação, com um mínimo de organização e reflexão. Para ela, os coletivos formam um movimento, dão-lhe vida, da mesma forma que o Quem dera ser um peixe era formado e animado por coletivos de pessoas da comunicação e das artes. Apesar disso, ela identifica, ao longo do tempo, uma mudança na prática de atuação do QDSP, preferindo entendê-lo, atualmente, como coletivo por não estar mais realizando ações programáticas. A.S.³³ prefere confiar ao futuro a compreensão do tipo de experiência social que o Quem dera ser um peixe representa ou representou, entendendo-o finalmente como um

(...) coletivo de pessoas preocupadas com a cidade, que têm um compromisso histórico com a cidade, que vieram de tradições de movimentos diferentes (...). Nós conseguimos algumas conquistas impensáveis. Nós conseguimos romper o cerco do Ministério Público. Um gestor está sendo investigado. Onze pessoas estão sendo investigadas. Nós conseguimos brigar com a mídia corporativa, no sentido de colocar outra visão sobre o fato e essa visão ser respeitada. Nós conseguimos com que a sociedade saiba que a gente pode lutar pelas coisas que a gente acredita. A obra está parada, não tem verba. Agora que está vindo à tona o que dizíamos três anos atrás. É um coletivo que se envolve em torno de uma causa que virou referência de movimento social, sem necessidade alguma ou sem nenhuma obrigação de querer ser nem movimento nem coletivo.

³² Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

³³ Idem.

A posição de R.V.³⁴ sobre a questão também é muito elucidativa. Para ela, é muito “forte” falar que o Quem dera ser um peixe é um movimento social, porque as pessoas que fazem parte dele, além de não terem tradição de participação em movimentos sociais, possuem uma visão muito flexível de enfrentamento social e do que seria defender uma pauta de interesse público. Para ela, não se trata, pelo menos por enquanto, de definir o tipo de tradição organizacional ao qual o Quem dera ser um peixe se vincula, mas, sim, de afirmar que tipo de experiência ele não quer retomar. R.V.³⁵ afirma, com razão, que o termo “coletivo” vem sendo usado de uma maneira genérica pelas pessoas e é por isso que se tem observado o surgimento de tantos coletivos: de direitos humanos, feministas, de direitos LGBT e assim por diante. Só nesse sentido, portanto, é que o QDSP pode ser considerado coletivo.

A questão que se impõe para ela, na verdade, é que o QDSP instituiu rupturas com o que seria considerado um movimento social tradicional, uma vez que não se tem direção, princípios explícitos, centralidade das decisões. Para R.V.³⁶:

As pessoas querem estar juntas sem utilizar de formas que prendam mais do que potencializem. Então é isso. Eu acho que o Quem dera ser um peixe não é um movimento social; coletivo, enquanto termo genérico, pode ser. Mas não enquanto algo que queira dizer alguma coisa. Acho que as pessoas do Quem dera ser um peixe não param para se dar conta de que eles são pessoas de classe média, que têm acesso à internet, a meios de comunicação, que têm contatos bem estabelecidos dentro da cidade, que não é essa luta necessariamente por direitos essenciais, uma luta por moradia. Acho que já entra na pauta do direito à cidade, que é uma pauta muito nova. O direito à cidade é direito a lazer, é direito à moradia, é direito a tudo isso, mas como você vai encaixar o Acquario enquanto... O Cedeca fez uma representação dizendo que ele (o Acquario) fere a prioridade do orçamento público, mas mesmo aí é uma forma de fazer uma crítica mais ampla, mas acaba sendo um debate um pouco elitizado.

Para A.B.³⁷, o Quem dera ser um peixe está mais próximo de um coletivo do que de um movimento social, já que esse último tem, para ela, o caráter de se formar em uma fronteira de lutas concretas, possuindo um *modus operandi* muito próprio que está composto de atividades como plenárias e assembleias, algo que nunca existiu dentro do QDSP. Ele deve ser entendido, assim, como parte de uma experiência e de um desafio na busca por novas maneiras de organização.

Quem está na fronteira dessa luta sabe que ela exige sistematicidade, regularidade e disciplina. Se você ouve o depoimento de uma pessoa do MST, o E. me disse: “A.B., se uma pessoa quiser sair e beber, beba, mas ela tem que estar na reunião seis horas em ponto no outro dia”. Acho que quem está no *front* sabe que luta é disciplina e tem um compromisso com isso. A maioria dos coletivos não tem esse

³⁴ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

³⁵ Idem.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2015.

compromisso. Talvez porque a maioria dos coletivos tenha um perfil classe média, sim. Não consiga imaginar que uma pessoa do Bom Jardim possa fazer um coletivo. Não estou no grupo que desqualifica isso. Fui taxada de *cult* bacaninha, psolista, mas isso não pode ser um estigma. Eu sei da minha história, da minha tradição de luta e pelo o que eu lutei. Então você cai no maniqueísmo de dizer que só quem está do lado do bem é quem faz parte de um movimento social de periferia ou que esses espaços não são passíveis de transição ou que quem está à frente de um movimento social às vezes está louco para ter um Hilux e andar no Iguatemi. Eu acho que a gente está muito longe de encontrar formas de organização libertárias, respeitosas e tolerantes.

Para B.L.³⁸, pouco importa se o Quem dera ser um peixe é um movimento social ou um coletivo.

Eu acho que não importa de fato, porque essa ação coletiva é muito forte. Acho que o Quem dera ser um peixe nunca se preocupou, talvez no começo... existia o que somos, mas essa era das perguntas menos urgentes dentro de um contexto de urgência. Tipo, o que o Quem dera ser um peixe é? Vamos conversar sobre o que nós somos? Enquanto a gente está conversando sobre o que nós somos, existem muitas demandas que precisam ser atendidas. Então eu acho que ele foi muito pautado numa ação mesmo, nessa ação coletiva. Ele tem características de movimento social e de coletivo. Olho muito o Quem dera como coletivo, porque ele é muito permeável. Agora eu acho que o movimento social tem um contexto histórico maior, sabe?.

No discurso de B.L. sobre a questão, portanto, mais do que uma terminologia ou outra, importa a ação promovida pelo Quem dera ser um peixe, que foi a de se organizar coletivamente para o enfrentamento contra o Acuario e contra o aparato estatal que o sustentava.

A princípio, defendíamos que o QDSP era tanto um movimento social, quanto um coletivo, mas, ao adentrar as especificidades teóricas dessa questão e ao conhecermos melhor sua prática organizativa, chegamos à conclusão de que estávamos diante de um fenômeno social mais complexo do que havíamos considerado inicialmente, tendo-se revelado insuficiente o arcabouço teórico trazido por nós na pesquisa. Portanto, como dissemos antes, achamos por bem trazer a fala dos atores do Quem dera ser um peixe sobre a questão, a fim de relevar os aspectos que animam a prática social instituída pelo grupo, tentando deixar o mínimo de fora.

De tudo o que se disse sobre movimentos sociais, e analisando o QDSP (bandeiras de luta, o modo como atua e se organiza), portanto, podemos afirmar que ele possui aproximações com os dois modos de organização – coletivos e movimentos sociais – sem, no entanto, se enquadrar inteiramente em um ou outro modelo.

É verdade que ele se impôs – contando, para isso, com o apoio e a mobilização de diversos segmentos da sociedade fortalezense – como um importante vetor no campo de

³⁸ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

forças político onde se dá o embate sobre a construção Acquario; embate esse que é também, em última instância, uma disputa pela cidade e pelo espaço público. No entanto, a fluidez que o caracteriza, que torna sua identidade política difícil de apreender e que confere uma inconstância nas suas ações, fazem-no parecer com uma onda, avançando e refluindo de acordo com o ritmo distinto de circunstâncias externas e internas.

Nem mesmo a terminologia adotada por Castells (“Movimento social na Era da Informação”), mostra-se adequada ao Quem dera ser um peixe. Para o sociólogo espanhol, um traço marcante desses tipos de movimento é a discussão, a partir de um contexto localizado, de temas com ressonância global. É preciso reconhecer que o QDSP fez isso ao propor uma nova maneira de compreender o espaço urbano, pela oposição à construção de um equipamento turístico oneroso do ponto de vista financeiro, social e ambiental, além de colocar em discussão temas importantes como a transparência pública, a responsabilidade governamental e a construção de um novo tipo de relação entre Estado e sociedade, em alternativa ao tradicional modelo de representatividade democrática. Mas, para nós, ele vai um pouco além. Ao fazer uso do humor, aliado à utilização de estratégias institucionais e à aposta em uma diversidade de ferramentas de comunicação na internet para tentar exercer um convencimento, esclarecimento mais baseado em dados, em leis e números do que propriamente em discurso “evangelista”, como diz A.S., ele recorre a uma metodologia muito singular de ação política, que parece beber de várias fontes. Nesse sentido, a internet representou uma condição fundamental para o sucesso do Quem dera ser um peixe na comunicação das pautas e como instrumento privilegiado de atuação, organização, veiculação de informações, mobilização de agentes e engajamento de novos participantes.

Apesar da curta duração, o QDSP representa um fenômeno rico e multifacetado, que comporta diversos tipos de análise, possuindo dimensões não só políticas e sociais, mas também estéticas. O recorte temático em que procuramos situar este capítulo, ao tentar compreender a natureza do QDSP por meio de dois modos de organizações coletivas, representados pelas categorias “movimentos sociais” e “coletivos”, é, portanto, apenas uma entre muitas possíveis camadas de discussão. Para o bem da discussão, preferimos deixar essa questão sobre a natureza organizativa do Quem dera ser um peixe em aberto, confiando em que é mais potente deixar espaço para a surpresa do que encerrar a questão de maneira sumária e sem elementos suficientes para tanto. Afinal de contas, podemos estar diante de uma experiência política realmente singular.

Capítulo 2

Internet e Ativismo Político

Neste capítulo, a partir de Castells (2003) e Rheingold (1993), procuramos fazer um breve relato da história da internet, identificando os elementos que lhe definiram a natureza e que determinaram, em última instância, sua passagem de tecnologia militar para suporte material da sociedade em rede, penetrando profundamente em todas as camadas da vida social e criando novas formas de sociabilidade. A seguir, procuramos demonstrar que, longe de ser simplesmente uma tecnologia, a internet representa, na verdade, um aparato cultural. Com a reflexão de Simondon (1989) sobre a natureza da tecnologia e dos objetos técnicos, reconhecemos na internet e nos desenvolvimentos que possibilitaram seu surgimento e popularização aspectos que a fazem corresponder a uma dimensão humana e, portanto, cultural. Para pensar as possibilidades de interação homem-máquina, recorreremos ao pensamento de Maturana & Varela (1998), o qual fornece a base conceitual para a pergunta de Santaella (2003): “O que está acontecendo à interface ser humano-máquina e o que isso está significando para as comunicações e a cultura do século 21?”. Para pensar o campo de interação entre os usuários da internet, tratamos das comunidades virtuais. Assim, com Bauman (2003) e Agamben (1993), buscamos atualizar a discussão de comunidade, por meio de reflexões críticas que desfazem a “aura” idílica a ela atribuída, e também de trazer mais subsídios analíticos para compreender o real significado e dimensão dos tipos de sociabilidade surgidos com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação. Finalmente, na última parte do capítulo, buscamos, a partir de Hardt & Negri (2000), identificar quem são os atores políticos do século XXI, período histórico que assiste à ascensão de um novo componente no campo político internacional, o qual responde pelo nome de Império. Isso vai nos servir para refletir sobre as oportunidades de superação e as “armas” passíveis de serem utilizadas na resistência a esse agente hegemônico, em um contexto em que discursos de controle, que substituem o velho poder disciplinar, e discursos de oposição passam a dividir as atenções do espaço público, no que pode ser considerada uma verdadeira “guerra” da informação. Para tanto, a comunicação e a internet aparecem como instrumentos essenciais na transformação do mundo em que vivemos.

2.1 Uma breve história da Internet: de tecnologia militar à “arma” contra a construção do Acuario Ceará

Traçar a história da internet nos levaria, em linha contínua, dos avanços tecnológicos iniciais da microeletrônica aos atuais *chips* e seu altíssimo poder computacional. Fazer essa reconstituição, no entanto, só vai nos interessar à medida em que puder revelar os principais elementos, históricos e culturais, que moldaram a internet, bem como seus usos e a influência que exerceu na constituição de novas práticas sociais.

Concordamos com Castells (2003) quando ele afirma que “a produção histórica de uma dada tecnologia molda seu contexto e seus usos de modos que subsistem além de sua origem, e a Internet não é uma exceção a essa regra” (p. 13). Castels (2003) vai destacar que a internet como a conhecemos hoje é fruto de uma mistura muito improvável entre *big science*³⁹, pesquisa militar e cultura da liberdade. Seguindo, portanto essa proposta teórica, e apoiado em Rheingold (1993), destacaremos os principais eventos e direcionamentos que acabaram por determinar essa tecnologia.

Em 1950, alguns visionários como Douglas Englebart já vislumbravam nos computadores a possibilidade de expandir a capacidade humana de processamento da informação (RHEINGOLD, 1993). A princípio, houve grande dificuldade para convencer as pessoas, especialmente possíveis financiadores, da validade dessas ideias e da importância dos computadores, vistos até então como equipamentos com aplicação limitada e custo bastante elevado. Foi preciso a ajuda do contexto externo – a Guerra Fria – para que o governo americano decidisse investir no desenvolvimento de novas tecnologias via Arpa (*Advanced Research Projects Agency*), divisão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos formada em 1958, que tinha a finalidade de financiar pesquisas pouco ortodoxas em tecnologias de aplicação militar.

Depois de criados os computadores que os engenheiros da Arpa haviam idealizado, o próximo passo foi explorar suas possibilidades como dispositivos comunicacionais.

Em 1975, o controle da rede Arpanet foi transferido para a *Defense Communication Agency* (DCA), a qual, pretendendo tornar a comunicação por computadores disponível para as forças armadas, estabeleceu conexão entre várias redes sob seu controle.

³⁹ Termo usado por cientistas e historiadores da ciência para descrever uma série de mudanças na ciência que ocorreram nas nações industriais durante e depois da Segunda Guerra Mundial, quando o progresso científico começou a depender crescentemente de projetos de larga escala financiados por governos nacionais ou grupos de governos (Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Big_Science. Acesso em 16 de março de 2015, tradução nossa).

Em 1983, por questões de segurança e por pressões da comunidade científica para popularizar o acesso à internet, o Departamento de Defesa Americano decidiu criar uma rede independente para fins militares, a Milnet. A partir daí, a Arpanet virou Arpa-internet e passou a se dedicar apenas à pesquisa. Em 1988, ela teve sua estrutura física incorporada à rede NSFNET, implementada previamente pela *National Science Foundation* (NSF), e, em 1990, foi finalmente retirada de operação por se ter tornado obsoleta (CASTELLS, 2003). O controle da NSF sobre a internet durou pouco, e sua privatização foi logo encaminhada. No início dos anos 90, uma grande quantidade de provedores de internet havia montado suas próprias redes com a finalidade de comercializar a conexão por computadores. Em 1995, a NSF foi finalmente extinta, possibilitando a operação privada da internet e a difusão global da conexão entre redes (CASTELLS, 2003).

Castells (2003) é enfático ao afirmar que a configuração atual da internet deve muito ao projeto original da Arpanet, “baseado numa arquitetura em múltiplas camadas, descentralizada, e protocolos de comunicação abertos” (p. 15). Isso tornou possível a expansão da internet pela adição de novos nós, característica que lhe dá a capacidade de reconfiguração contínua e de adequação às crescentes demandas de comunicação. O autor ressalta, porém, que seu formato é resultado de uma tradição de formação de redes de computadores.

A partir da interconexão das primeiras redes de computadores pessoais na década de 1970, nasce o movimento *Bulletin Board Systems* (BBS)⁴⁰, o qual teve papel destacado na formação do “espírito” de liberdade que orienta a internet ainda hoje. Segundo Rheingold:

Se o BBS (Sistema de Quadros de Avisos) não é uma tecnologia democrática, não existe algo que seja. Por menos do que o custo de uma espingarda, um BBS transforma uma pessoa comum, em qualquer lugar do mundo, em um editor, em um repórter, em um organizador, testemunha ou professor, e potencial participante em um amplo mundo de conversação de cidadão para cidadão. A tecnologia de telecomunicações pessoais e a rica e diversa cultura BBS que está crescendo em todo continente hoje foram criadas por cidadãos, não por *designers* de armas apocalípticas ou cientistas corporativos (p. 131, 1993, tradução nossa)⁴¹.

⁴⁰ Servidor de computador que roda *softwares* personalizados, permitindo aos usuários conectarem-se ao sistema por meio de um programa terminal. Uma vez “logado”, o usuário pode executar funções como envio e recebimento de arquivos, leitura de notícias e boletins, além de troca de mensagens com outros usuários por *e-mails*, quadros públicos de mensagem e também via *chat*. (Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Bulletin_board_system. Acesso em 18 de março de 2015, tradução nossa).

⁴¹ If a BBS (computer Bulletin Board System) isn't a democratizing technology, there is no such thing. For less than a cost of a shotgun, a BBS turns an ordinary person anywhere in the world into a publisher, an eyewitness reporter, an advocate, an organizer, student or teacher, and potential participant in a world wide citizen-to-citizen conversation. The technology of personal telecommunications and the rich, diverse BBS culture that is growing on every continent today were created by citizens, not doomsday weapon designers or corporate researchers.

Essa citação de Rheingold reforça o que diz Castells (2003) quando aborda a cultura da internet. Ao destacar que a internet é uma produção social estruturada culturalmente, afirma que a cultura dos produtores da internet foi o que moldou o meio. E, quando fala desses produtores, Castells (2003) tampouco está se referindo aos cientistas corporativos ou aos *designers* de armas mencionados por Rheingold, mas sim aos primeiros usuários da Rede, aquelas pessoas cuja prática foi instantaneamente absorvida pelos demais usuários.

Embora as BBSs correspondam a uma pequena fatia do uso da internet (CASTELLS, 2003), sua prática e a cultura que emergiu a partir da criação da Fidonet “foram fatores influentes na configuração da Internet global” (p. 16). Além das razões já citadas para isso, há também o fato de que um BBS é uma espécie de caixa de ferramentas para a criação de diferentes subculturas. Por meio de um BBS é possível “organizar um movimento, gerir um negócio, coordenar uma campanha política, encontrar um público para sua arte ou discursos políticos inflamados ou sermões religiosos e se juntar com almas afins para discutir assuntos de interesse mútuo” (RHEINGOLD, 1993, p. 132, tradução nossa)⁴².

Podemos ver uma herança clara dessa prática em plataformas de redes sociais como o Facebook e, com a expansão da telefonia e da internet móveis, também nos aparelhos celulares, a partir da proliferação de grupos de discussão e afinidade em diversas pequenas redes, possibilitados por aplicativos como o Whatsapp e o Telegram.

A arquitetura flexível da internet, a qual promove a colaboração e o estabelecimento de conexões e nós entre seus diversos usuários, foi o que possibilitou, no fim das contas, que o Quem dera ser um peixe conseguisse furar a “blindagem” feita pela mídia empresarial cearense sobre as ilegalidades do Acquario Ceará e mobilizasse as pessoas em torno do embate contra a obra.

Para isso, o QDSP fez uso de todo um “arsenal” de redes sociais gratuitas disponíveis na internet. No primeiro capítulo, dissemos que o grupo fez uso do Twitter, do Facebook, do Youtube, do Soundcloud, Storify, Prezi, além de um *blog* para fazer com que a pauta do oceanário chegasse a um maior número de pessoas possível. Sobre o uso dessas “novas mídias”, ou como prefere chamar, “mídias baratas”, B.L.⁴³ afirma sua importância dentro do Quem dera ser um peixe por permitirem que a informação fosse passada adiante, tornando o fazer comunicacional algo próximo das pessoas: “Eu encaro as novas mídias como

⁴² (...) to organize a movement, run a business, coordinate a political campaign, find an audience for your art or political rants or religious sermons, and assemble with like-minded souls to discuss matters of mutual interest.

⁴³ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

mídias baratas. É uma coisa que é acessível. Todo mundo tem um celular e consegue fazer um vídeo. Você está numa audiência pública, faz um vídeo e sobe. Você não pensa na qualidade da imagem”.

No Quem dera ser um peixe, observamos que, especialmente no começo, a comunicação não ficava a cargo somente dos jornalistas que faziam parte dele. Todos se sentiam à vontade para fazer um vídeo, gravar uma entrevista, produzir conteúdos mesmo que não tivessem conhecimento técnico adequado. Havia inclusive oficinas ministradas por integrantes com mais domínio das ferramentas de comunicação para fazer com que o conhecimento fosse democratizado com os demais participantes e assim a informação ganhasse mais capilaridade e rapidez. Uma das oficinas que possuía mais demanda era a oficina de memes, usados à exaustão pelo QDSP como forma de ridicularizar o empreendimento do governo e levantar críticas a ele. Sobre isso, A.S.⁴⁴ afirma: “Nós fizemos oficinas para nivelarmos o conhecimento nessa área e entendermos a importância das TIC’s, de manipulação de imagem, da Lei de Acesso à Informação, de como pesquisar e buscar dados. Criamos toda uma campanha de internet”.

No entanto, por causa do constante afastamento e aproximação de pessoas do Quem dera ser um peixe, o conhecimento passado nas oficinas não teve a continuidade e a reprodução esperadas. Se antes havia uma vontade compartilhada por todos de se valerem das ferramentas de comunicação, depois houve uma remodelagem na prática comunicacional do QDSP. Começou a ser demandado dos jornalistas que compunham o grupo que tomassem à frente da comunicação como uma tarefa especializada, o que gerou uma série de críticas internas a essa postura. Assim a autocomunicação foi se enfraquecendo gradativamente. A respeito disso, R.V.⁴⁵ afirma:

Acho que se enfraqueceu, mas não por uma vontade consciente. A postura do movimento só se dá pelo coletivo de pessoas. Se esse coletivo está enfraquecido, a posição do movimento vai se enfraquecer. Acho que mudou um pouco, mas o movimento nunca deixou de perceber que era importante produzir um discurso, fazer um enfrentamento com a opinião pública. Mas a forma como isso se enfraqueceu não foi uma coisa pensada.

Sobre a mudança no perfil da utilização da autocomunicação pelo QDSP, B.L.⁴⁶ afirma:

Nesses últimos momentos do Quem dera ser um peixe com denúncias maiores, foram momentos que a gente estava muito desmobilizado e não sabia o que fazer. Mas eu acho que em 2012 o Quem dera ser um peixe peitava, botava no *blog* e ia atrás. Também tem uma coisa muito forte no Quem dera ser um peixe, porque ele

⁴⁴ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

⁴⁵ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

⁴⁶ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

tem o eixo comunicacional, mas o eixo judiciário era muito forte. Acho que ele retroalimentava. A investigação que o pessoal fazia nos órgãos, indo atrás das ilegalidades e das irregularidades e conseguindo atuar em cima delas, fazia com que todo mundo se sentisse muito pautado para atuar sobre, sabe? Cada ida à justiça, cada informação conseguida dava um fortalecimento interno muito grande e dava força para divulgar. Aí quando essa parte judicial acabou porque os processos se extinguíram, a comunicação se enfraqueceu também. Nessa época que tinham muitos processos, muitos trâmites ocorrendo, o Quem dera ser um peixe tinha mais fôlego para se sustentar como um próprio formador. Ele mesmo divulgava suas notícias... A reunião no Bem Viver foi muito complicada: ver o Quem dera ser um peixe tentando se reestruturar e vendo ele não confiar mais na força que ele tinha. E a gente dizia: “A gente tem o Nigéria, tem o Na rua, e a gente fica esperando a mídia para poder pautar”. Acho que, pensando em hoje, a gente não tem mais esse estímulo, essa crença no que pode divulgar. E isso é muito ruim.

Se as aproximações que o Quem dera ser um peixe possui com os coletivos, ao se colocar como um espaço aberto a diferentes investimentos de tempo e compromisso, por um lado trazem uma potência muito grande e uma dinâmica de constante renovação e criatividade ao grupo, por outro fragilizam a atuação do QDSP, especialmente quando o embate ao qual se procura engajar, como é o caso da luta contra o oceanário, prolonga-se no tempo. Talvez esse seja uma dos motivos para o diagnóstico sobre a atual falta de mobilização e de por que ele não consegue mais se impor com a mesma força de antes.

Esse enfraquecimento, análise feita por seus membros e constatado por nós ao longo do período que viemos acompanhando o grupo, reflete-se no alcance da pauta e na circulação das informações veiculadas. O ano de 2012 representou o que podemos chamar de auge do Quem dera ser um peixe no que se refere às mobilizações presenciais – haja vista o bloco de carnaval, as “Inundações” e a utilização das redes sociais. Só em 2012 foram feitas 84 postagens na *fan page* do QDSP e 438 no perfil “Peixuxa Acquario”, ambas no site Facebook. Para efeito de comparação, no ano de 2013, foram feitas um total de 30 postagens na *fan page* e nenhuma no perfil. Em 2014, foram apenas duas na *fan page* e três no perfil. Em 2015, por causa da volta da temática do Acquario e da polêmica envolvendo o arquivamento sumário do processo na Procuradoria Geral de Justiça, houve uma reaquecimento das postagens, tendo sido feitas até agora 36 delas na *fan page*, mas apenas três no perfil.

Esses dados são reveladores pela seguinte razão: diferentemente da *fan page*, o perfil permite que as pessoas postem conteúdos em *timeline* própria ou alheia. Desse modo, a queda drástica na quantidade de postagens, de 438 em 2012 para apenas três em 2015, sugere que a participações de pessoas próximas ao Quem dera ser um peixe ou envolvidas de um modo mais direto com ele encolheu consideravelmente.

Em 2012, ano em que se concentra essa pesquisa, houve uma movimentação muito grande de conteúdo e a constituição de uma rede orgânica de participantes que contribuiu não só para colocar o assunto em pauta, mas também como motor de ações presenciais que coloriram a cidade, proporcionando a muitas pessoas primeiras experiências com mobilização política e uma vivência diferente de Fortaleza, já que muitos dos participantes que chegaram depois ao Quem dera ser um peixe sequer tinham ouvido falar do Poço da Draga, local onde ocorriam muitos dos encontros do grupo, e de sua história.

Essa prática, em que pese as idas e vindas que têm caracterizado a atuação do QDSP, pode ser contextualizada dentro do cenário de mudança trazido pelas “novas mídias”, as quais engendraram uma resignificação na relação emissor-receptor, tornando possível que qualquer pessoa produza e veicule informações. B.L.⁴⁷ ressalta também a importância, principalmente para os movimentos sociais e outros modelos de ação política, de realizar sua autodocumentação, contrapondo-se ao discurso dos veículos da mídia corporativa, quase sempre tão ávidos em deslegitimar reivindicações sociais.

É preciso, no entanto, ter a consciência clara do alcance de tais informações, as quais muitas vezes correm o risco de ficarem localizadas em círculos muito restritos de pessoas. Essa consciência estava presente na maioria dos integrantes com quem tive oportunidade de conversar, e isso se refletia na estratégia utilizada pelo QDSP para tentar pautar a mídia tradicional, como forma de fazer chegar a mais pessoas as informações relacionadas ao Acuario Ceará. Como diz R.V.⁴⁸:

A gente alcançava informações que a imprensa não tinha ido atrás, e pautar a imprensa era uma forma de a gente alcançar um maior número de pessoas, mas a gente se deparava com o interesse das empresas de comunicação, que não necessariamente era o interesse público. A gente sabe disso. E aí a gente sempre teve muita dificuldade. No O Povo, por causa das relações construídas entre as pessoas do Quem dera ser um peixe e as pessoas de lá, com muita pressão se consegue publicar alguma coisa. Mas era um jornal que, do ponto de vista de criticidade sobre a obra, vai e volta. E então sempre tinha isso: “Mando para o fulano do O Povo”, já sabendo que o Diário do Nordeste não vai pautar, já sabendo que as televisões não vão querer pautar.

Podemos ver, pelas suas palavras, que, muito embora o Quem dera ser um peixe reconhecesse a importância de pautar a mídia corporativa na tentativa de denunciar as ilegalidades sobre o oceanário, essa era uma relação muito difícil, porque a imprensa tradicional, em seu modelo de funcionamento, atende a interesses comerciais – isso é inegável. Não se trata aqui de assumir uma postura maniqueísta de dizer que a mídia

⁴⁷ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

⁴⁸ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

alternativa representaria o “bem” e a mídia corporativa o “mal”, mas é preciso reconhecer que há sim diversas limitações na veiculação de conteúdos nas TVs, nos jornais e revistas de grande circulação. Por diversas vezes, integrantes do Quem dera ser um peixe ouviram de jornalistas que não seria pautada uma denúncia contra o Acquario Ceará por diretrizes vindas de “cima”.

A.S.⁴⁹ faz uma reflexão muito madura sobre a imprensa corporativa e sua relação com o QDSP:

Tem um desafeto nosso que ironiza nosso movimento desde sempre, mas é uma pessoa identificada da chapa branca governista. Então essa relação nunca foi muito boa, apesar de que quem deu a primeira notoriedade ao movimento foi a TV O Povo, no programa do Ruy Lima, que chamou o então secretário de Turismo, o arquiteto da obra, o Renato Roseno, que é uma pessoa identificada como sendo contra a obra, e uma pessoa do Labomar. E é preciso que se diga também que a mídia anteriormente a nós veio relatando o fato de que não havia informação. Desde 2009, quando começou a se ventilar a história desse aquário, a mídia já vem pontuando e acompanhando, mas é óbvio que há instrumentos e veículos atuando em prol do governo. É só pegar o próprio portal da transparência: o governo pagando milhões para os portais de informações, para os meios de comunicação. E fazem negócio. É uma mídia corporativa.

Aqui, A.S. não deixa de reconhecer os interesses comerciais que estão por trás do discurso de imparcialidade e de isenção jornalística manejados pela mídia como uma espada, mas sublinha a importância do papel que ela desempenhou no início das atividades do Quem dera ser um peixe e também ao longo do tempo, com a veiculação, ainda que episódica, de denúncias contra o Acquario Ceará.

A utilização da mídia tradicional como mais um canal de divulgação das pautas, portanto, teve um papel importante para os desdobramentos da atuação do Quem dera ser um peixe, mas é preciso admitir que a grande inovação trazida pelo grupo para o cenário de mobilizações sociais e, de fato, o que tornou possível a problematização e a discussão de uma obra desse porte foi a atuação do QDSP nas redes sociais, em especial no Facebook. A interação com as pessoas e a disposição de sempre se colocar nos debates trazidos à tona pelas investigações promovidas abriram vários canais de interação, possibilitando que muitas pessoas se sentissem à vontade de se aproximar ou mesmo dialogar com os membros, muitas vezes expondo pontos de vistas divergentes sobre a obra.

Sobre isso, A.B.⁵⁰ afirma:

Então a gente sempre enfrentou o debate. Nós perdíamos muito tempo na internet debatendo. Todos nós. Não só nas nossas páginas, mas a gente ia catando espaços. Tinha até um *chat* de arquitetos que era terrível. E a gente se revezava. Tinha hora que o E.R. ia, a A. ia. Era uma coisa que a gente tinha muita disposição, coisa que a gente não tem mais hoje, porque cansa. Mas nós debatíamos muito, porque era tudo

⁴⁹ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

⁵⁰ Entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2015.

o que a gente tinha. Então a gente não hesitava de tirar horas debatendo, escrevendo. E tinha muita interatividade, realmente tinha.

O debate sobre o tema do Acuario Ceará não só nos canais ocupados pelo QDSP, mas também em outros espaços, fossem eles “virtuais” ou “reais”, sempre foi considerada uma ferramenta essencial para a constituição de uma rede de pessoas que pudesse fazer frente ao empreendimento governamental, defendido com “unhas e dentes” pelas autoridades públicas, as quais seguiam aquele velho modelo existente na política brasileira de apostar na realização de grandes obras como plataforma política.

O comentário de R.V.⁵¹ também é muito ilustrativo de como o Quem dera ser um peixe se colocava nas redes sociais:

O Quem dera ser um peixe sempre teve uma postura de esclarecimento. A questão não é argumentar se a obra é boa ou ruim. O movimento sempre partiu dessa questão: quem discorda, vamos esclarecer sobre o processo da obra. Ainda que houvesse uma disputa do ponto de vista ideológico, de projeto de cidade, as discordâncias eram tratadas no sentido de: “Ah, você acha que a obra vai gerar emprego? Então vamos ver o que já aconteceu”. Quando A Pública faz aquela matéria cujo nome é Quem dera ser um peixe sobre o aquário, ela acaba sintetizando numa matéria investigativa todos os pontos que o Quem dera ser um peixe tinha levantado. Acabou sendo um *link* muito utilizado. Então eu acho que sempre houve muito essa postura de esclarecimento.

As opiniões divergentes eram exaustivamente debatidas na internet. Quatro membros se tornaram mais diretamente responsáveis por realizar esse trabalho. Munidos de conhecimentos aprofundados sobre os detalhes técnicos da obra, demonstravam as falhas e incorreções nos estudos, os desvios na lei e a falta de documentos sem os quais a construção não poderia avançar, além da falta de um plano de negócios que garantisse a viabilidade do empreendimento. A argumentação esclarecida pretendia situar o debate em campo menos vinculado a posições ideológicas – embora presentes e nunca negadas pelo grupo – e mais no terreno da discussão baseada em dados, leis e experiências parecidas em outros lugares do mundo. Um dos modelos tomado como exemplo nas discussões foi o aquário de Lisboa, o qual serviu de inspiração para a consecução do Acuario Ceará, mas que, ano após ano, vem dando prejuízo.

A respeito do tipo de diálogo estabelecido entre o Quem dera ser um peixe e seus interlocutores, B.L.⁵² diz:

Fico pensando que os dados são tão gritantes. A gente sempre trabalhou muito com dados. É uma coisa muito bacana do Quem dera ser um peixe, que é tudo muito bem pautado. “Cara, eu não estou te dizendo isso para te convencer. Está aqui o dado. Foi pego nesse canto...”. Acho que ele conseguiu aliar muito essa informação de dados

⁵¹ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

⁵² Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

que foram decodificados pelo movimento. Pegar o portal da transparência e ir lá atrás de coisinha por coisinha. Lembro de várias reuniões em que o pessoal dizia: “Vamos ao Fórum atrás disso. Vamos a tal canto atrás disso...” Acho que os dados foram muito colocados. Sempre foi muito na base de números, de informações, de dados mesmo. Isso foi muito mais em 2012, 2013. Mas faz tempo que não paro para acompanhar algo. Acho que o Quem dera ser um peixe tem uma coisa muito legal, porque é uma galera que está estudando sempre. Várias coisas eu aprendi com o Quem dera ser um peixe. Orçamento participativo, eu não sabia o que era. Nunca tinha entrado no portal da transparência. Você começa a ter que argumentar sobre aquilo e começar a ouvir. E todo mundo estava sempre munido de muita informação, porque era uma coisa que se discutia direto. Como tinha gente de muitas áreas, todo mundo explicava tudo nas reuniões. A informação sempre foi o grande trunfo do Quem dera ser um peixe. Mas eu nunca vi um bate-boca partidário no Quem dera ser um peixe. Eu não considero o Quem dera ser um peixe panfletário. Ele sempre foi muito baseado em dados.

Se a atitude de estabelecer um diálogo esclarecido sobre as questões do Acuario com seus interlocutores representava uma novidade do ponto de vista das práticas de mobilização social, o modo como essas informações eram produzidas e veiculadas expressava também a contraposição do QDSP ao fazer jornalístico/comunicativo dos veículos da mídia corporativa. Já falamos bastante de como o Quem dera ser um peixe se valeu das redes sociais na internet para fazer com que as denúncias e informações sobre o oceanário chegassem a um maior número de pessoas, mas agora gostaríamos de destacar também o modo como essa informação era produzida pelo grupo.

O Quem dera ser um peixe apostou na horizontalidade como um princípio organizativo muito caro ao grupo, e isso se expressa em todas as esferas, desde a simbólica, na postura de deixar claro a todo instante que não possuía representantes, até a concreta, na distribuição de tarefas condizentes aos objetivos que o QDSP almejava com a militância. Nesse sentido, percebemos que tanto as intervenções urbanas do Quem dera ser um peixe quanto os materiais informacionais eram produzidos de forma colaborativa, e havia mesmo um sentido ético no estímulo a que todos tomassem a causa para si, assumindo responsabilidades e a iniciativa sobre suas atividades.

Como parte dessa vontade, tentava-se evitar ao máximo a criação de setores e a especialização na execução das tarefas, respeitando-se, claro, as habilidades e a disponibilidade de cada um. Por isso, todas as vezes que alguém aparecia com uma sugestão do gênero: “Por que vocês não fazem isso?”, quase sempre o estímulo era respondido com a seguinte provocação: “Ótima ideia, Fulano. Por que você mesmo não faz?” Tal prática esteve muito presente no começo das atividades, quando havia certo encantamento no ar pela novidade que representava e a adesão das pessoas era maior.

Parte da cultura que o QDSP procurava instituir envolvia a abertura à participação de novos membros ou mesmo de pessoas que apenas simpatizavam com a causa. O grupo procurava se mostrar receptivo à produção de conteúdos vindos “de fora”, havendo um controle de certa maneira frouxo dos conteúdos produzidos. O QDSP prescindia de espaços formais como um conselho editorial, por exemplo. A análise de R.V.⁵³ sobre isso é esclarecedora:

Essa questão da produção de conteúdo pelas pessoas que estavam se aproximando era frequente. Principalmente nos momentos de maior efervescência, mas também nesses momentos de maior embate, quando há uma paralisação da obra. As pessoas produziam muito e sempre estava nas páginas, mas acabava tendo uma moderação, porque não era todo mundo que queria que tinha acesso à página. Então acabava tendo, sim, um “portão”. Tinha muito isso: charge rolando e aí o moderador vê e posta. Não era um movimento organizado no sentido de pessoas que tinham funções, mas, do ponto de vista do sentimento que se construiu, virou um coletivo de colaboração. Então tinha uma Inundação que teve um cortejo e surgiram fotos lindas do cortejo, mas ninguém ficou responsável por isso. Mas porque as pessoas estavam naquele clima de que todo mundo queria participar, construir junto, disputar. Estava todo mundo nesse mesmo sentimento, de que era preciso mostrar.

A internet, de ferramenta tecnológica militar até seu estabelecimento como aparato cultural, instituidor de novas dinâmicas de relações econômicas e sociais, e potencializador de redes de engajamento e mobilização, coloca-se como uma ferramenta importantíssima de comunicação para movimentos sociais e demais iniciativas de ação política ao possibilitar, ainda que com limitações, a reconfiguração da dinâmica “emissor-receptor” que caracterizava os meios de comunicação tradicionais, onde poucos produziam conteúdo para muitos. Tal lógica hoje se encontra bastante fragilizada, à medida em que o aparecimento de iniciativas como a do Quem dera ser um peixe, Mídia Ninja e outros tantos veículos produtores de narrativas independentes tem provocado rupturas no modo como a informação é produzida.

É na tentativa, portanto, de entender como a internet deu azo ao surgimento de novos modelos comunicativos (como o que foi levado a cabo pelo QDSP) que nos preocupamos em efetuar um breve resgate de sua história e principais desdobramentos. Em outras palavras, procuramos historicizar a prática comunicativa do Quem dera ser um peixe, enfocando os principais acontecimentos que possibilitaram a passagem da internet de uma tecnologia de aplicação restrita para uma ferramenta social e cultural com múltiplos usos, desdobramentos e aplicações.

A título de encerramento, reforçamos o papel que cada um dos elementos que compuseram a Rede teve na criação de uma tecnologia cuja principal característica, talvez,

⁵³ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

seja a abertura, tanto no que diz respeito à sua arquitetura técnica, quanto à sua organização social/institucional (CASTELLS, 2003).

2.2 Internet como artefato cultural

Simondon (1989) dá um tratamento filosófico à aproximação entre sujeito e objeto técnico, ao que de realidade humana há em uma máquina. Ele desenvolve, portanto, um pensamento que busca compreender o significado da existência dos objetos técnicos, dirigindo-se às condições existenciais desses objetos e às condições de sua gênese, fruto da relação entre humanidade e mundo.

Essa reflexão sobre a natureza da tecnologia e dos objetos técnicos nos ajudará a reconhecer também na internet e nos desenvolvimentos que possibilitaram seu surgimento e popularização aspectos que a fazem corresponder a uma dimensão humana e, portanto, cultural; ainda mais porque, dentre diversas outras aplicações, ela possibilitou a eliminação de fronteiras entre pessoas, além de novas e dinâmicas formas de comunicação, sem esquecer que também permitiu o acesso ao conhecimento e a partilha de informações e experiências como nenhuma outra tecnologia antes foi capaz de fazer.

Em sua argumentação, Simondon (1989) afirma que a cultura, em geral, nega à realidade técnica um aspecto humano, ao mesmo tempo em que faz o alerta de que, para alcançar seu desenvolvimento, a cultura deveria incorporar aos seres técnicos (*êtres techniques*) suas formas de conhecimento e seu senso de valores. O reconhecimento da dimensão humana da tecnologia permite a compreensão de que em

sua vigência não opera apenas uma transformação do mundo circundante externo – ela não apenas cria objetos com os quais se modifica a paisagem externa –, mas também opera uma transformação do próprio humano. Se ela opera uma forma ampla de subjetivação, abdicar de considerá-la em toda sua extensão, significaria restringir consideravelmente a própria apreensão do humano em suas possibilidades. (WEBER, 2012, p. 1)

A obra de Simondon chama atenção para o sentido dos objetos técnicos (WEBER, 2012), na medida em que a cultura gerou certa aversão à técnica ao reconhecer nela um elemento marginal da dimensão humana, uma espécie de “outro”, que teria a capacidade inclusive, segundo algumas visões mais sombrias, de capturar a humanidade que há em nós, limitando e condicionando nossas experiências (RODRIGUEZ, 2007). Um exemplo dessa incompreensão foi a ideia que passou a circular, tanto nos meios acadêmicos, como na sociedade em geral, quando da popularização das comunidades virtuais e da interação mediada por computador, de que a dimensão virtual acabaria por suplantar a dimensão do real na vida das pessoas, gerando um processo de individualização, isolamento e alienação,

restringindo a experiência de sociabilidade e, até mesmo, colocando em risco os laços que tornariam uma sociedade possível. Sem querer adiantar a discussão que desenvolveremos no tópico sobre comunidades virtuais, diremos apenas que tal visão catastrófica se mostrou equivocada, uma vez que se baseia em uma divisão artificial entre “real” e “virtual” e em juízo apressado das formas de socialização na internet e suas implicações fora do espaço virtual.

Nesse sentido, não há para o filósofo uma oposição entre cultura e técnica. O que há entre as duas é uma relação de complementaridade. O filósofo segue afirmando que essa oposição não só é falsa como sem fundamento, porque esconde, atrás de um humanismo que ele chama de “fácil”, uma realidade rica de esforços humanos e de forças naturais, e que constitui o mundo dos objetos técnicos, mediadores entre o homem e a natureza (SIMONDON, 1989). Para efeito de comparação, Simondon aproxima a má vontade que a cultura demonstra em relação aos objetos técnicos com o desprezo voltado contra os estrangeiros pelos naturais de um país que se deixam dominar pela xenofobia. Desse modo, a cultura completa, que permitiria ver no estrangeiro um humano, seria a mesma que reconheceria na máquina algo não apartado do humano, e sim, como já dissemos antes, uma de suas muitas faces e representações. A cultura, portanto, está para ele desequilibrada

porque reconhece certos objetos, como o estético, e seu direito de cidadania no mundo dos significados, enquanto renega outros, em especial os objetos técnicos, no mundo sem estrutura, o qual não possui significado, mas somente um uso, uma função útil (SIMONDON, p.10, 1989, tradução nossa)⁵⁴.

A ideia da técnica como mediadora entre homem e natureza foi concebida na crítica à dualidade entre esses dois elementos, no sentido de que um não pode ser compreendido sem o outro. Ou seja, é impossível conceber homem e natureza como individualidades distintas, entendidas *per se*, sendo apreensíveis apenas na relação que constituem. Portanto, o homem age sobre a natureza a partir de uma extensão de si mesmo, a técnica, intervindo sobre ela de acordo com suas necessidades. Do mesmo modo, a dualidade homem-objeto técnico seria falsa, na medida em que “tanto um quanto outro não existem independentemente da relação, a ponto de se poder afirmar que é a própria relação que os constitui” (WEBER, p. 7, 2012).

É importante deixar claro que, apesar de Simondon (1989) pensar positivamente sobre o lugar da técnica em nossa sociedade, a ponto de conferir a ela, ou melhor, à sua real compreensão e adequação no mundo dos significados, uma implicação social e política, cujo

⁵⁴ (...) parce qu'elle reconnaît certains objets, comme l'objet esthétique, et leur accorde droit de cité dans le monde des significations, tandis qu'elle refoule d'autres objets, et en particulier les objets techniques, dans le monde sans structure de ce qui ne possède pas de significations, mais seulement un usage, une fonction utile.

efeito mais importante seria dotar o homem dos meios necessários para pensar sua existência e sua situação em função da realidade que o circunda, ele não cai na armadilha de idolatrá-la.

Isso fica claro quando ele diz que:

Diante dessa negação defensiva, pronunciada por uma cultura parcial, os homens que conheciam os objetos técnicos e sentiam sua significação buscaram justificar seu juízo legando ao objeto técnico atualmente valorizado um estatuto singular, fora dos estatutos conferidos ao objeto estético e ao objeto sagrado. Em seguida, nasce um tecnicismo destemperado que não é mais do que uma idolatria da máquina e, por meio dessa idolatria, por meio de uma identificação, uma aspiração tecnocrática por poder incondicional. O desejo de poder consagra a máquina como um meio de supremacia e faz dela um filtro moderno (SIMONDON, p. 13, 1989, tradução nossa)⁵⁵.

Dito de outro modo, o objetivo de Simondon não foi estabelecer a superioridade dos objetos técnicos sobre o humano, senão estabelecer sua relação com outras realizações humanas, a partir do reconhecimento das conexões essenciais entre tecnologia e cultura (WEBER, 2012).

Santaella (2003), ao discutir o termo pós-humano no contexto da emergência da cibercultura e da cultura digital, afirma que a era digital vem sendo chamada de cultura do acesso. A ênfase no termo cultura se justifica porque o advento dos computadores e de sua interconexão não se trata apenas de uma revolução técnica, mas de uma “sublevação cultural cuja propensão é se alastrar tendo em vista que a tecnologia dos computadores tende a ficar cada vez mais barata” (SANTAELLA, p. 28, 2003). Ao reconhecer as consequências que o avanço tecnológico e as novas tecnologias da comunicação produziram na cultura, a autora também pretende colocar a técnica em seu devido lugar, fugindo tanto de concepções ingênuas, que veem na tecnologia uma ameaça à humanidade, como de idealismos que enxergam, na interconexão de redes, realidades isoladas do mundo que as circundam e dentro do qual elas foram geradas. Tanto assim que ela reconhece a presença de elementos do capitalismo contemporâneo na cultura do ciberespaço.

Portanto, sem se alinhar à afirmação de que as tecnologias “são tão benéficas que serão capazes de realizar proezas que os discursos humanistas nunca conseguiram atingir” (SANTAELLA, p. 30, 2003), e tampouco às “elegias sobre a morte da natureza e os perigos da automação e desumanização” (SANTAELLA, p. 30, 2003), a autora procura compreender de que maneira as interações cada vez mais complexas entre tecnologia e seres humanos se

⁵⁵ Devant ce refus défensif, prononcé par une culture partielle, les hommes qui connaissent les objets techniques et sentent leur signification cherchent à justifier leur jugement en donnant à l’objet technique le seul statut actuellement valorisé en dehors de celui de l’objet esthétique, celui de l’objet sacré. Alors naît un technicisme intempérant qui n’est qu’une idolâtrie de la machine et, à travers cette idolâtrie, par le moyen d’une identification, une aspiration technocratique au pouvoir incondicional. Le désir de puissance consacre la machine comme moyen de suprématie, et fait d’elle le philtre moderne.

dão na cultura contemporânea, uma vez que não há fronteira do mundo social – seja na arte, na educação ou no trabalho – que a tecnologia não tenha penetrado. Assim, para além até da cultura, a tecnologia penetrou nos corpos das pessoas.

Tal fenômeno tem gerado uma série de tentativas interpretativas representadas pela criação de novas categorias conceituais. Ascott (2003) cria os conceitos “*wet*” (molhado), “*dry*” (seco) e “*moist*” (úmido) para analisar os efeitos dessa interação homem-máquina no substrato orgânico/inorgânico. Em suma, ele propõe que, do silício (*dry*) das placas dos microprocessadores, a nanotecnologia e os sistemas técnicos auto-organizados – ou autopoéticos, para usar a nomenclatura de Maturana (1998) ao se referir aos seres vivos como entes sistêmicos – irão se tornar cada vez mais úmidos (*moist*), à medida que entrarem em contato com a organicidade molhada (*wet*) do corpo humano.

O pensamento de Maturana & Varela (1998) também oferece alguns pontos de apoio para refletir sobre os limites da conexão homem-máquina. Com o objetivo de sintetizar a dinâmica constitutiva dos seres vivos, Maturana (1998) cunha o conceito “autopoiese” para dar conta do fato de que todos os aspectos do operar do viver de um ser (vivo) dizem respeito, exclusivamente, a ele. Ou seja, de que esse operar não surge de um propósito ou relação no qual o resultado guia o curso dos processos que lhe dão origem (MATURANA, p. 12). Dito de outra forma,

(...) o que definia e de fato constituía os seres vivos como entes autônomos que resultavam autorreferidos em seu mero operar, era que eram unidades discretas que existiam como tais na realização e conservação da circularidade produtiva de todos os seus componentes, de modo que tudo o que ocorria com eles ocorria na realização e na conservação dessa dinâmica produtiva, que os definia e, ao mesmo tempo, constituía sua autonomia (MATURANA & VARELA, p. 14, 1998, tradução nossa)⁵⁶.

Varela, no prefácio ao mesmo livro, comenta sobre a importância da ideia de autopoiese – uma teoria da organização celular – para outros campos do conhecimento, uma vez que ela contém em si um fundo de sensibilidades históricas com as quais se alinha e ressoa. Segundo ele, o conceito ocupa um lugar privilegiado porque anuncia uma tendência que hoje perfaz a configuração de forças em muitos domínios do fazer cultural (1998). O referido conceito teria representado, portanto, a desaparecimento “do espaço intelectual e social que faz do conhecimento uma representação mentalista e do homem um agente racional”

¹⁴ (...) lo que definía y de hecho constituía a los seres vivos como entes autónomos que resultaban auto referidos em su mero operar, era que eran unidades discretas que existían como tales en la realización y conservación de la circularidade produtiva de todos sus componentes, de modo que todo lo que ocurría con ellos ocurría en la realización y en la conservación de esa dinámica produtiva, que los definía y a la vez constituía en su autonomía.

(MATURANA & VARELA, p. 34, 1998, tradução nossa)⁵⁷. Trata-se, ainda segundo Varela (1998), da desapareição do que Heidegger entendia por “época da imagem do mundo”. Para ele, a autopoiese se alinha com outro projeto, cujo principal interesse é a capacidade interpretativa do ser vivo. Tal ideia concebe o homem como um agente que constitui o mundo, em vez de simplesmente descobri-lo, o que representou um giro ontológico da modernidade, “que desde o final do século XX se perfila como um novo espaço da vida social e do pensamento que certamente está mudando progressivamente o rosto da ciência” (MATURANA & VARELA, p. 34, 1998, tradução nossa)⁵⁸.

Outra das implicações do pensamento de Maturana, desenvolvidas por Varela, é a compreensão de que os sistemas vivos constituem uma classe de máquinas, autopoéticas, contando com uma organização mecanicista, de onde se originam suas propriedades. Em suma, as máquinas autopoéticas seriam mecanismos cujas relações de produção que as definem são constantemente regeneradas por seus próprios componentes (MATURANA & VARELA, 1998). Nas palavras de Varela,

Uma máquina autopoética é uma máquina organizada como um sistema de processos de produção de componentes concatenados de tal maneira que produzem componentes que: i) geram os processos (relações) de produção que os produzem através de suas contínuas interações e transformações, e que ii) constituem a máquina como uma unidade no espaço físico (MATURANA & VARELA, 1998, p. 69, tradução nossa)⁵⁹.

Desse modo, à diferença de máquinas dinâmicas como os automóveis, por exemplo, incapazes de engendrar os processos de produção das partes que as especificam como unidades, já que tais componentes são produzidos por outros processos que não constituem sua definição de organização, as máquinas autopoéticas subordinam suas transformações à conservação da própria organização, mantendo a identidade, independentemente da interação com um observador. Suas operações estabelecem os próprios limites no processo de autopoiese, não possuindo nem entradas, nem saídas (MATURANA & VARELA, 1998).

Os desenvolvimentos técnicos aos quais nos referimos por diversas vezes ao longo do texto trouxeram possibilidades antes impensadas, que costumavam habitar apenas o

⁵⁷ (...) del espacio intelectual y social que hace del conocer una representación mentalista y del hombre un agente racional.

⁵⁸ (...) que hacia el fin siglo XX se perfila como um nuevo espacio de vida social y de pensamiento que certamente esta cambiando progressivamente el rostro de la ciencia.

⁵⁹ Una máquina autopoética es una máquina organizada como un sistema de procesos de producción de componentes concatenados de tal manera que producen componentes que: i) generan los procesos (relaciones) de producción que los produce a través de sus continuas interacciones y transformaciones, y que ii) constituyen a la máquina como una unidad em lo espacio físico.

universo da ficção científica. A nanotecnologia, ao permitir o desenvolvimento de máquinas microscópicas capazes de interagir com o organismo de um ser vivo em nível celular, otimizando o sistema autopoietico que o caracteriza e por meio do qual ele se constitui, gera um novo campo de possibilidades. Assim como o desenvolvimento da inteligência artificial, irá possibilitar não apenas aos sistemas vivos, mas também às máquinas dinâmicas, uma configuração autopoietica, conferindo-lhes a capacidade de se reproduzirem e reinventarem a si mesmas em um ritmo cada vez mais rápido, o que tem levado cientistas da importância de Stephen Hawking a ver no desenvolvimento desse tipo de tecnologia uma ameaça real à humanidade.

É nesse sentido que Santaella vai elaborar a pergunta: “O que está acontecendo à interface ser humano-máquina e o que isso está significando para as comunicações e a cultura do século 21?” (2003, p. 30). Para ela, as respostas a essa pergunta-chave seguem na direção de repensar o humano no mundo tecnológico, daí o uso da expressão “pós-humano” (SANTAELLA, 2003). Talvez nenhuma figura represente melhor essa interação homem-máquina do que o ciborgue, ser presente no imaginário coletivo em filmes e diversas representações culturais, e que, com os desenvolvimentos tecnológicos que temos presenciado, talvez passe a andar entre nós em um futuro não muito distante.

Rüdiger (2008), em sua crítica à cibercultura, toma de empréstimo a figura do ciborgue para fazer um alerta do que ele considera como a representação de um processo de maquinização da vida social projetado sobre o elemento humano. Para ele, na contemporaneidade, o desequilíbrio cultural apontado por Simondon não penderia mais para a refutação ingênua da técnica, e sim para sua assimilação sem obstáculos, gerando entre os que ele chama de “arautos do pós-humano”: a ideia de que não há mais razão para se continuar postulando a defesa de um ser (humano) que, do ponto de vista evolutivo, chegou a seu limite. O ciborgue, esse ser meio homem, meio máquina, seria, portanto, o termo de passagem, o intermediário de um processo “que deve culminar com a montagem de um aparato totalmente maquinístico, para onde devemos transferir o melhor da memória e da experiência humanas” (RÜDIGER, 2008, p. 35). Outro ponto que se mostra relevante em sua análise da cibercultura é a ideia de que, em seu horizonte, os projetos de sociedade foram substituídos por projetos de mundo, onde, segundo ele, há pouco ou nenhum lugar para o humano. Dessa forma, se antes havia o receio dos efeitos desumanizadores das máquinas sobre nós, a exemplo do operário apertador de parafusos do filme de Chaplin, hoje ele teria se tornado o paradigma no qual o homem não passaria de “uma engrenagem simultaneamente técnica e antropológica” (RÜDIGER, 2008, p. 35).

Como dissemos, quando reconstituímos alguns dos passos da história da internet, pessoas como Douglas Englebart já idealizavam os computadores como máquinas capazes de aumentar exponencialmente a capacidade humana de processar informação, servindo como um poderoso aliado no avanço de campos de conhecimento consolidados e no desenvolvimento de novos campos do saber, o que fez com que nos deparássemos com importantes desdobramentos culturais, sociais e econômicos.

Esse percurso, pontuado de grandes saltos e de fantasias que paulatinamente foram se tornando realidade, e o aporte teórico por meio do qual buscamos compreender o lugar da tecnologia em nosso mundo permitiram-nos elucidar as conexões entre técnica e cultura, as quais, ou restaram obscurecidas por um humanismo que colocava a primeira ao largo das formas de expressão humana, ou foram mal dimensionadas pela crença de que a técnica representaria, por si só, a possibilidade de redenção da espécie humana, servindo como meio capaz de promover a expansão dos limites impostos pela natureza e suas “leis”.

Ao transformar não apenas nosso modo de vida, mas também a compreensão do mundo que nos cerca, ao desvelar instâncias do conhecimento antes escondidas a nossos sentidos, ao possibilitar novas formas de trocas sociais e partilha de informações, ao tornar possível a interação de elementos maquínicos com nossos corpos e ao apontar novas fronteiras para a sociedade e para o mundo em que vivemos, não há dúvida de que legar a técnica e tecnologia a um plano marginal da realização humana seria enxergar a realidade com olhos míopes. Assim, concordamos com Simondon (1989) quando propõe que a técnica seja entendida como uma dimensão não menos importante da cultura, com todas as consequências que isso pode trazer.

Da mesma forma, entender a internet como um instrumento meramente técnico, ainda que com evidentes repercussões culturais e sociais, não seria correto. Seguindo o raciocínio que viemos desenvolvendo até aqui, é forçoso reconhecer que a internet é um elemento do campo simbólico “cultura”, e mais do que isso, que ela se constitui enquanto artefato cultural. Para mostrar isso, partiremos da definição de artefato cultural trazida por Nishant Shah (2005). De acordo com o pesquisador, um artefato cultural pode ser definido

(...) como um repositório vivo de significados compartilhados, produzidos por uma comunidade de ideias. Um artefato cultural é um símbolo de pertencimento comunal (no sentido não violento e não religioso da palavra) e de posse. Um artefato cultural se torna infinitamente mutável e gera muitas narrativas autorreferenciais e mutuamente definidas, em vez de uma linha narrativa principal. Porque o artefato cultural está além do alcance da lei e se torna uma sinalização para a construção de uma Ordem Simbólica dentro da comunidade, ele carrega uma autoridade ilegítima, a qual não é sancionada nem pelos sistemas legais nem pelo Estado, mas pelas

práticas vivas das pessoas que as criam (SHAH, NISHANT, p. 8, 2005, tradução nossa)⁶⁰.

Os desenvolvimentos da história da internet nos mostraram que, para sua atual configuração, além dos visionários e dos pioneiros da tecnologia, os usuários tiveram papel de destaque, à medida que se tornaram produtores da tecnologia e modeladores de toda rede (CASTELLS, 2003). Diferentemente do desenvolvimento de outros produtos tecnológicos, cuja evolução e desdobramentos se dão majoritariamente em laboratórios e centros de pesquisa isolados da sociedade e das pessoas comuns, com relação à internet, qualquer um que tivesse acesso a um computador, disposição e conhecimento técnico poderia contribuir com seu *know how* para a criação de aplicações que não haviam sido planejadas inicialmente, como foi o caso do *e-mail*, dos *bulletin boards*, das salas de *chat*, do *modem* e também do hipertexto (CASTELLS, 2003).

O projeto da “*world wide web*” encabeçado por Tim Berners-Lee, por exemplo, só pode alcançar o nível de refinamento e solidez que culminou nos primeiros navegadores comerciais por ter contado com a participação dos usuários da rede, que davam sugestões e propunham acréscimos assim que os resultados eram divulgados por ele na internet. Castells (2003) ressalta que, historicamente, os usuários se tornam os produtores iniciais da tecnologia, modificando-a à medida que adaptam seus usos e valores a suas necessidades e desejos, como foi o caso com o surgimento do telefone. Em relação à internet, porém, há um elemento que a diferencia de todas as demais tecnologias: o fato de que as modificações nela introduzidas por seus usuários são feitas em tempo real, acelerando o processo de aprendizagem e produção pelo uso, em um “*feedback* intenso entre a difusão e o aperfeiçoamento da tecnologia” (CASTELLS, 2003, p. 28), o que permitiu que a Rede se expandisse vertiginosamente e encontrasse novos usos e aplicações.

Desse modo, o desenvolvimento da internet representou uma construção imbuída de espírito comunitário, onde a meritocracia se encontrou com a contracultura utópica para inventá-la e preservar seu espírito de liberdade, fazendo da Rede, “acima de tudo, uma criação cultural” (CASTELLS, 2003, p. 32). Ela representa o compósito da interação entre diferentes fatores, cada um com suas riquezas e especificidades inerentes; mostra-se como um fato

⁶⁰ (...) as a living repository of shared meanings produced by a community of ideas. A cultural artifact is a symbol of communal (in the non-violent, non-religious sense of the word) belonging and possession. A cultural artifact becomes infinitely mutable and generates many self-referencing and mutually defining narratives rather than creating a master linear narrative. Because the cultural artifact is beyond the purview of the law and becomes a signage for the construction of the Symbolic Order within a community, it carries an illegitimate authority, which is not sanctioned by the legal systems or the State, but by the lived practices of the people who create it.

social extremamente complexo, cuja apreensão exige o recurso a ferramentas conceituais já existentes e o desenvolvimento de novas abordagens que deem conta de todas as suas dobras e ramificações – sociais, culturais e econômicas.

2.3 Comunidades Virtuais

Mobilizações políticas efetivas como as encampadas pelo Quem dera ser um peixe parecem depender tanto de “laços fortes” como de “laços fracos” para poderem ser bem sucedidas, e os contatos que daí decorrem apontam muito mais para o que poderia ser entendido, segundo os termos do próprio Bauman, como uma comunidade ética, já que nela podemos observar laços de solidariedade e compromissos duradouros, tanto pessoais quanto políticos, que são representados pela determinação de levar à frente o movimento de oposição ao Acquario. A construção desses laços não depende de um consenso “natural” compartilhado, um sobre o qual não se pode falar, mas de um consenso que é racionalmente construído, buscado e compartilhado. Para isso, a configuração dessas comunidades virtuais como redes é essencial, já que a construção de consenso, especialmente quando dele depende a ação política e a construção de identidade, depende de um fluxo comunicacional rápido e constante.

Antes de entrarmos na discussão sobre comunidades virtuais, achamos oportuno estabelecer o terreno no qual sucedem hoje os debates sobre “comunidade”, palavra que tem sido usada como uma espécie de lenitivo para o individualismo levado às últimas consequências e para a crise civilizatória em que nos encontramos atualmente. Dessa forma, com Bauman (2003) e Agamben (1993), trazemos algumas reflexões críticas que desfazem a “aura” idílica atribuída à comunidade. Assim, elas tanto nos ajudarão a não incorreremos no erro de dar um tratamento idealizado e pouco refletido às comunidades virtuais, como nos darão maiores subsídios analíticos para a compreensão do real significado e dimensão dos tipos de sociabilidade surgidos com os avanços técnicos e o desenvolvimento de novas possibilidades de comunicação (CASTELLS, 2003). Bauman (2003) afirma que, toda vez que ouvimos a palavra “comunidade”, somos imediatamente invadidos por uma sensação boa, que se deve ao conjunto de significados que ela traz em si. Para o imaginário coletivo, comunidade seria esse lugar cálido, onde nos sentimos acolhidos e protegidos dos perigos e da indiferença que grassam lá fora. Ela representaria tudo aquilo que nos faz falta e de que precisamos para vivermos seguros e felizes, uma espécie de paraíso que não está ao nosso alcance, mas no qual sonhamos em viver (BAUMAN, 2003).

Desafiando os sentidos comumente atribuídos à comunidade, Bauman vai mostrar que, à diferença da “comunidade imaginada”, para sempre encoberta pela bruma da idealização, a “comunidade realmente existente” nos cobraria um preço alto: uma obediência sem desafios em troca dos serviços que ela promete prestar. Nesse sentido, Bauman afirma que: “Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” – e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade (...)” (2003, p. 10). Para ele, segurança e liberdade, valores sem os quais o convívio social se tornaria impossível, vivem em constante estado de tensão, e o mesmo acontece na relação comunidade/individualidade. Embora não possamos deixar de sonhar que a comunidade é o lugar onde tais conflitos encontrariam solução definitiva, Bauman sentencia que jamais encontraremos nela os prazeres que imaginamos.

Norteados pela reflexão sobre os atritos provocados pela relação entre segurança e liberdade dentro da comunidade – não a sonhada, mas a de fato existente – Bauman oferece alguns elementos que podem nos ajudar a caracterizá-la. Para o sociólogo, dentro de uma comunidade, a construção do consenso não depende de um processo autoconsciente e negociado, porque o entendimento já está incorporado e pronto para ser usado, precedendo todos os acordos e desacordos. É esse entendimento tacitamente compartilhado o que mantém as pessoas unidas, apesar de tudo o que as poderia separar. Desse modo, no momento em que esse entendimento, natural e tacitamente compartilhado, se tornasse autoconsciente, em que se passasse a falar dele, que fosse enunciado, nesse mesmo momento a comunidade já não poderia mais existir, pois a “comunidade “falada” (mais exatamente: a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos” (BAUMAN, 2003, p.17).

Segundo o autor, o que garante essa uniformidade, a ausência de conflitos no entendimento comunitário, é sua mesmidade, ou, em outras palavras, sua homogeneidade, a qual é garantida pelas limitações dos contatos, das trocas entre os de “dentro” e os de “fora”, gerando um sentimento de pertença e identificação mútua. Isso leva Bauman a afirmar que, no momento em que essa relação se torna mais intensa, a comunicação com os de “fora” ganha mais importância do que com os “de dentro”, fazendo com que a mesmidade se evapore. Por esse mesmo motivo, Bauman defende que o advento da informática desferiu o golpe de misericórdia na “naturalidade” do entendimento comunitário, ao permitir “a emancipação do fluxo de informação proveniente do transporte de corpos” (2003, p. 18).

Nesse novo contexto, o entendimento comum, dentro do que Bauman vai chamar de “comunidade realmente existente”, só pode ser alcançado ao final de um longo processo argumentativo, no qual estarão necessariamente presentes as mais variadas opiniões e

potencialidades, cada qual prometendo uma solução melhor para os problemas que se colocam; e, ainda que tal consenso finalmente fosse alcançado, ele não está livre da memória das lutas passadas e das escolhas feitas em seu curso (BAUMAN, 2013). Assim, muito mais do que um lugar idílico, onde o entendimento mútuo é alcançado sem esforço como uma segunda natureza, a comunidade realmente existente se parece, na verdade, com “uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna (...)” (BAUMAN, 2003, p. 19).

Ainda na tentativa de desfazer algumas concepções relativas ao discurso comunitário atual, achamos oportuno destacar uma diferença interessante estabelecida por Bauman (2003) entre comunidade ética e comunidade estética.

Na primeira, os laços estabelecidos não vinculam verdadeiramente, desaparecendo quando os laços humanos são necessários para superar a falta de recursos ou a impotência do indivíduo.

Como as atrações disponíveis nos parques temáticos, os laços das comunidades estéticas devem ser “experimentados” e experimentados no ato – não levados para casa e consumidos na rotina diária. São, pode-se dizer, “laços carnavalescos”, e as comunidades que os emolduram são “comunidades carnavalescas” (BAUMAN, 2003, p. 68).

Os compromissos estabelecidos nesse tipo de comunidade são, portanto, de curto prazo, já que são tecidos em uma sociedade em que o mérito individual e a competição servem não só para legitimar privilégios consumados, mas também para justificar a posição subalterna dos despossuídos. Aqui, os laços permanecem transitórios e superficiais, sendo as aflições e medos individuais temporariamente pendurados no mesmo cabide para depois serem retomadas e penduradas em outro lugar.

As comunidades éticas, de outro lado, são formadas por laços de natureza completamente diferente. Tecem-se de

compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis, que, graças à sua durabilidade prevista (melhor ainda, institucionalmente garantida), pudesse ser tratada como variável dada no planejamento e nos projetos de futuro. E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do “compartilhamento fraterno”, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual (BAUMAN, 2003, p. 68).

Ainda segundo o sociólogo, a uniformidade dos discursos sobre comunidade elide as diferenças entre os modelos existentes no mundo atual, fazendo parecer que as contradições que as opõem sejam mais fruto de falta de refinamento do raciocínio do que produtos da realidade social.

Na esteira dos pensadores que buscam colocar em crise o conceito de comunidade e refletir sobre suas possibilidades e contribuições para o mundo atual, Agamben (1993) busca levar a efeito uma reconstrução, sobre novas bases, do ideário comunitário. Assim, para o filósofo italiano, na comunidade que ainda está por vir, o movimento de abertura radical para o outro seria alcançado não pela adoção de dispositivos políticos identitários, mas pela expressão de uma ética da alteridade.

Hussak (2010) destaca que, logo na primeira frase do livro “A comunidade que vem” – “o ser que vem é o ser qualquer” –, Agamben dá o sentido da *comunidade que vem*, querendo, com essa afirmação, escapar tanto a uma designação individual como a uma universal. E, mais à frente, o filósofo vai dizer que a “singularidade liberta-se assim do falso dilema que obriga o conhecimento a escolher entre o caráter infável do indivíduo e a inteligibilidade do universal” (1990).

Esse ser *qualquer*, entendido como *o ser qualquer que seja* (Hussak, 2010), para Agamben, é a pedra fundamental da *comunidade que vem*, materializada no corpo qualquer, que se afirma na semelhança com outros corpos. Para ele, só há uma ética possível “fora da compreensão que há alguma tarefa ou vocação, seja individual ou coletiva, a realizar” (p. 5). Desse modo, para Agamben (1993), o laço social que mantém a *comunidade que vem* unida não pode se basear na ideia da comunidade como um valor supremo, determinando a ação de seus integrantes e os coagindo a cumprir sua missão para com essa instância coletiva que se coloca naturalmente acima do indivíduo. Tal imperativo ético está ausente na *comunidade que vem*. Nela, não há nenhuma tarefa a cumprir, nenhum compromisso histórico a realizar. A *comunidade que vem* não está consignada a nada, não podendo decidir “ser ou não ser algo, realizar esse ou aquele destino” (RAMOS, p. 6, 2010).

Nesse sentido, Agamben levanta a seguinte pergunta:

Qual pode ser a política da singularidade qualquer, ou seja, de um ser cuja comunidade não é mediada por nenhuma condição de pertença (o ser vermelho, italiano, comunista) nem pela simples ausência de condições (comunidade negativa, tal como foi recentemente proposta em França por Blanchot), mas pela própria pertença? (2010, p. 66)

Para responder a isso, ele defende que um fato novo na política que vem é que ela não será a luta pelo controle do Estado, mas sim a batalha entre Estado e não-Estado, entendido como disjunção irremediável entre singularidades quaisquer (AGAMBEN, 1993). Tais singularidades, por não possuírem identidade, ou qualquer ligação de pertença reconhecida, não podem formar uma sociedade. No entanto, ao constituírem comunidade sem reivindicar uma identidade, como o caso trazido por Agamben da Praça chinesa de

Tienanmen, ou ainda dos protestos de junho de 2013 no Brasil, elas batem de frente com o próprio fundamento do Estado, o qual se constitui não no laço social, mas em função de sua dissolução e interdição.

Desse modo, a singularidade qualquer que quer se apropriar da própria pertença, ao mesmo tempo em que declina de toda identidade e de toda condição de pertença, é o pior inimigo do Estado (AGAMBEN, 1993). Essa apropriação da pertença se dá pela reconquista do ser-na-linguagem, uma vez que o capitalismo não nos expropriou apenas da atividade produtiva, mas nos alienou da própria linguagem, de nossa própria natureza linguística e comunicativa. Na interpretação de Hussak (2010), a linguagem para o filósofo italiano, seria a mediação que conduz à singularidade, ao pertencimento enquanto tal. Nessa lógica, a linguagem seria entendida não apenas como um instrumento de comunicação, porém o meio que contém toda possibilidade de comunicação. Com isso, abre-se a perspectiva de um “ser-em-comum em que os homens se sentissem ligados não por princípios identitários, mas pela natureza da linguagem” (HUSSAK, 2010, p. 12).

Tendo estabelecido alguns elementos-chave para compreender a natureza e os limites da expressão “comunidade”, passaremos agora a investigar as “comunidades virtuais”, a partir do horizonte analítico estabelecido por Castells (2003).

Segundo ele, a noção de “comunidades virtuais” surgiu no contexto dos primeiros usos da internet para interação social, tendo a virtude de chamar atenção para o desenvolvimento de novos suportes tecnológicos de sociabilidade, mas dando azo, de outro lado, por suas óbvias vinculações com a ideia de comunidade, a profunda confusão e debate ideológico entre os defensores nostálgicos da antiga comunidade e os entusiastas da comunidade virtual possibilitada pela internet. Wellman e Giulia (1999) lembram que esse debate dá continuidade a uma controvérsia secular sobre a natureza da comunidade, deixando pouco espaço para uma visão intermediária que poderia corresponder melhor à realidade.

Tal dicotomia – opondo, de um lado, os que acreditavam que a comunicação mediada por computador expandiria a interação entre as pessoas para além de seus universos atomizados por limites espaciais, temporais, culturais e raciais, e, de outro, aqueles que defendiam que a comunicação virtual comprometeria a necessidade de contatos reais, fragilizando o tecido social – começa a se desfazer no momento em que se questiona se um dia existiram, de fato, essas comunidades culturalmente homogêneas e espacialmente limitadas.

A partir daí, Castells (2003) propõe um novo viés analítico para a compreensão da interação social na era da internet. Para tanto, ele sugere a necessidade de uma redefinição de

comunidade, de modo a dar maior ênfase “a seu papel de apoio a indivíduos e famílias, e desvinculando sua existência social de um tipo único de suporte material” (2003, p. 106). O sociólogo enfoca o deslocamento da comunidade para a rede como a forma nuclear de organização da interação, tendo por base a afirmação de Wellman (2001) de que comunidades são redes de laços sociais que provêm sociabilidade, suporte, além de senso de pertencimento e identidade social.

Castells (2003) defende a tese, portanto, de que a transformação da sociabilidade na sociedade contemporânea se deu com a passagem das comunidades espaciais para as redes. Esse novo padrão de sociabilidade tem como ponto de origem os laços construídos em torno da família, de onde partem outros laços, seletivos, cujo padrão segue os valores e interesses de cada membro do núcleo familiar. Nesse sentido, Wellman e Giulia (1999) dão conta da persistência da comunidade no mundo de hoje, ressaltando pesquisas sociológicas que demonstram que laços de vizinhança e parentesco formam apenas uma parte da rede comunitária de um indivíduo, uma vez que, mesmo já antes do processo de massificação da internet, telefone, aviões e carros conectavam pessoas e possibilitavam interação de longo alcance, fora do circuito das relações familiares.

Dessa forma, ainda de acordo com os autores citados, “comunidade” não possui somente o significado tradicionalmente a ela atribuído – grupos de solidariedade formados por densos laços de vizinhança –, uma vez que elas também existem como redes sociais de parentes, amigos e colegas de trabalho que não necessariamente estão espacialmente próximos. Foi essa revolução conceitual, portanto, que permitiu defini-la não mais em termos de espaço (vizinhança), mas em termos de redes sociais. A partir daí, passou a ser possível e amplamente aceito falar de comunidades existentes também fora do espaço do “real”. Assim, a internet, longe de representar uma realidade à parte, apenas vagamente vinculada aos fatos da vida concreta, é mais um meio de interação para onde as pessoas trazem todo seu contexto socioeconômico e cultural, além dos contatos estabelecidos fora do espaço virtual (WELLMAN & GIULIA, 1999).

Uma das principais causas para uma leitura apressada tanto dos defensores como dos detratores das comunidades virtuais está na falta de estudos etnográficos sobre o tema, motivo pelo qual Castells (2003) nos apresenta alguns trabalhos – Wellman e Giulia (1999), Arlene Hochschild (1997), Anderson e Tracy (2001), Tracy e Anderson (2001) e Anderson et al. (1999) – que destacam a tendência dominante, na evolução das relações na sociedade atual, ao individualismo. Tais estudos apontam para o fato de que a

(...) composição do núcleo íntimo de sociabilidade parece ser uma função tanto dos poucos laços remanescentes da família nuclear quanto de amizades extremamente seletivas, em que a distância é um fator, mas não um fator decisivo. No entanto, o fato de a maior parte dos laços mantidos pelas pessoas ser de “laços fracos” não significa que são desprezíveis. São fontes de informação, de trabalho, de desempenho, de comunicação, de envolvimento cívico e de divertimento. Aqui, mais uma vez, esses laços fracos são em sua maioria independentes da proximidade espacial e precisam ser mediados por algum meio de comunicação (CASTELLS, 2001, p. 107).

Esse processo deu azo ao que o sociólogo chama de individualismo em rede, um tipo de sociabilidade específico que veio substituir tanto o modelo de sociedade baseado em relações primárias – família e comunidade – como o que se fundava em relações secundárias, exemplificadas pelas associações. O fundamento desse novo modelo de sociabilidade é corporificado na individualização da relação entre capital e trabalho e entre trabalhadores e processo de trabalho, tendo como pano de fundo os novos padrões de urbanização que vêm provocando o isolamento dos indivíduos pela privatização do espaço público.

Sendo extremamente eficaz na manutenção e criação de laços fracos e também na manutenção de laços fortes à distância, o papel mais importante que a internet desempenha no processo do individualismo em rede é como suporte material, não se constituindo como causa, mas meio para a disseminação desse novo modelo de sociabilidade. Com o conceito “individualismo em rede”, Castells (2003) tenta evidenciar a autonomia adquirida pelos indivíduos para montarem, eles próprios, suas redes de interesse, *on-line* e *off-line*, tendo por base interesses e critérios próprios, pouco sujeitos a qualquer limitação espacial.

Tais redes formadas por indivíduos, dependendo da estabilidade que venham a adquirir em sua prática, podem vir a se tornar uma comunidade, real ou virtual (CASTELLS, 2003). Apesar de prescindirem do contato face a face para sua ocorrência, as trocas dentro das comunidades virtuais não são necessariamente menos intensas ou eficazes na criação de laços e mobilizações.

Concordando com a interpretação de Castells, Recuero (2011) ressalta que na comunicação mediada por computador há um conjunto de trocas do tipo complexas, as quais podem ajudar a criar laços fortes e simultâneos. Desse modo, a autora reforça que

(...) estudar redes sociais na Internet é estudar uma possível rede social que exista na vida concreta de um indivíduo, que apenas utiliza a comunicação mediada por computador para manter ou criar novos laços. Não se pode reduzir a interação unicamente ao ciberespaço, ou ao meio de interação (...). A redução da interação ao ciberespaço, portanto, serve apenas para fins de estudo, já que se pressupõe que uma grande parte dela acontece principalmente através da mediação pelo computador (RECUERO, 2011, p. 145).

As comunidades virtuais, assim, devem ser entendidas como um território contíguo às comunidades “reais”. Uma e outra se reforçam mutuamente, contribuindo para a constituição de um cenário em que qualquer indivíduo, por meio da comunicação mediada por computador, pode formar laços com outras pessoas, sem levar em conta barreiras geográficas, e seguindo apenas interesses específicos e afinidades.

A aproximação entre comunidades reais e virtuais e o surgimento de outros modelos de interação social nos permitem adicionar um elemento novo às reflexões de Bauman e Agamben, já que, em suas considerações, pouco ou nenhuma tinta foi gasta para compreender de que modo os novos tipos de sociabilidade, que encontram na internet seu suporte material, vão interferir na ideia de comunidade. Por isso, consideramos imprescindível entender onde as comunidades virtuais se situam na equação trazida pelos dois pensadores.

De acordo com Bauman e seguindo a diferenciação por ele estabelecida entre comunidades estéticas e éticas, à primeira vista e sem considerar outros fatores, pareceria justo identificar nas comunidades virtuais os tipos de laços superficiais que podem ser encontrados nas comunidades do tipo estético. No entanto, para não cair no juízo apressado de atribuir-lhes parentescos indevidos, é preciso reconhecer nas comunidades virtuais o potencial para o florescimento não apenas de laços fracos, mas também para o aprofundamento e manutenção de laços fortes. É o que também afirma Rheingold (1993) ao definir comunidades virtuais como “agregados sociais que emergem da Rede, quando há número suficiente de pessoas para levar a cabo essas discussões públicas pelo tempo necessário, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações sociais no ciberespaço” (p. 20, tradução nossa)⁶¹.

Nesse contexto, o novo modelo de sociabilidade identificado por Castells como individualismo em rede, na medida em que tais redes formadas por indivíduos podem vir a adquirir a estabilidade necessária para se tornarem uma comunidade, nos permite uma tentativa de aproximação entre autores que, como ele, veem na sociedade atual uma ascensão do individualismo e aqueles que, como Bauman e Agamben, identificam a tendência inversa de retorno ao comunitarismo.

Uma hipótese capaz de unir essas duas tendências apontadas por Recuero (2011), talvez, seja a de que estejamos vivenciando um tipo diferente de comunitarismo, o qual depende da internet como suporte e se baseia na configuração em rede para existir. Essa nova

⁶¹ (...) social aggregations that emerge from the Net when enough people carry on those public discussions long enough, with sufficient human feeling, to form webs of personal relationships in cyberspace.

forma de comunitarismo, em que espaço “real” e “virtual” não se opõem, mas, antes de tudo, se complementam e se influenciam mutuamente, pode ser entendido como uma condição de possibilidade, ou seja, elemento constituinte, mas não suficiente, para o surgimento do tipo de comunidade suscitada por Agamben. A horizontalidade do fluxo informacional, a escala em que as trocas comunicacionais passaram a acontecer sem necessidade de qualquer mediação, a autonomia para a constituição de laços que não se limitam por barreiras geográficas, todos esses três elementos podem apontar para um horizonte em que talvez seja possível a reconquista do que o filósofo vai chamar de ser-na-linguagem, uma espécie de retomada de nossa natureza comunicativa, de nossa capacidade de formar júzós sobre o mundo, a qual foi expropriada pelo sistema capitalista e sua capacidade de mobilizar subjetividades e de operar no campo do desejo. Se, como Agamben afirma, a política que vem será fundada no enfrentamento entre Estado e sociedade civil, tese com a qual concordamos, imprescindível será entender o papel da internet nesse processo e dos novos modelos de sociabilidade que ela potencializa.

2.4 Império, emancipação política e “guerra da informação”

Hardt e Negri (2000) reconhecem a existência de uma nova instância de soberania que foge a ser localizada no mapa geopolítico mundial e se coloca como o sujeito político responsável pela dinâmica das trocas comerciais no mercado global, sendo detentora, portanto, de um poder que se projeta um degrau acima dos estados-nações, como concebidos pela teoria do estado. Essa nova esfera de poder, surgida no processo de financeirização do capitalismo, da globalização econômica e da interligação dos mercados ao redor do mundo, é denominada pelos autores de Império. Longe de ser uma entidade abstrata, impalpável, o Império representa uma nova forma de soberania, composta de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma mesma lógica (HARDT & NEGRI, 2000).

Um dos sintomas da ascensão desse novo componente no cenário político global é representado pelo declínio acentuado da capacidade de os estados-nações regularem as trocas econômicas e culturais (HARDT & NEGRI, 2000). A criação do termo “Império” como conceito serve, entre outras coisas, de mote para criticar a visão daqueles que insistem em ver o mundo com o verniz de processos sociopolíticos superados. Se o século XIX assistiu ao domínio mundial do Império Britânico e o século XX, por sua vez, teve como ator preponderante os Estados Unidos, o século XXI se afasta dessa lógica, na medida em que não há mais um estado-nação poderoso o suficiente para impor sua vontade a qualquer custo e sem qualquer justificativa. Prova disso foi a invasão norte-americana ao Iraque. Para legitimar

o ataque à soberania do estado iraquiano, os Estados Unidos precisaram inventar uma justificativa – no caso, a existência de armas químicas no país – para esconder as verdadeiras intenções em jogo: o acesso irrestrito a uma das maiores reservas de petróleo do mundo.

Segundo os autores, não há que se confundir Império com imperialismo. Este se constitui como o processo definidor dos estados-nações modernos, fundados no colonialismo e na expansão econômica. Ali, as fronteiras territoriais de uma nação é que determinavam o centro de poder, a partir do qual a soberania era exercida contra um território estrangeiro por meio de um sistema de canais e barreiras, os quais, ao mesmo tempo, facilitavam e obstruíam os fluxos de produção e circulação (HARDT & NEGRI). Nesse sentido, o imperialismo era uma extensão da soberania de um território além de suas fronteiras.

Dessa forma, não se trata mais de falar de imperialismo, uma vez que o

Império não estabelece território central de poder e não se apoia em limites fixos ou barreiras. É um aparato descentrado e desterritorializado de governo que progressivamente incorpora todo o território global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império gere identidades híbridas, hierarquias flexíveis e trocas plurais em redes de comando adaptáveis. As distintas cores nacionais do mapa mundial imperialista se fundiram e misturaram no arco-íris imperial global (HARDT & NEGRI, p. 13, 2000, tradução nossa)⁶².

Nas palavras dos autores, nem os Estados Unidos, nem qualquer Estado hoje, poderia ser considerado o centro de um projeto imperialista, pois o imperialismo, como o conhecemos, encontrou seu fim. Os Estados Unidos ocupam uma posição privilegiada dentro do Império, mas isso advém não de suas semelhanças com as metrópoles colonizadoras europeias, e sim das diferenças em relação a elas (HARDT & NEGRI, 2000).

Dessa forma, o conceito de Império⁶³ cumpre o papel fundamental de, segundo Zizek (2001), imputar à globalização a natureza de uma desterritorialização ambígua, uma vez que o vitorioso capitalismo global penetra “cada poro de nossas vidas sociais, a mais íntima das esferas, e instala uma dinâmica perpétua, que não é mais baseada em uma estrutura patriarcal ou outra hierarquia de dominação” (2001, tradução nossa)⁶⁴.

Mas, ao mesmo tempo, essa nova estrutura de poder revelada por Hardt e Negri vai permitir que, da corrosão das conexões sociais levada a cabo pelo capitalismo em rede e

⁶²Empire establishes no territorial center of power and does not rely on fixed boundaries or barriers. It is a decentered and deterritorializing apparatus of rule that progressively incorporates the entire global realm within its open, expanding frontiers. Empire manages hybrid identities, flexible hierarchies, and plural exchanges through modulating networks of command. The distinct national colors of the imperialist map of the world have merged and blended in the imperial global rainbow.

⁶³Não conhecendo fronteiras, o Império se apresenta como a última etapa da história, ao não se reconhecer como um movimento transitório mas como um regime não limitado por limites temporais, operando até mesmo sobre os registros mais profundos da vida social (HARDT & NEGRI, 2000).

⁶⁴(...) pushes into every pore of our social lives, into the most intimate of spheres, and installs an ever present dynamic, which no longer is based on patriarchal or other hierarchic structure of dominance.

pelo biopoder, sejam liberadas as forças centrífugas que o sistema capitalista não é mais capaz de controlar completamente (ZIZEK, 2001). O projeto lançado pelos autores, ainda segundo Zizek (2001), vai de encontro à visão da esquerda tradicional, que guarda uma desconfiança conservadora frente às dinâmicas da globalização e digitalização, sentimento cuja natureza se contrapõe frontalmente ao otimismo marxista com relação às forças do progresso científico.

Outro aspecto importante para a análise que estamos desenvolvendo atende pelo nome de “Political Manifesto” (Manifesto Político). Com ele, Hardt e Negri (2000) tentam responder a uma pergunta que tem por origem uma semelhança, percebida por Althusser (1978, 1994, 1997, 1998), entre a estrutura de o “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels, e “O Príncipe”, de Maquiavel. Essa pergunta é colocada pelos autores nos seguintes termos: Como um discurso político e revolucionário pode ganhar uma nova consistência e preencher algum eventual manifesto com um novo materialismo teleológico⁶⁵? Tendo em conta “a placidez fria da pós modernidade”, Hardt e Negri escrevem que a copresença da subjetividade produtiva e seu processo de liberação, defendida por Marx-Engels, é inconcebível. Em outras palavras, a própria relação de causalidade, a qual levaria a segunda a se constituir a partir da primeira, partindo de um processo desenvolvido em etapas, passo a passo, faz parte de uma matriz epistemológica superada pela pós-modernidade e seus processos em rede, moleculares. Ao reconhecerem isso, Hardt e Negri afirmam que, da perspectiva pós-modernista, o manifesto de Maquiavel ganha uma nova contemporaneidade e lançam outra pergunta: Como a tarefa de construir uma ponte entre a formação da subjetividade da multidão como sujeito e a constituição de um aparato político democrático encontrará seu príncipe?

“Príncipe” deve ser entendido aqui como aquele que “articula as relações políticas e econômicas, ligando-se à hegemonia cultural ou superestrutural, da produção e concentração dos signos que formam a cultura” (SANTAFÉ, 2011, p. 35). Seguindo na tentativa de responder às questões por eles levantadas, Hardt e Negri (2000) enxergam uma limitação incontornável no príncipe de Maquiavel, no sentido de que ele depende de uma condição utópica, que distancia o projeto de sociedade do sujeito, ao confiar a função política a um plano superior. Criticando essa posição, os autores defendem que qualquer liberação pós-moderna deve ser alcançada neste mundo, no plano da imanência, sem recorrer a utopias

⁶⁵ Categoria filosófica presente tanto no manifesto de Marx-Engels quanto no de Maquiavel, quando definem a política como o movimento da multidão, cujo objetivo é a autoprodução do sujeito (HARDT & NEGRI, p. 64, 2000).

transcendentes. Hardt e Negri sugerem então que a solução para o problema por eles levantado é a de aproximar ainda mais sujeito (revolucionário) e objeto (projeto emancipatório), colocando-os em uma relação de imanência ainda mais profunda do que aquela proposta por Marx/Engels e Maquiavel: alojá-los em uma relação de autoprodução.

Seguindo a definição de “príncipe” trazida por Santafé (2011), ela tanto pode atender ao fortalecimento do *establishment* como a um projeto emancipatório. Nesse sentido, Santafé identifica o príncipe moderno como aquele capaz

(...) de alterar e manipular as consciências, direcionando as relações políticas e econômicas de uma sociedade, desafiando os clássicos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, satanizando movimentos e partidos, também deve influenciar e moldar as mentes e o senso-comum da sociedade que hegemoniza, a opinião corrente (SANTAFÉ, 2011, p. 36).

Ele afirma, além disso, que o capitalismo levou ao extremo a subordinação da cultura à indústria, guiado por uma ética utilitarista que se desvincula das variáveis que se colocam entre consumidor e produto, da relação entre consumo e a satisfação real dos desejos individuais e coletivos. Esses elementos são indispensáveis para seu projeto de poder e, no mesmo processo, fornecem as “armas” necessárias para que a multidão possa ter condições de enfrentá-lo, na medida em que o “uso e a produção das tecnologias são inseparáveis de um projeto político, seja ele qual for” (SANTAFÉ, 2011, p. 36).

Dessa forma, do mesmo modo que o príncipe partido de Gramsci tentava dar um sentido de unidade para a classe que defende e reproduz, o príncipe eletrônico tem como principal dever a organização da produção de acordo com suas demandas próprias e a necessidade de legitimação de seu poder (SANTAFÉ, 2011). Assim, diferentemente dos príncipes históricos de Maquiavel (2004) e Gramsci (1999), os quais apresentam projetos contra-hegemônicos, o príncipe eletrônico intenta manter o poder e assim o faz por meio do avanço incessante da técnica e pelo exercício da biopolítica, que visa capturar a força vital da multidão e produzir formas de subjetivação *prêt-à-porter*. Esse príncipe eletrônico é identificado por Santafé ao Império de Hardt e Negri. E aqueles que tentam resistir a ele seriam considerados bárbaros, “participando de suas engrenagens, espalhados em seu corpo multifacetado e esparso, fomentando a vida em todas as suas esferas” (SANTAFÉ, 2011 p. 37). Circulando nas redes imperiais, esses “bárbaros” se organizam e, ao mesmo tempo, afirmam sua potência enquanto multidão (SANTAFÉ, 2011).

Parte importante do mecanismo por meio do qual o Império agencia as forças da multidão são as indústrias de comunicação, as quais produzem não só as mercadorias simbólicas, mas também os sujeitos que as consomem, constituindo-se como “uma grande

máquina biopolítica que canaliza o *imaginário* neutralizando todas as contradições através de equilíbrios auto-geradores e autorreguladores segundo as relações desiguais que delimitam a sociedade de classes” (SANTAFÉ, 2011, p. 37).

Dessa forma, se antes, nas sociedades disciplinares, o controle social era exercido por meio de instituições como escolas, hospitais, quartéis, manicômios e leprosários, só para ficar nos exemplos mais clássicos, fabricando corpos docilizados e submissos pela sujeição a uma vigilância constante, com a passagem para a sociedade de controle, segundo modelo proposto por Deleuze, o controle se estende para muito além de um campo geograficamente situado. A partir daí, o poder passou a prescindir de uma fisicalidade para se fazer sentir, infiltrando-se por todas as camadas da vida social, tendo como suporte as novas tecnologias da informação. “O símbolo do controle, agora, não é mais o panóptico, mas a web, a rede digital de comunicação mundial, que concentra toda a informação dos indivíduos em bancos de dados” (AGUERO, 2008, p. 36).

A capacidade que possui o Império de, calcado no modelo da sociedade de controle, fazer com que suas linhas de poder penetrem por todos os poros da vida da população, capturando processos biológicos e temporais, apresenta dois desdobramentos que sustentam entre si uma relação de causalidade. Se o refinamento das ferramentas de controle, baseadas menos na disciplina física dos corpos e mais na manipulação da subjetividade dos sujeitos, deixou o poder mais forte, também provocou o surgimento de novas formas de resistência, organizadas em rede e capazes de amplificar suas ações sem depender da administração de um centro constituído de poder, papel exercido tradicionalmente pelos partidos e pelos sindicatos.

Na configuração do Império, os centros de poder estão diluídos assim como os focos de resistência a eles. Nesse sentido, Santafé afirma que

Há muitos partidos ou nenhum, há muitos sindicatos e movimentos que antes não tinham voz nessas instâncias representativas e hoje, através das redes e da horizontalidade do poder que, por um lado, quer organizar e homogeneizar as forças sociais, mas por outro, desprende um poder de reação e criação dos movimentos que as sociedades disciplinares jamais poderiam imaginar (p. 39, 2011).

O tipo de relação que perfaz o contexto político atual tem como caráter configurador o fato de que sua expressão resulta da interação entre o poder constituinte, as resistências possíveis e as tentativas mais ou menos bem sucedidas de insurreição. A luta não se conforma mais a partir de uma perspectiva universalizante e estrutural; as etapas para a revolução deram lugar às práticas de resistências (SANTAFÉ, 2011, p. 39). Ou, para usarmos

uma imagem de Deleuze, os túneis estruturais da toupeira foram substituídos pelas ondulações infinitas da serpente: imprevisível e sinuosa.

Para fazer frente ao Império, Hardt e Negri (2000), apesar de identificarem no manifesto político de Maquiavel alguns pontos de apoio para a construção de uma nova sociedade, encontram em Espinosa um novo materialismo teleológico, fundado no reconhecimento da força do desejo profético, identificado com a multidão. Eles também destacam que, enquanto Maquiavel reputava como essencial para a realização de um projeto de sociedade a partir dos “de baixo” a aquisição dos meios necessários, “armas” e “dinheiro”, Espinosa lança a seguinte pergunta: Será que já não os temos?

O tipo de dinheiro que Maquiavel insiste ser necessário pode, de fato, residir na produtividade da multidão, o ator imediato de produção e reprodução biopolítica. O tipo de armas em questão pode estar contido no potencial da multidão para sabotar e destruir, com sua própria força produtiva, a ordem parasítica do comando pós-moderno (HARDT & NEGRI, 2000, p. 65, tradução nossa)⁶⁶.

Parte essencial da força e do poder de mobilização contra o Império e sua rede descentralizada de poder reside no próprio desenvolvimento do cenário tecnológico atual, o qual, como já afirmamos anteriormente, ao mesmo tempo em que possibilitou novas formas de controle e captura de subjetividades, liberou forças que inauguraram novas formas de luta e de se opor contra suas imposições. A internet surge, assim, como o veneno e o antídoto ao fornecer o substrato material para o florescimento do capitalismo em rede e da dinâmica econômica do século XXI e ao permitir a articulação de redes de resistência e solidariedade, capazes de reverberar mundo afora e gerar apoio e suporte.

Nesse cenário, o ciberativista assume uma identidade peculiar, compartilhando, questionando e lutando pelo acesso democrático à informação. Em que pese isso, Rosa (2013) faz uma crítica à dificuldade dos movimentos sociais em geral de ultrapassar a barreira *on-line/off-line* na participação dos indivíduos, embora reconheça que a internet ainda se apresenta como uma realidade nova; acrescenta ainda que a tendência, com o tempo, é que as redes de solidariedade entre os indivíduos cresçam, transformando a sociedade em que vivemos.

A conquista dessa rede de solidariedade não vem sem um embate ferrenho, uma disputa de narrativas, entre aqueles que constituem os movimentos e a grande mídia, que tradicionalmente adota uma postura criminalizadora das ações deles, invariavelmente

⁶⁶ The kind of money that Maquiavelli insists is necessary may in fact reside in the productivity of the multitude, the immediate actor of biopolitical production and reproduction. The kind of arms in question may be contained in the potential of the multitude to sabotage and destroy with its own productive force the parasitical order of postmodern command.

escudada pelo discurso técnico da isenção jornalística. Estabelece-se, então, uma verdadeira “guerra” da informação – embora esse seja um confronto bastante assimétrico, tendo em conta a presença massiva da mídia corporativa em todos os meios de comunicação, inclusive na internet.

Como Castells (2003) afirma,

Num mundo caracterizado por interdependência global e moldado pela informação e pela comunicação, a capacidade de atuar sobre fluxos de informação e sobre mensagens da mídia, torna-se uma ferramenta essencial para a promoção de um programa político. De fato, movimentos sociais e ONGs tornaram-se muito mais competentes em agir sobre as mentes das pessoas no mundo todo mediante a intervenção na noosfera; isto é, no sistema de comunicação e representação em que as categorias são formadas e os modelos de comportamento, constituídos (p. 132).

De fato, se antes era praticamente impossível que movimentos sociais e demais atores políticos que buscassem algum nível de transformação social tivessem sua voz ouvida sem interferências ou deturpações, o novo cenário possibilitado pela internet e as novas tecnologias da informação propiciaram um contexto mais favorável à diversificação de narrativas, enfraquecendo a hegemonia midiática fundada na televisão e nos meios de comunicação impressos, os quais demandam grande aporte de recursos e organização administrativa, fato que na prática bloqueava o acesso a eles para a maioria das pessoas.

Transpondo nacionalidades e estados, o Império, posicionando-se como uma nova soberania global, depende, para ser combatido, da capacidade real de se fazer frente ao processo de representação mental com o qual consegue influenciar a opinião pública e o comportamento político coletivo, e por meio do qual fabricam poder e angariam suporte. Para tanto, é necessário que movimentos e coletivos adotem como método o desenvolvimento de estratégias de comunicação que disputem não só as mentes, mas o coração das pessoas, mobilizando corpos e desejos para a ação. A importância da autocomunicação para os movimentos não é algo recente, mas ganha uma nova dimensão com a internet. Concordando com Castells (2003), acreditamos que uma das fronteiras possíveis de poder no cenário mundial, uma a qual temos acesso, é a moldagem de ideias “de forma tão propícia quanto possível a um dado conjunto de interesses nacionais ou sociais” (p. 132).

Foi percebendo isso que o Quem dera ser um peixe elegeu a internet e as redes sociais como seu campo privilegiado de luta, debate e mobilização, ao expor críticas fundamentadas à concepção do oceanário, denunciando ilegalidades, corrupção e mau uso do dinheiro público e desmascarando as mentiras contadas pela administração pública à população.

Diferentemente das práticas comunicativas desenvolvidas pelos movimentos sociais nos anos 90, como o EZNL, o movimento alterglobalização e o MST, por exemplo, que tinham à disposição tecnologias de comunicação de menor alcance, o Quem dera ser um peixe pode ser valer do uso intensivo das redes sociais para comunicar suas pautas e impulsionar o processo de resistência contra o oceanário. Apesar de se valer também de um *blog* como ferramenta de comunicação, é possível assegurar que não houve ação do QDSP que não tivesse se servido das redes sociais virtuais como catalizadora.

Do rol de plataformas gratuitas mobilizadas pelo grupo a seu favor, a que mais se destacou pelo uso, pela continuidade, pela interatividade, por se prestar como uma “praça” onde cada pessoa podia expressar opinião sobre o Acuario Ceará e daí se engajar em um debate foi o Facebook. Apesar de a preferência pelo uso dessa plataforma não ter sido algo pensado, ela acabou assumindo o papel de principal plataforma de comunicação do QDSP, e isso por causa de uma característica muito importante: a capacidade que o Facebook possui de ser um espaço intermediário, suportando diversas linguagens (texto, fotos, vídeos, *gifs*⁶⁷, *hashtags*⁶⁸), além de possuir múltiplos canais de interação. A respeito da capacidade de interconexão com outras plataformas, B.L.⁶⁹ afirma:

Acho que o Facebook foi uma das principais, mas acho que eles usaram muito bem os recursos de vídeo. O Facebook é como se fosse uma plataforma de angariar outras plataformas. Normalmente você não vai acessar um canal do YouTube para ver. Tudo foi divulgado ali. É uma plataforma de compartilhamento. Ele leva para fora. Ele tanto traz com os links como te leva para fora. É muito difícil ver um movimento que se fixe só no YouTube. A divulgação é pelo Facebook.

Como afirma R.V.⁷⁰, a ideia era fazer com que as informações não ficassem restritas aos integrantes mais participativos do QDSP, mas que circulassem. Nesse sentido, essas plataformas eram usadas como um repositório dos documentos conseguidos por meio das investigações efetuadas junto aos órgãos de fiscalização do Estado. Tais dados eram disponibilizados nas diversas plataformas do Quem dera ser um peixe. Contudo, com o afastamento das pessoas que faziam essa movimentação,

⁶⁷ Tags são palavras-chave (relevantes) ou termos associado a uma informação. Hashtags são palavras-chave antecedidas pelo símbolo "#", que designam o assunto o qual está se discutindo em tempo real no Twitter. O caractere em si não se chama 'hashtag', embora muitas pessoas, erroneamente, façam essa associação. As hashtags viram hiperlinks dentro a rede e indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, usuários podem clicar nas hashtags ou buscá-las em mecanismos como o Google para ter acesso a todos que participaram da discussão (RODRIGUES, 2013).

⁶⁸ GIF (*Graphics Interchange Format*) é o termo dados às animações formadas por várias imagens compactadas em uma só. Utilizada para compactar objetos em jogos eletrônicos e para enfeitar *sites* na internet (Wikipedia).

⁶⁹ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

⁷⁰ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

(...) o Facebook acaba sendo a rede social mais utilizada, porque ela é mais fácil de usar. Você não precisa preparar uma apresentação. Então as matérias que iam sendo postadas no Peixuxa. Não é que foi priorizada uma plataforma, mas pelo curso o Facebook acaba assumindo uma dinâmica que as outras plataformas não têm. Então o *blog* está parado há muito tempo; Prezi não tem apresentações novas. Não houve uma priorização, mas o Facebook acabou sendo a plataforma que continuou tendo uma dinâmica ainda que mais lenta do que no começo do Quem dera ser um peixe. (...) O Facebook assumiu esse protagonismo diante das outras plataformas.

Sobre o privilégio, ainda que involuntário, pelo Facebook, A.S.⁷¹ afirma:

Posso dizer que sim, o Facebook foi uma das mais utilizadas. Mas não é privilégio. O que acontece é que o mundo da internet e das redes sociais é bem dinâmico. O Facebook hoje é o que foi o Orkut. Das mídias digitais que eu gosto de trabalhar, para mim, umas das mais interessantes é o Facebook. Tem um *delay*, mas eu me identifico muito mais com o Facebook, porque é um espaço de formulação rápida de entendimento do que está acontecendo; rapidamente a gente consegue cancelar uma notícia ou desmenti-la completamente. Twitter é o local onde se testam as informações; tem um *delay*. O Facebook, porque é um mundo de informações; pessoas querem ver pessoas felizes no Facebook; ninguém gosta de má informação, e pessoas que têm perfil no Facebook sabem que você não pode “flodar” a TL. Então, tendo esse entendimento de que foi a efervescência do Facebook, era a principal rede social para aquele nosso propósito, mas utilizando de outras mídias externas, como o Soundcloud, a Twitcam, o YouTube, o Twitter, o Storyfy, que é uma excelente ferramenta pra historificar as coisas, para documentar, utilizando também o Prezi, que é uma ferramenta de apresentação. Nós lançamos mão de um arsenal. A questão é quem alimenta.

A vantagem de se ter muitas pessoas utilizando o mesmo espaço virtual facilita enormemente que as informações fluam com dinamicidade, rapidez e em uma escala relevante. Exemplo disso foram ações recentes que mobilizaram milhões e geraram uma onda mundial no Facebook, como a aprovação do casamento igualitário nos Estados Unidos, em que os usuários adicionavam um filtro com as cores da causa LGBT nas fotos de perfil para demonstrar apoio. Outras campanhas como #meuprimeiroassédio e #meuamigosecreto também movimentaram a plataforma, ao compartilhar denúncias de violência e de abuso cometidos por homens contra mulheres.

É preciso, no entanto, guardar certo ceticismo à potencialidade do Facebook como a nova “ágora”, o novo espaço público do século XXI. Ao lado do Google, o Facebook se insere como umas das gigantes no mercado de tecnologia, ganhando milhões com cessão de espaços para publicidade. Além disso, sobre ele recaem sérias acusações de ter colaborado com o escândalo de espionagem sobre cidadãos do mundo inteiro protagonizado pela NSA e pelo Departamento de Defesa Norte Americano.

A.B.⁷² reconhece que, sem a mobilização feita por meio das redes sociais, especialmente o Facebook, muito provavelmente o Quem dera ser um peixe não conseguiria

⁷¹ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

ter pautado a mídia e trazido a discussão sobre o Acuario para o espaço público. Em que pese isso, ela alerta que esse fato dificilmente poderia se repetir hoje em dia, porque, desde o começo de 2015, o Facebook adota uma política que vem restringindo a circulação “orgânica” de informação no site, condicionada apenas a quem se dispuser a pagar para que o conteúdo possa chegar a mais pessoas. Em outras palavras, antes dessa nova política, havia um algoritmo que garantia que toda postagem pudesse ser vista por toda a rede de pessoas do usuário.

Também fazem esse alerta militantes que se valem do Facebook para denunciar violações de direitos e trazer à discussão pautas com as quais se identificam. Não à toa, integrantes dos coletivos Nigéria e Urucum, e também os assessores de comunicação do PSOL, apontam uma redução considerável tanto no número de visualizações quanto no número de compartilhamento de suas postagens, o que reduziu drasticamente a circulação de informação e limitou consideravelmente a potência do Facebook como ferramenta de comunicação livre e gratuita.

Isso serve para reforçar o fato de que as novas tecnologias da informação e comunicação, por si só, não têm o potencial de mobilizar processos de mudança e que tais avanços devem ser compreendidos dentro de um quadro interpretativo mais amplo, que possibilite análises menos apressadas e irrefletidas.

Sem deixar de levar isso em conta, é preciso reconhecer que a ciberguerra indica outra possível fronteira de luta contra o Império. Ela representa a possibilidade de infligir danos consideráveis a governos e organizações que dependem de sua rede avançada de comunicação. Essa acaba se tornando a arma de escolha no ambiente tecnológico que vivenciamos pela capacidade de obter e disseminar informações críticas⁷², além de orquestrar ataques contra banco de dados, sistemas-chave de bancos e corporações (CASTELLS, 2003). Diferentemente da guerra tradicional, tal tipo de ataque pode ser levado a cabo por um indivíduo com acesso à Rede e a um computador pessoal simples, ou por pequenos grupos coordenados, impossíveis de serem rastreados ou reprimidos. Castells (2003) cita, como exemplos dessa ação, os ataques realizados contra computadores da Otan por hackers sérvios durante a guerra do Kosovo em 1999 e aos centros de comando russos por militantes pró-Tchetchênia.

⁷² Entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2015.

⁷³ É o caso do *Wikileaks*, por meio do qual informações confidenciais do Estado norte-americano foram vazadas, causando enorme constrangimento à Casa Branca.

Os hackers representam uma peça importante no contexto em que as redes globais de comunicação influenciam profundamente todos os aspectos da vida social. De acordo com Castells (2003), a cultura hacker desempenha um papel fundamental na construção da internet, por fomentar inovações tecnológicas por meio da cooperação e da comunicação sem barreiras e também por servir de ligação entre “o conhecimento originado na cultura tecnomeritocrática e os subprodutos empresariais que difundem a Internet na sociedade em geral” (p. 38). Mais especificamente, a cultura hacker tem a ver com o conjunto de valores que emergiram das primeiras redes de computadores, tendo como fio condutor o interesse comum em projetos de programação criativa (CASTELLS, 2003). Daí surgiu um traço fundamental no desenvolvimento da internet, o movimento fonte aberta, responsável pelo desenvolvimento e disponibilização gratuita de *softwares* com diversas aplicações. Dentre os valores mais destacados nessa cultura, podem ser citados: a liberdade, a crença que o desenvolvimento tecnológico pode trazer melhorias sociais concretas, a informalidade e a presença de um forte sentimento comunitário.

A descrição que trouxemos acima corresponde, de modo geral, à caracterização da cultura hacker como um todo. No entanto, o que vai nos interessar aqui, na nossa caracterização da ciberguerra, são as subculturas hackers que se formam a partir de princípios políticos ou de revolta pessoal. Dentro dessa subcultura, Castells (2003) aponta outras segmentações, como o movimento pela liberdade de expressão em Berkeley, que contou com a participação ativa de Richard Stallman, figura importante no desenvolvimento da internet, e sua *Free Software Foundation*, dedicada a proteger os direitos dos programadores, aos produtos do seu trabalho e ao fomento da cultura do software livre, mantendo suas criações longe das empresas e corporações. Existem agrupamentos de *hackers* alinhados à bandeira dos princípios libertários, como a liberdade de expressão e a privacidade na internet, alvo de constantes ataques por empresas e governos, a qual tem como representante destacado a *Electronic Frontier Foundation*.

Os responsáveis por ataques a redes de empresas e organizações podem ser identificados com a subcultura dos *ciberpunks*, os quais se insurgem, a partir do ambiente virtual, para preservar sua liberdade contra a interferência de diferentes fontes de poder. Nas franjas dessa cultura, surgem os *crackers*. De acordo com Castells (2003), eles são na maioria das vezes indivíduos muito jovens, desejosos de provar sua perícia em programação invadindo sites e sistemas altamente protegidos sem serem pegos. Muitas vezes também, sua atuação apresenta colorações políticas, à medida em que “constroem redes de cooperação e informação, com todas as devidas precauções, muitas vezes difundindo o código de

tecnologia de criptografia que permitiria a formação dessas redes fora do alcance das agências de vigilância” (CASTELLS, 2003, p. 46).

O Império produz seus instrumentos de poder e dominação, mas no mesmo processo acaba por desencadear as forças e os meios possíveis para ameaçar seu controle hegemônico. Certamente, será preciso mais do que a internet para levar a cabo o processo de transformação de que nosso mundo necessita. Por outro lado, não é mais possível imaginar que isso possa acontecer longe das redes de comunicação virtuais e da internet. O caminho que nos levará a sua superação é repleto de obstáculos e barreiras quase intransponíveis. Afinal, o que podemos nós quando o Estado se tornou o próprio capital, emprestando sua forma e suas armas para que a ordem estabelecida não possa jamais ser derrubada?

Mas a verdade é que podemos muito, e os meios para realizar nossa potência transformadora estão aí, ao nosso alcance. Basta, como Galeano, acreditar que: “Este mundo de merda está grávido de outro mundo”.

Capítulo 3

Comunicação para mobilização: a prática comunicacional do Quem dera ser um peixe

Aqui, expomos detalhadamente a prática de comunicação do Quem dera ser um peixe, em suas diversas camadas. Inicialmente, descrevemos como transcorria o processo de investigação sobre as ilegalidades do Acquario Ceará, junto aos órgãos públicos e aos portais de transparência, e a posterior “tradução” dos documentos técnicos em produtos comunicacionais inteligíveis e de fácil entendimento para a maioria das pessoas. Reforçamos o caráter central que essa metodologia teve para o QDSP na luta contra o oceanário. A seguir, a partir da análise de todas as postagens realizadas na *fan page* e no perfil do grupo no ano de 2012, escolhemos três do perfil Peixuxa, a fim de compreender como se dava a interação entre o Quem dera ser um peixe com os demais usuários da rede quando apareciam opiniões divergentes. A ideia é compreender, por meio da análise de mobilização de quadros, explicada com maiores detalhes na introdução do trabalho, como o grupo consegue dialogar e, por meio de um debate esclarecido sobre os pontos mais críticos do oceanário, fazer com que interlocutores com pontos de vistas diferentes alinhem seus enquadramentos sobre a obra aos enquadramentos sustentados pelo QDSP, ponto essencial à compreensão do processo de mobilização política. Tendo essa discussão como pano de fundo e tomando de empréstimo os conceitos certeunianos de “estratégia” e “tática”, procuramos categorizar a prática comunicativa do Quem dera ser um peixe, entendendo que, muito mais do que um exercício meramente teórico, isso repercute na própria compreensão do papel exercido pela comunicação na resistência contra a obra. Finalmente, retomando um pouco a discussão que fizemos nos dois primeiros capítulos, investigamos a relação entre a organização do QDSP enquanto ação coletiva e sua prática de comunicação.

3.1 Investigação e decodificação da informação no Facebook

No livro *Power in Movement*, Tarrow afirma que nas últimas décadas os movimentos, bem como os grupos de interesse, têm-se valido não só de uma política contenciosa⁷⁴, mas também da participação junto às instituições. Apesar de não poder ser identificado com um movimento social propriamente dito, isso também vale para o QDSP.

No primeiro capítulo, destacamos a existência de duas linhas de atuação bem marcadas na prática desse grupo: uma mais voltada à comunicação, a outra mais ligada ao

⁷⁴ Segundo Tarrow, *Contentious Politics*, ou política contenciosa, acontecem quando pessoas comuns unem forças para confrontar elites, autoridades e oponentes.

campo institucional. A primeira apostava em metodologias diferentes de veicular dados e informações, desde a utilização de plataformas diversificadas, passando pelo uso do humor e de intervenções estéticas que propunham reformulações no campo dos sentidos; já a segunda buscava estabelecer pontes e diálogos com os órgãos públicos, processo que em, última instância, pretendia dar azo a uma mudança na cultura institucional em Fortaleza, no sentido de aproximar as pessoas dos mecanismos de controle social do poder.

Esses dois eixos se retroalimentavam. A investigação gerava dados e informações técnicas que eram comunicados às pessoas de diferentes formas (um meme, um infográfico, um vídeo, uma intervenção). Essa comunicação gerava um debate que estimulava um desejo por mais informações a respeito das ilegalidades apontadas e das costuras políticas realizadas para garantir a obra, o que, por sua vez, se revertia no aprofundamento das investigações. Esse ciclo foi responsável pela criação de um campo de debate rico sobre o Acquario Ceará, fato muito importante para o sucesso da publicização da pauta pelo Quem dera ser um peixe e para a mobilização em torno da questão. Como os membros do grupo mesmo gostam de destacar, se, em 2008, o oceanário se apresentava como mais uma obra milionária do governo do Estado, sobre a qual a população de Fortaleza pouco ou nada tinha a dizer, hoje a posição sobre o empreendimento governamental apresenta algumas ponderações: é possível dizer que as opiniões se diversificaram, passando a levar em conta aspectos que, antes, ficavam ao largo do debate público sobre o empreendimento. Isso se deveu, em grande medida à extensão e a gravidade das ilegalidades apontadas tanto pelo Quem dera ser um peixe, como pelo Ministério Público de Contas⁷⁵ e pelo Ministério Público Estadual.

Pela importância que essa forma de atuação representou na construção política levada a cabo pelo QDSP e também por ser uma das características que o singularizam no campo da prática de ação coletiva, detalharemos, nesse tópico, como se deu a articulação entre a investigação/articulação com o campo institucional e a produção informacional do Quem dera ser um peixe.

Havia por parte de muitos integrantes do QDSP a noção de se valer da legislação, tanto federal quanto estadual e municipal para questionar a obra em termos técnicos, fugindo assim de um debate que pudesse ser levado, como tentativa de deslegitimá-lo, para o campo ideológico. Hoje em dia, discussões políticas rapidamente escorregam para uma polarização partidária extrema. Uma batalha entre “coxinhas” e “petralhas” rapidamente se instaura toda

⁷⁵ Órgão previsto na Constituição Federal de 1988, que tem a função de realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública direta e indireta do Estado.

vez que uma questão política é colocada em debate⁷⁶. Tentando evitar isso, o QDSP, embora também fizesse diversas críticas à obra do ponto de vista ideológico, apostou na realização de um debate que se posicionasse mais no campo da institucionalidade. A obra era questionada porque não respeitava os trâmites burocráticos (entre outros documentos imprescindíveis a um empreendimento desse porte faltavam: estudo arqueológico, plano de negócios garantindo a sustentabilidade, relatório de impacto sobre o trânsito, estudo de impacto hídrico, entre outros), incidindo mesmo em práticas criminosas, como improbidade administrativa e fraude à licitação, como pode ser observado na ação civil pública elaborada pela procuradora estadual Jacqueline Faustino.

Essas informações eram conseguidas por meio de provocações feitas pelo QDSP aos órgãos de fiscalização do Estado, tendo por base um instrumento democrático muito importante, mas ainda desconhecido pela maioria dos brasileiros: a Lei de Acesso à Informação, a qual garante a qualquer pessoa o acesso a documentos públicos, desde que, é claro, não sejam considerados sigilosos. Desse modo, ofícios eram encaminhados aos órgãos públicos questionando o empreendimento do ponto de vista legal e técnico-jurídico. Havia também a preocupação de realizar uma articulação com os representantes desses órgãos fiscalizatórios, a fim de aproximá-los das irregularidades encontradas e, por consequência, obrigá-los a cumprir as funções institucionais que lhe são garantidas pela Constituição de 1988. Ao longo dos anos de atuação do Quem dera ser um peixe, portanto, houve várias reuniões presenciais de integrantes do grupo com o corpo técnico do Iphan, com integrantes dos órgãos do sistema de Justiça, especialmente Ministérios Públicos e Defensorias. O tensionamento dos canais democráticos de participação política representa, em nossa visão, um dos maiores legados do Quem dera ser um peixe para a instituição de novos modelos de ação coletiva.

A articulação também se dava em grande medida com ONGs e coletivos de direitos humanos que ajudavam na articulação e provocação dos órgãos do sistema de Justiça e na compilação e denúncia de irregularidades. Um exemplo emblemático foi o instrumental dos processos existentes contra o Acquario elaborado pelo Coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça, no final do ano de 2014. Nesse documento, todas as ilegalidades cometidas na construção da obra foram evidenciadas de modo sistemático e facilmente compreensível.

⁷⁶ “Coxinha” é um termo pejorativo usado para se referir a pessoas que defendem pautas conservadoras. “Petalhas” se refere pejorativamente aos membros e apoiadores do Partido dos Trabalhadores (PT), surgido em razão das inúmeras denúncias de corrupção ocorridas durante o governo do PT.

Outra articulação importante, já citada aqui, se deu por ocasião da ampliação do sítio de construção do Acuario Ceará, dificultando o acesso dos moradores do Poço da Draga à praia e comprometendo o uso do Pavilhão Atlântico. À época, membros da ONG Velaumar, localizada no próprio Poço da Draga, realizaram um vídeo criticando a construção do muro, enquanto moradores da comunidade que integravam o QDSP se articulavam com os demais membros do grupo para organizar uma resistência à ação do governo. Além de recorrer aos órgãos de fiscalização, como o Ministério Público, na tentativa de evidenciar as irregularidades praticadas pela administração pública, o QDSP buscou pautar a questão nos veículos de comunicação de grande circulação na cidade, resultando em uma matéria escrita pelo jornal O Povo, no dia 18 de dezembro de 2013⁷⁷. Instituições parceiras do QDSP, como o coletivo Urucum e o coletivo audiovisual Nigéria, produziram um vídeo advocacy⁷⁸, juntamente com os moradores do Poço da Draga, para tentar reverter a situação.

OFICINA DE VÍDEO-ATIVISMO NO POÇO DA DRAGA

VEJA. FILME. MUDE.

16 a 21 de dezembro de 2013
Local: ONG Velaumar, Poço da Draga

Partindo da ideia de que qualquer pessoa pode produzir um vídeo, não somente cineastas ou jornalistas profissionais, a oficina, realizada em parceria com a ONG Witness, tem como objetivo contribuir para a formação de ativistas que se interessam em usar o audiovisual como meio para garantir direitos e alcançar transformações sociais.

A Witness desenvolveu uma metodologia de trabalho para que os vídeos possam se comunicar com públicos específicos, com o objetivo de conseguir mudanças concretas em políticas, práticas, leis e comportamentos que violam esses direitos humanos, complementando outras ferramentas de ativismo. Em 20 anos de atuação, estabeleceu parceria com mais de 300 grupos de direitos humanos em 86 países, treinou mais de 4.500 ativistas, apoiou a inclusão de vídeos em mais de 100 campanhas, aumentando a sua visibilidade e impacto. Estes vídeos foram assistidos por mais de 260 milhões de pessoas em todo o mundo.

Realização: Apoio: Parceiros:

Figura 9: Cartaz de divulgação da oficina de vídeo no Poço da Draga. Fonte: Coletivo Urucum.

⁷⁷ <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2013/12/18/noticiafortaleza,3178634/ong-denuncia-construcao-de-muro-proximo-a-obra-do-acuario.shtml>

⁷⁸ Refere-se ao uso do vídeo como uma ferramenta estratégica para engajar as pessoas na criação de mudanças. Tal metodologia requer a definição de objetivos específicos, identificação do público adequado e o desenvolvimento de um plano estratégico de produção e distribuição, garantindo o impacto do vídeo (Witness).

Por ocasião da ameaça de arquivamento da referida ação civil pública – que dá ensejo, caso seja recebida pelo Poder Judiciário, à possibilidade de persecução criminal das autoridades públicas envolvidas na construção do Acquario Ceará –, os membros do QDSP, em articulação com um vereador do PSOL, se mobilizaram para evitar que isso acontecesse. O movimento contra o arquivamento da ação, o qual tivemos oportunidade de acompanhar, compreendeu reuniões com procuradores, com o referido vereador, articulação com a imprensa local e o comparecimento sistemático ao julgamento sobre o arquivamento da ação realizado em duas sessões na Procuradoria Geral de Justiça.

O viés investigativo do Quem dera ser um peixe, aliado à grande capacidade de articulação com os órgãos do sistema de Justiça e demais atores sociais, além do manejo da Lei de Acesso à Informação e dos portais da transparência governamentais, lhe renderam acesso a diversos documentos públicos onde constavam as ilegalidades relacionadas à obra e aos gestores públicos responsáveis por ela. Tais dados, por sua própria natureza, eram bastante técnicos, em sua maioria volumosos, e de difícil intelecção.

Parte importantíssima do trabalho de comunicação do Quem dera ser um peixe era a tradução desses dados, de modo que as irregularidades pudessem vir a público de uma forma inteligível para a maioria da população, a qual não está familiarizada com o léxico de um parecer técnico ou de um estudo de impactos ambientais. Essa tradução era feita em diferentes camadas.

No *blog* “AcquarioNão”, pelas características da plataforma, concebida para veicular principalmente conteúdo escrito, as ilegalidades encontradas eram apresentadas com detalhes, recorrendo-se, ainda, à utilização de alguns termos técnicos e textos de caráter sóbrio. Para termos uma ideia de como funcionava essa primeira camada de tradução, reproduziremos abaixo parte de uma postagem do dia 15 de março de 2012, denunciando a existência de irregularidades na licença da obra.

Na segunda-feira, 12 de março, fomos até o IPHAN e nos reunimos com a superintendente Juçara Peixoto. Ela nos disse que não havia chegado nada sobre o Acquário à instituição e que por conta disso, nas palavras dela a licença estaria irregular. Mencionamos que no EIA-RIMA foi listado um “ofício de anuência do IPHAN” que disseram desconhecer. Para entender o que ela quis dizer, precisamos recorrer à legislação. Uma resolução do CONAMA determina a quem cabe e como devem ser feitos os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, o famoso EIA-RIMA. Uma dos itens a serem contemplados é o que essa resolução chama de “meio sócio-econômico”, como lê-se abaixo.

c) o meio sócio-econômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

Quem especifica melhor essas determinações é o próprio IPHAN em sua portaria 230 (em .pdf aqui). Todo esse documento se dedica a estabelecer como os estudos arqueológicos fazem parte das fases de licenciamento ambiental. Isso é lei. Não somos nós que estamos falando. Independente do local ser já modificado pelo homem, como afirmou mais tarde o Secretário Bismarck Maia, ou qualquer outra coisa que venham afirmar sobre isso. Houve mais um erro de procedimento, era preciso incluir o estudo de levantamento arqueológico. Seria mais fácil para o governo admitir o erro e tentar rapidamente consertá-lo, já que nada disso impede a obra, apenas atrasa. O problema é que todos os passos tem sido apressados, tem-se passado por cima de várias normas, da lei de licenciamento à lei de licitações. E como foi a própria SEMACE que aprovou o EIA-RIMA mesmo sem esse estudo básico e essencial, fica difícil culpar outros que não o próprio governo, provando que o caminho mais fácil nem sempre é o mais rápido. Quem vai investigar isso é o Ministério Público Federal, que já vem questionando o processo do Acquário desde janeiro de 2011. A falta de levantamento arqueológico é apenas mais um dado nesse processo. As justificativas que demonstram desconhecimento da lei ou vontade de ludibriar. A pressa em aprovar as licenças e uma contratação sem licitação só aumentam a desconfiança geral de que muitas coisas estão erradas nesse projeto. Mas o secretário pode ficar tranquilo, porque o IPHAN tem até 90 dias para analisar o EIA-RIMA, que até 12 de março ainda não tinha sido enviado. E para não falar só de lei vale a pena lembrar que na área em questão é de grande importância histórica para a cidade, coisa que até a Wikipedia sabe, que dirá nossos governantes (*sic*).

Nessa postagem fica claro o caminho que a informação percorria no QDSP: consulta aos órgãos e documentos públicos, tradução da informação e divulgação nas plataformas gratuitas que o grupo possui na internet. Além disso, podemos observar também que no *blog* não havia tanto a preocupação de elaborar uma comunicação visual que fosse atraente. Os textos em geral são longos e quase não há imagens ou vídeos. Mas essa postura era consciente. O Quem dera ser um peixe escolhia usar o *blog* como espaço para a realização dessa primeira camada de tradução, porque sabia que podia confiar na utilização das outras plataformas e em uma comunicação visual inventiva e bem humorada para divulgar os dados coletados. O *blog* acabava servindo, portanto, mais como um repositório dos documentos a que o grupo tinha acesso e como um modo de subsidiar as informações veiculadas nas outras plataformas que acabavam carecendo um pouco de profundidade em prol de sua apresentação.

A segunda camada de tradução ficava por conta das outras plataformas, em especial do Facebook. Como já foi comentado aqui, esse site acabava sendo a ferramenta de comunicação mais usada: por ser de fácil utilização, por sua interatividade, pela capacidade de suportar diferentes linguagens, e, como ressalta A.S, por ser “uma praça, uma bodega, um local de ‘mei’ de rua”, onde as pessoas se reuniam para comentar os principais assuntos do dia, expressar uma opinião, compartilhar um sentimento, um devaneio, uma música ou uma declaração de amor.

Se no *blog* a linguagem utilizada era séria, contida, fazendo referência a documentos técnicos e a uma argumentação sóbria, jogando luz sobre os pontos obscuros relativos à obra, no Facebook, tanto na *fan page* “Quem dera ser um peixe” como no perfil

“Peixuxa Acquario”, a abordagem comunicativa obedecia a uma lógica diferente. Como mesmo destaca A.S.⁷⁹, no Facebook, o QDSP apostou mais na comunicação visual – infográficos, memes, vídeos – e no humor para criticar o Acquario Ceará e denunciar as ilegalidades descobertas.

Como falamos na introdução, para a constituição de nosso material de campo, pesquisamos toda a produção efetuada no ano de 2012, na *fan page* “Quem dera ser um peixe” e no perfil “Peixuxa Acquario”. Coletamos ao todo um total de 522 postagens – sendo 84 na *fan page* e 438 no perfil –, realizadas seja pelo QDSP, seja por simpatizantes do grupo.

Pelo fato de alguns dos primeiros integrantes do Quem dera ser um peixe pertencerem a uma tradição de ativismo digital, os espaços de incidência do grupo na rede eram pensados na tentativa de gerar a maior capilaridade possível da informação. E quando o QDSP ocupou o Facebook não foi diferente. O motivo de ele possuir não só uma *fan page*, como um perfil se justifica pelas particularidades proporcionadas pelo *site*. A *fan page*, por exemplo, é uma ferramenta utilizada por empresas, movimentos sociais e coletivos, permitindo o uso de publicidade, a customização dos elementos gráficos da página, além da criação de enquetes e fóruns de discussão. A *fan page* permite também a mensuração de dados sobre a página, incluindo o controle da quantidade de “curtidas”, de alcance e visualização de cada postagem, além de não ter a limitação dos 5.000 “amigos”, presente nos perfis. Estes, diferentemente das *fan pages*, são mais utilizados por pessoas físicas, havendo a limitação do número de amigos e limitações também nas possibilidades de interação com um eventual público.

A razão de o Quem dera possuir dois espaços no Facebook parece ser, primeiro, porque havia a necessidade da existência de uma modalidade de interação virtual que permitisse o maior número de níveis de interação, sem limitações de quantidade. No entanto, como os integrantes do Quem dera ser um peixe sentiram a necessidade de criar um personagem que fosse engraçado e com o qual as pessoas pudessem dialogar – artifício que servia, ao mesmo tempo, para não pessoalizar o grupo, evitando falsas suposições quanto a ligações partidárias e/ou políticas, e proteger as pessoas que estavam levando adiante a resistência contra o oceanário –, foi criado o “Peixuxa” e um perfil correspondente.

No ano de 2012, principalmente, mas também durante toda a atuação do QDSP, a *fan page* “Quem dera ser um peixe” e o perfil “Peixuxa Acquario” foram, portanto, os espaços onde se desenvolveu a interação com críticos e apoiadores do empreendimento

⁷⁹ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

governamental, sendo também o local de convergência de toda a produção de dados. Sendo assim, nossa intenção nesse tópico é, sobretudo, descrever o mecanismo de produção informativa para, no tópico seguinte, analisar a interação propriamente dita entre o QDSP e as pessoas que, de uma forma ou de outra, se sensibilizaram com a pauta trazida à esfera pública.

Na pesquisa de campo realizada na *fan page* do QDSP, constatamos um total de 84 postagens, tendo a primeira sido realizada no dia 16 de fevereiro de 2012 e a última no dia 24 de dezembro de 2012. Os meses de maior fluxo foram os de março, com 38, seguido pelo de abril, com 34. Nos meses seguintes, houve poucas ou nenhuma postagem.

O mesmo fenômeno se deu no perfil “Peixuxa Acquario”, cujas atualizações tiveram início no dia 11 de março de 2012 e seguiram irregularmente até o dia 21 de dezembro do mesmo ano. Assim como ocorreu no perfil do grupo, do total de *posts*, 438, a maioria foi feita nos meses de março, 210, e abril, 147.

Uma possível explicação se deve ao fato de que é muito mais fácil alcançar uma mobilização pontual expressiva do que um engajamento a longo prazo. A partir das entrevistas concedidas pelos membros do QDSP, podemos afirmar que, no início, havia um número muito maior de pessoas produzindo informação a partir das investigações realizadas. Ao longo do tempo, por cansaço, divergências ou por motivos pessoais, essas pessoas foram-se afastando e, com isso, a presença nas redes sociais se enfraqueceu consideravelmente. Outra razão que pode explicar esse arrefecimento foram as seguidas derrotas sofridas no embate institucional, com o arquivamento de uma série de processos que investigavam o Acquario e a continuação das obras. O Estado respondeu à tentativa de controle social proposta pelo Quem dera ser um peixe de diversas maneiras. Por meio de nossa presença em campo foi possível constatar que o afastamento de algumas pessoas, por exemplo, se deveu a terem recebido, indevidamente, a pecha de líderes – função que o QDSP sempre rejeitou – por parte da imprensa e dos órgãos públicos, o que gerou uma série de desgastes e contratemplos para os ativistas que viam seus nomes circulando pelas rodas de poder como ameaças a serem bloqueadas.

Comparando-se esses dois principais canais de interação com seu público, outra coisa que se destaca é a quantidade muito maior de postagens no perfil, cinco vezes superior ao número das atualizações na *fan page*, apesar do alcance maior dessa última (2.718 “curtidas”) em relação ao perfil, que possui o alcance primário de 1.242 pessoas. No entanto, isso parece ser mais fruto de questões técnicas do que de uma eventual escolha por privilegiar um local de interação em relação ao outro. O perfil, por exemplo, por estar “linkado” ao Twitter e ao Wordpress recebia todo o material produzido nessas plataformas, coisa que não é

possível fazer a partir de uma *fan page*, a qual tem uma característica mais institucional. Outra explicação para o maior volume de produção no perfil pode ser encontrada no fato de que esse espaço possibilita que todos os seus “amigos” realizem postagens diretamente na *timeline* do perfil “Peixuxa”. Na *fan page*, por outro lado, os moderadores (aqueles que têm controle sobre a produção de conteúdo) é que decidem se querem ou não deixar que o conteúdo fique visível, mas ainda que optem por essa última possibilidade, o conteúdo postado por pessoas de fora, ou seja, que “curtem” a página, aparece em uma aba lateral, sem o mesmo destaque que possui no perfil.

Nesse contexto, é possível perceber que há uma diferença marcante entre o perfil e a *fan page* do QDSP. No primeiro caso, há uma abertura consideravelmente maior para que simpatizantes do Quem dera ser um peixe, mesmo que não tenham uma participação efetiva no grupo, no sentido de pensá-lo estrategicamente ou coordenar ações, possam contribuir com a produção de conteúdo, seja criando memes, seja emitindo opiniões, ou mesmo compartilhando vídeos, fotos, notícias. O personagem “Peixuxa”, portanto, além de reforçar a tentativa de não personalizar as ações do grupo, tinha também o sentido de aproximar o Quem dera ser um peixe das pessoas, essencial para que qualquer ação política organizada seja bem-sucedida.

Do total de postagens produzidas no perfil e na *fan page*, a grande maioria é formada por memes, fotos documentando as atividades do grupo ou irregularidades da obra; e, em menor número, o compartilhamento de matérias veiculadas em grandes veículos de comunicação locais, especialmente O Povo, espaço onde o QDSP conseguiu, ao longo do tempo, pautar, ainda que pontualmente, notícias e expor sua posição em relação a algumas das questões relativas ao Acquario. No Facebook, a preferência pela comunicação visual em detrimento da escrita, vai ao encontro da percepção dos integrantes do QDSP de que cada plataforma deve ser usada de acordo com suas potencialidades. Nesse sentido, pela experiência prévia de alguns integrantes do QDSP com o ativismo digital e pela própria familiaridade que as pessoas em geral adquiriram com a plataforma, sabia-se de antemão que textos grandes para tratar de críticas e aspectos técnicos da obra certamente teriam um baixo índice de visualizações e, com isso, informações importantes deixariam de circular. Esse foi o motivo, mais uma vez, por que o QDSP apostou no *blog* como espaço para receber informações textuais de maior fôlego, procurando usar cada mídia da forma que melhor lhe convinha.

No Facebook, portanto, de todo o material analisado, a importância dos memes se destaca na comunicação visual do Quem dera ser um peixe e na circulação efetiva de dados

sobre o Acuario. O uso do humor como estratégia de oposição ao Acuario foi destacado por todos os integrantes do QDSP que tivemos oportunidade de entrevistar como peça fundamental no sucesso que o grupo teve em trazer o assunto para a esfera pública. Faz parte da cultura política não só do Ceará, mas do país como um todo que obras de grande porte sejam levadas à frente sem participação popular e com pouquíssimos espaços de discussão sobre os impactos que esse tipo de empreendimento causa à organização urbana e ao orçamento público. Em geral, as intervenções são recebidas com certa indiferença ou com um sentimento de que algo melhor podia ser feito com o dinheiro empregado. Não temos evidências concretas para fundamentar o que acabamos de dizer, a não ser a percepção de quem vivencia de perto a política local e nacional há bastante tempo. Mas uma coisa que podemos afirmar com certeza é que, pelos menos entre os integrantes do Quem dera ser um peixe, há o sentimento de que, por meio do humor e da atuação política do grupo, a população de Fortaleza passou a se posicionar sobre o Acuario, seja contra ou favor, fomentando o debate de ideais e o diálogo político não só sobre essa questão, mas sobre outras que se ligam a ela de maneira inseparável.

Pela facilidade, pelo volume de produção e, finalmente, pelo potencial de circulação na rede, os memes acabaram-se destacando, a ponto de, no início, terem sido oferecidas oficinas para que mais pessoas pudessem produzi-los, em uma tentativa de horizontalizar a produção de conteúdo, possibilitando maior colaboratividade. A fluidez e a informalidade da comunicação feita pelo QDSP permitia um aumento da capilarização da informação, tendo sido a principal responsável para que um pequeno grupo de ativistas, muitas vezes limitados por horários de trabalho e compromissos pessoais, conseguisse gerar um volume considerável de conteúdo.

Memes representam um novo gênero midiático a influenciar a cena política do país, devendo ser compreendidos como teias e estruturas de significado construídos coletivamente, os quais se articulam e são propalados tanto por pessoas como por grupos organizados, impulsionando processos de difusão cultural (CHAGAS, FREIRE, RIOS & MAGALHÃES, 2015); muitas vezes utilizam da ironia e da brincadeira para tratar de assuntos sérios. No artigo “A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo sobre os memes dos debates nas Eleições de 2014”, os autores ressaltam a função dos memes como peças publicitárias para a militância, artifício acionado muitas vezes pelo QDSP como estratégia de incidência política.



Figura 10: Meme criticando a ausência de estudo de impacto arqueológico. Fonte: fan page “Quem dera ser um peixe”. Acesso: 18 de junho de 2015.



Figura 11: Meme criticando o papel da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace) no licenciamento da obra. Fonte: fan page “Quem dera ser um peixe”. Acesso: 18 de junho de 2015.

O humor, portanto, facilita a difusão de conteúdo no ambiente da internet, porque ele tem a propriedade de inspirar sentimentos positivos e contribuir para a constituição de uma identidade coletiva (CHAGAS, FREIRE, RIOS & MAGALHÃES, 2015). Nesse sentido, o humor político na internet contribui

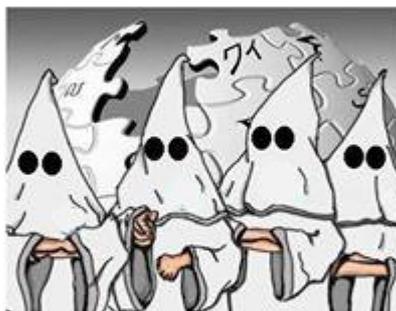
(...) para a criação e a consolidação de uma teia de significados compartilhados, que absorve e ressignifica conteúdos da cultura popular, estreitando laço entre usuários e desenvolvendo uma nova experiência de letramento midiático (CHAGAS, FREIRE, RIOS & MAGALHÃES, 2015, p. 7).

A percepção entre os participantes do QDSP de que conteúdos mais leves e bem humorados teriam o potencial de fazer com que a informação circulasse de maneira mais efetiva encontra respaldo nos estudos citados por Chagas, Freire, Rios e Magalhães (2015), os quais apontam uma tendência maior de compartilhamento de conteúdos com tendências positivas em relação a conteúdos com tendência negativa.



Figura 12: Meme baseado no filme Waterworld (1995). Fonte: perfil “Peixuxa Acquario”. Acesso: 20 de junho de 2015.

O deputado Carlomano Marques (PMDB), vice-líder do governo Cid Gomes na Assembleia Legislativa, condenou ontem o que considera ser uma orquestração para barrar a construção do Acquario Ceará.



**É assim que o deputado vê a população que quer participar da vida democrática?
Fala sério!!! Responde por que não tem licitação.**

Figura 13: Meme criticando o posicionamento de um deputado da base governista à respeito do Acquario Ceará. Fonte: perfil “Peixuxa Acquario”. Acesso: 25 de junho de 2015.

As ferramentas comunicacionais utilizadas pelo movimento cumpriam a função de fazer com que um relatório técnico e volumoso, por exemplo, fosse transformado em um infográfico, ou mesmo que alguma informação nele presente fosse destacada.



Figura 14: Meme ironizando as irregularidades do Acquario Ceará. Fonte: perfil “Peixuxa Acquario”. Acesso: 28 de junho de 2015.

Por ser um espaço horizontal, onde a comunicação se dá na forma *peer to peer*, ou seja, de indivíduo para indivíduo, bem diferente do processo comunicacional verticalizado, característico da televisão e da mídia impressa, o Facebook acaba funcionando para o movimento como uma ampla arena de debate, onde lhe é dada a oportunidade de confrontar o discurso oficial defendido pelo Estado do Ceará e pela mídia corporativa, o qual, muitas vezes, ecoa na voz de muitos dos interlocutores do movimento na internet, como é o caso do exemplo que analisarei no tópico seguinte.

Para A.S.⁸⁰, o movimento sempre primou por estratégias que permitissem uma aprendizagem mútua, educar educando, balizado pelo ideário freireano, num processo de pedagogia política que tenta quebrar com a prática tão arraigada em nossa sociedade de que os fins justificam os meios, operando muitas vezes ao largo da lei e passando por cima dos princípios republicanos que deveriam orientar nossa democracia. Ela enfoca bastante, mais até do que os demais integrantes do QDSP a importância da autocomunicação para o movimento,

⁸⁰ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

ao dizer que “chega de correr atrás da mídia corporativa” e que “quem tem que fazer (a comunicação) somos nós mesmos”.

Tal prática rendeu bons frutos ao QDSP. Além de ter subsidiado, como afirmado acima, denúncias contra o Acuario, conseguiu, por diversas vezes, pautar a mídia corporativa local e fazer o tema repercutir nacionalmente.

Devido ao intenso trabalho de investigação, o QDSP conseguiu coletar um sem-número de informações sobre o Acuario, as quais foram usadas para fundamentar investigações posteriormente levadas a cabo pelos órgãos de fiscalização do Estado. Em uma dessas vezes, juntamente com o Ministério Público Federal e com o Iphan, o QDSP conseguiu paralisar a obra por quase 90 dias, ao descobrir que o governo do Ceará havia descumprido a determinação legal que o obrigava a produzir um estudo arqueológico do terreno antes de iniciar as construções. Muitas dessas informações, de início, foram veiculadas pelo QDSP em seu *blog*. Ali, há vários dados sobre as ilegalidades com as quais o movimento foi-se deparando. Pudemos observar, também, que há no QDSP uma grande preocupação não só de colher tais dados e aprofundá-los, como, também, de sempre fornecer a fonte de onde eles foram retirados.

Segundo R.V.⁸¹, como o grupo lidava com um volume grande de informações, era natural que houvesse uma preocupação em diversificar os canais de comunicação, fazendo com que os dados obtidos nas investigações não ficassem restritos aos membros, sendo evidenciadas a uma audiência maior. Para B.L.⁸², outra integrante, a facilidade atual de veicular informações em mídias baratas e acessíveis trouxe um empoderamento para organizações e sujeitos, que passam a se ver não apenas como o sujeito da informação, mas como produtor. Ela cita o caso, já mencionado por nós no primeiro capítulo, de um membro do QDSP que teve a iniciativa de tirar uma foto do canteiro de obras do Acuario, bem no início de sua construção, atitude que engatilhou toda a movimentação que veio depois. Ela reconhece que, embora esse tipo de informação veiculada pelas redes sociais não tenha o mesmo alcance que os grandes veículos de comunicação tem na internet, ainda assim é conteúdo jornalístico, que serve para mobilizar e informar sobre questões que a mídia empresarial escolhe não pautar.

Essa diversidade de canais e formas de veiculação da informação, portanto, dialoga, profundamente, com a ânsia dos membros do Quem dera ser um peixe de produzir e

⁸¹ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

⁸² Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

de veicular informação, fazendo com que ela chegasse a um maior número de pessoas possível, sem mediação da grande mídia e dos espaços convencionais de comunicação.

Depois dessa descrição da prática comunicativa do QDSP, passaremos a analisar mais detidamente três interações, no *Facebook*, entre o movimento e interlocutores que apresentam posições divergentes. Com isso, pretendo adicionar à camada descritiva, outra analítica, na tentativa de melhor compreender os usos da comunicação pelo QDSP. Para tanto, baseado na Teoria da Mobilização Política, no conceito goffmaniano de *frame* e na proposta teórico-metodológica oferecida por Prudencio e Silva Jr. (2014) para a observação e análise de micromobilizações na internet, tentaremos compreender como se dá a comunicação política da visão do movimento sobre algumas das questões que ele elege como pauta, ponto essencial para entender sua prática comunicativa.

3.2 *Fan page* “Quem dera ser um peixe” e perfil “Peixuxa”: uma análise de mobilização de quadros

A construção do oceanário é um ponto polêmico na cidade. Alguns veem tal empreendimento com bons olhos, partindo do argumento de que incrementará o turismo de Fortaleza, gerando riquezas. Outros, entre eles o QDSP, são contra a construção de tal equipamento pela magnitude dos gastos, pela ausência de argumentos técnicos que justifiquem a obra, pelo desrespeito do governo do Estado aos trâmites legais para o andamento da construção, pela falta de discussão do empreendimento com a sociedade e assim por diante.

Para analisar os resultados da aplicação do método de alinhamento de mobilização de quadros, cuja metodologia expomos na introdução desta dissertação, escolhemos três *posts* do perfil “Peixuxa”: um do dia 24 de abril de 2012, outro do dia 19 de abril de 2012, e, finalmente, um do dia 26 de abril de 2012. Eles contêm debates, com pontos de vista divergentes, entre o Quem dera ser um peixe e um ator externo a ele. A ideia é, baseado no conceito de alinhamento de quadros, observar de que forma, por meio desse exemplo de micromobilização, o movimento comunica suas ideias e pontos de vista àqueles que demonstram uma posição contrária a sua, bem como analisar suas estratégias de mobilização.

A ferramenta usada pelo QDSP para encetar o primeiro debate analisado foi um infográfico questionando o real valor da obra. Os números oficiais davam conta de um gasto total de aproximadamente R\$ 250 milhões, enquanto pelos cálculos dos integrantes do movimento, a conta poderia atingir o valor de R\$ 400 ou R\$ 500 milhões.

Eis o infográfico em questão:

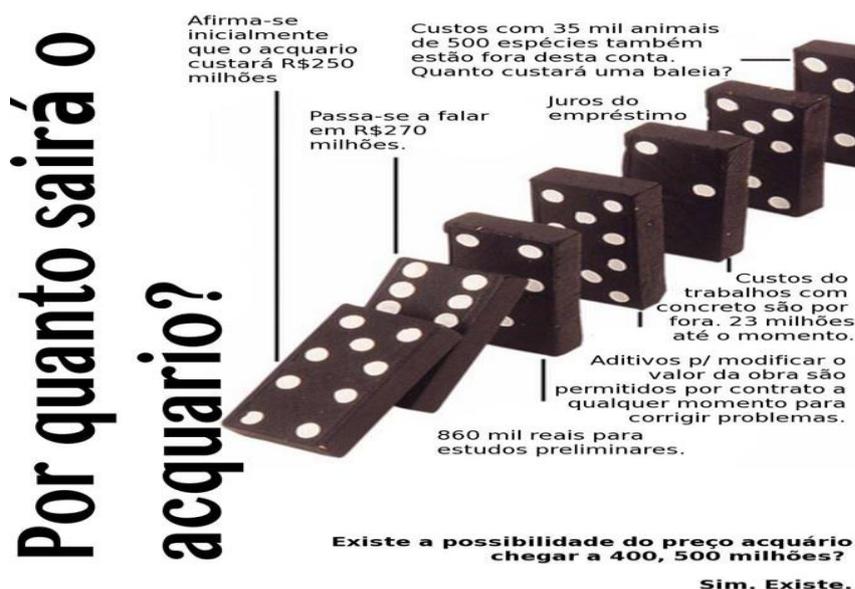


Figura 15: Infográfico criticando os gastos com a obra. Fonte: perfil “Peixuxa Acuario”. Acesso: 30 de junho de 2015.

Logo em seguida iniciou-se um intenso diálogo entre diversos debatedores. Para efeito de análise, escolhi, de um lado, o debatedor D1, que se mostra favorável à construção do aquário sob o argumento de que ele poderá trazer diversos benefícios à cidade; e, de outro, dois debatedores representando a opinião do movimento, os quais sintetizarei por QDSP, já que suas posições são convergentes, fazendo parte de uma mesma moldura de sentido. Vejamos inicialmente a opinião de D1:

Caros, acho que a pergunta não deveria ser quanto se vai gastar com o aquário, mas quanto se pode ganhar com a construção dessa obra. Não apenas no sentido financeiro, mas educacional e cultural também. Qual o problema de se gastar 500 milhões se o lucro for 1 bilhão? O oceanário de Lisboa é um excelente exemplo. Sugiro que vocês se informem do que era o Parque das Nações antes e no que se tornou depois da Expo 98 e o papel do Oceanário Vasco da Gama nessa transformação. Triste é vivermos em uma cidade litorânea em que o único proveito que se tira do mar é comer peixe e camarão na beira da praia (*sic*).

Nesse trecho, D1 está se referindo a uma discussão anterior travada entre QDSP e um debatedor favorável à obra. Aqui, D1 defende o discurso oficial adotado pelo governo do Estado, ao se referir aos ganhos financeiros que o empreendimento pode trazer à cidade.

Através de um processo de alinhamento de quadros, D1 procura mobilizar QDSP por meio do quadro “lucros”. Na fala de D1, podemos identificar as três operações trazidas por Snow & Benford (2000).

Como enquadramento de diagnóstico, destaco o seguinte trecho da fala de D1:

Caros, acho que a pergunta não deveria ser quanto se vai gastar com o acquário, mas quanto se pode ganhar com a construção dessa obra. Não apenas no sentido financeiro, mas educacional e cultural também (*sic*).

D1 reforça que a questão não é tanto os gastos feitos com o aquário, mas, sim, o quanto ele pode trazer de ganhos em vários sentidos. No que toca ao quadro de prognóstico, ressaltamos o seguinte excerto:

Qual o problema de se gastar 500 mi se o lucro for 1bi? O oceanário de Lisboa é um excelente exemplo. Sugiro que vocês se informem do que era o Parque das Nações antes e no que se tornou depois da Expo 98 e o papel do Oceanário Vasco da Gama nessa transformação (*sic*).

Ao mostrar um exemplo, na sua opinião, bem sucedido, D1 reforça a posição quanto ao custo do aquário. Para ele, a solução é, então, garantir que o Acquário Ceará se espelhe em outros modelos de oceanários em operação, a fim de assegurar a sustentabilidade da empreitada. Por último, quanto ao quadro motivacional, destaco:

Triste é vivermos em uma cidade litorânea em que o único proveito que se tira do mar é comer peixe e camarão na beira da praia. (*sic*).

Por meio dele, D1 tenta motivar o aproveitamento turístico do litoral da cidade.

Em resposta aos argumentos de D1, QDSP afirma:

Não, D1. O dinheiro é público não pode ser administado como saco sem fundo. Precisa ter seriedade no uso. (*sic*)

E continua mais à frente:

Acontece, D1, que não tem um só estudo de viabilidade econômica. Todos os numero citados atpe hoje, foi pirotecniã numérica. Quem diz isso não somos apenas nós. Todos os ministérios tem feito esse questionamento desde 2009 e nunca foi respondido. Quem diz que a obra nao tem plano de negocios é o proprio secretario. Fácil fazer investimento arrojado, quando a verba é pública. Pq será que nenhuma empresa privada topou fazer essa obra? Bota pros lascados cearenses, que tem um bocado de gente que vai cair nessa. (*sic*)

Em outro comentário, QDSP diz:

Vamos dizer que não existisse nenhuma empresa no mundo capaz de fazer acquario. O governo poderia mostrar sua lisura comprovando isso, contratando uma auditoria independente, oferecendo toda a documentação que o Ministério Público e a sociedade solicitassem. Isso não está ocorrendo. Ao contrário, colocaram no contrato uma clausula de confidencialidade. Confidencialidade no uso do dinheiro público... Aham... (*sic*)

Ainda em resposta ao comentário de D1:

essa clausula de confidenciabilidade é absolutamente ilegal. Bate de frente com a legislação brasileira. Mais uma das inumeras irregularidades... (*sic*)

QDSP questiona, em resumo, o gasto público tanto pela falta de estudos técnicos que demonstrem a viabilidade econômica do projeto quanto pela ausência de transparência com os gastos já efetuados e a se efetuarem. Para demonstrar o processo de alinhamento de quadros de QDSP, utilizo as três operações de quadros postas em prática anteriormente. No que concerne ao enquadramento de diagnóstico de D1, destacamos:

Não, D1. O dinheiro é público não pode ser administrado como saco sem fundo. Precisa ter seriedade no uso (*sic*).

Para QDSP, uns dos graves problemas na construção do oceanário é a má gestão do dinheiro público. Por isso, no enquadramento de prognóstico⁸³, QDSP avalia que o empreendimento tem grandes chances de trazer prejuízos aos cofres públicos. Como enquadramento motivacional, ressalto o próprio conteúdo do infográfico, o qual oferece dados plausíveis para questionar os números oficiais fornecidos pelo governo e, assim, motivar o engajamento de novos participantes no movimento contra a construção do Acquário Ceará.

QDSP procurar mobilizar D1 por meio do quadro “responsabilidade com os gastos públicos”. O principal argumento que QDSP expõe contra o aquário na discussão é a ausência de dados técnicos que comprovem a viabilidade econômica do empreendimento. A ação de QDSP (postagem de um infográfico questionando os gastos com o oceanário) foi motivada não por uma oportunidade, mas por uma restrição política, já que não houve, por parte do governo estadual, qualquer abertura para o diálogo com a sociedade civil.

No caso em análise temos, portanto, uma clara oposição entre dois enquadramentos – de um lado, “lucro”, e de outro, “responsabilidade com os gastos públicos”. Como já afirmado anteriormente, para D1 não importa tanto a maneira como o dinheiro está sendo utilizado, mas os lucros que podem advir disso. Em posição diametralmente oposta, QDSP defende transparência e uma boa gestão dos gastos públicos. Durante toda a argumentação, os dois debatedores fornecem dados e argumentos que põem em xeque as posições adotadas por cada um respectivamente.

A argumentação continua com a resposta de D1 ao questionamento de QDSP sobre a ausência de um plano de viabilidade econômica:

Caros, qualquer estudo de viabilidade econômica é baseado em projeções, que podem ou não se confirmar. Se houvesse como ter 100% de certeza de quão lucrativo um pve será, todo consultor colocaria um negócio para si, em vez de

⁸³ Estamos nos referindo ao trecho: “Acontece, D1, que não tem um só estudo de viabilidade econômica. Todos os numero citados atpe hoje, foi pirotecnia numérica. Quem diz isso não somos apenas nós. Todos os ministérios tem feito esse questionamento desde 2009 e nunca foi respondido. Quem diz que a obra nao tem plano de negocios é o proprio secretario. Fácil fazer investimento arrojado, quando a verba é pública. Pq será que nenhuma empresa privada topou fazer essa obra? Bota pros lascados cearenses, que tem um bocado de gente que vai cair nessa” (*sic*).

elaborá-los. Além disso, não estamos falando do primeiro oceanário a ser construído no mudo, mas de um empreendimento que se espelha em outras experiências bem-sucedidas (com investimento público). Ps: se alguém pensar em argumentar que este dinheiro poderia ir para a Saúde e para a Educação, por favor, leia a Constituição antes (*sic*).

Ao que QDSP, por sua vez, responde:

Ah! Você é contra planejamento...

E em seguida:

Esse apelo genérico à Constituição deveria ter precisão. Esses recursos não estavam rubricados e nem previstos no orçamento.

Por fim, QDSP afirma:

NÃO HÁ estudos, D1. Projeções aceitas são as que usam dados como base. Projeções sem base é adivinhação, cartomancia, quiromancia e ciências ocultas. Com o dinheiro dos outros é fácil. (*sic*)

D1 então contra-argumenta:

Sem distorções. Claro que sou a favor de fazer as coisas de forma planejada. De todo modo, eu gostaria de ver, por exemplo, o PVE da Torre Eiffel, o monumento mais inútil e, ao mesmo tempo, visitado do mundo (repito: do mundo). Ou da Basílica de São Pedro; da Praça de São Marcos, em Veneza; ou do Portão de Brandemburgo, em Berlim. Se você for a qualquer um desses lugares, em qualquer época do ano, vai ter um sem-número de turistas de todas as línguas não só tirando fotos, mas também gerando renda e emprego. Um visitante qualificado, e não os subempregados que se valem do câmbio favorável para vir se aproveitar de mulheres, crianças e adolescentes, como acontece na nossa cidade (*sic*).

Os argumentos expostos aqui vão na mesma linha do que havia destacado anteriormente. Enquanto D1 privilegia as possibilidades de geração de emprego e de renda que o aquário pode trazer, citando como exemplos agora a Torre Eiffel e o Portão de Brandemburgo, QDSP insiste em tocar no ponto da falta de planejamento e de estudos técnicos.

O argumento que QDSP utilizou, a seguir, merece destaque por ter provocado em D1 uma aproximação do enquadramento defendido pelo movimento, demonstrando que a estratégia argumentativa de QDSP estava começando a surtir efeito. Vejamos:

D1, o que vc tem a dizer sobre o prejuízo de bilhões que a Eurodisney sofreu? Como está a saúde financeira do Sea World? (*sic*)

O que provocou a seguinte resposta de D1:

Menos mal você não se opor à construção do aquário, e, sim, à falta de planejamento. Já é um avanço, parabéns.

Se antes D1 não considerava a falta de planejamento um problema, desde que, no final das contas, o negócio se mostrasse lucrativo, depois da argumentação de QDSP, ele passa a admitir que a falta de planejamento é um ponto relevante, ao parabenizar o fato de o movimento não se opor ao oceanário em si, mas ao modo como sua construção está sendo conduzida.

QDSP então critica a falta de conhecimento de D1 sobre o movimento:

Você está mal informado: o movimento tem diferentes posições. Existe pessoas que são favor de aquários (*sic*).

E prossegue:

Mas todos são contra a ausência de licitação, ao Eia-Rima fajuto, ao tamanho do gasto.

A próxima fala de QDSP coloca ainda mais em questão o enquadramento de D1, quando se detém, de maneira mais acurada, a citar exemplos que, similares ao Aquário Ceará, acabaram por gerar um enorme prejuízo.

D1, o que dizer dos dados do oceanário de Lisboa que em TRES anos lucrou apenas 3,8 milhões de euros. Acumulado de TRES ANOS, frise-se (que convertido em real dá menos de 10 milhões de reais)? Isso não cobre nem metade dos custos anuais descrito em torno de 20 milhões. O que dizer quando o oceanário de Lisboa tenha recebido MENOS de 1 milhão de pessoas em 2011? É mal negócio para tamanho custo, meu caro. Sabe pq o governo não faz esse cálculo? Pq não quer assumir publicamente que é um péssimo negócio (*sic*).

E continua:

e é pertinente sim, falar de falta de prioridade. Esse empréstimo vai comprometer o poder de endividamento do estado, o que limitará recursos para todas as áreas. EMPRÉSTIMO vai ser pago, um dia. E a fonte é a mesma: cofres públicos (*sic*).

Confrontado com números concretos sobre a incapacidade de o oceanário de Lisboa conseguir pagar ao menos seus custos operacionais – lembremos que este havia sido citado anteriormente por D1 como um exemplo de sucesso –, D1 não contesta os dados apresentados pelo QDSP, os quais desafiam frontalmente sua posição inicial. Em vez disso, em uma revisão explícita do quadro assumido por ele, D1 parece agora concordar com o QDSP que o aquário lisboeta efetivamente não tem gerado lucros, embora repete esse fato à crise europeia e não ao empreendimento em si.

Amigos, não é somente o Oceanário que está em crise, mas toda a Europa. Se estivesse dando lucro, seria uma confirmação da pouca inteligência portuguesa: preferir ver peixe a se alimentar (*sic*).

Logo em seguida, ele encerra o diálogo:

Vou ficando por aqui, foi um prazer conversar com vocês. Abraço, (*sic*)

O QDSP ainda critica mais uma vez o modelo de negócios desses grandes aquários,

É... eles estão tendo que pagar dívidas absurdas que fizeram... E a gente querendo imitar o que eles fizeram.... E dizendo que isso é modelo de sucesso...

E encerra, agradecendo a participação de D1 e mostrando-se aberto ao diálogo:

Abraço, D1. Seus questionamentos foram pertinentes. Dialoguemos.

O próximo debate a ser analisado foi iniciado com a publicação da foto de um *skate park*, acompanhada da seguinte provocação: “O que será no lugar do acuario? Os skatistas querem que uma parte seja para um parque muito especial...” (*sic*).



Figura 16: Fotografia sugerindo intervenções alternativas ao Acuario Ceará. Fonte: perfil “Peixuxa Acuario”. Acesso: 2 de julho de 2015.

A partir daí começou-se a debater os detalhes da obra e as denúncias feitas pelo Quem dera ser um peixe. Essa análise de mobilização de quadros apresenta uma peculiaridade em relação à primeira: só podermos ter acesso às opiniões do interlocutor favorável ao empreendimento por meio das respostas dos membros do QDSP, já que o primeiro acabou apagando seus comentários para a surpresa dos debatedores engajados na discussão. Não temos elementos suficientes para dizer por que o debatedor favorável ao Acquaio Ceará, o qual chamaremos de D2, decidiu apagar seus comentários. Tudo que temos são as impressões

dos outros participantes da discussão que, ao perceberem que D2 tinha apagado seus comentários, começaram a especular sobre os motivos da atitude. Mais uma vez, identificaremos os integrantes do Quem dera ser um peixe pela sigla QDSP.

Sobre alguma opinião anterior de D2, QDSP comenta:

D2, já que você é da Secretaria de Turismo e trabalha com o Secretário Bismark, poderia nos explicar porque o projeto do Acquário foi feito sem concurso público? Por que esse projeto do Acquário foi direcionando para uma área completamente destoante do projeto arquitetônico proposto, e que não possibilita nem fluxo de tráfego (já é um caos!) e nem estacionamento? (*sic*).

QDSP utiliza aqui o enquadramento “falta de planejamento” para rebater o comentário de D2. Ao perceberem que D2 é um integrante do governo, o QDSP sobe o tom dos comentários, carregados de acidez e ironias.

D2, vamos pensar em boas alternativas porque o acquário de grana fácil não vai acontecer (*sic*).

Vamos pensar em alternativas onde os profissionais sejam qualificados profissionalmente na área. Basta de cabides de amigos e amigas dos poderosos, né? (*sic*)

Afinal, Fortaleza é bem maior que o Aracati... (*sic*)

Os três comentários acima denotam uma crítica mais generalizada, pelo enquadramento “má gestão administrativa”. E QDSP continua:

Penso que existem milhares de formas de se estimular/investir no imaginário coletivo. Sobretudo formas que não continuem favorecendo o alto índice de concentração de renda em Fortaleza (sabia que é um dos maiores do mundo?). O discurso do Turismo a qualquer custo, justificado pela geração de emprego e renda já se revelou em muitas partes do mundo (e aqui, inclusive) como extremamente predatório. Uma cidade, não se pensa somente através grandes obras. E o modus operandi de um governo (a forma como ele opera seu funcionamento, estabelece suas prioridades e executa suas ações), diz muito dos princípios éticos que mobilizam seus gestores. Toda truculência tem seu preço. E quase sempre quem paga, é o lado mais fraco. Mas isso é facilmente maquiado com maquetes high tec e propagandas de televisão. O que fica dessas propagandas, no final das gestões, são as rachaduras e o abandono dos bens públicos, como podemos constatar nos equipamentos culturais da cidade, por exemplo. Não ter um aquário de primeiro mundo, não nos faria muita falta, se tivéssemos melhor infraestrutura. Os turistas chegariam aos montes, se a cidade fosse mais atraente para se viver, menos desigual. Estou falando como cidadã, também (*sic*).

As críticas do grupo agora se direcionam ao modelo de turismo defendido pelo governo do Estado, o qual o grupo classifica como predatório, utilizando o enquadramento “turismo não pode se dar a qualquer custo”. Há também a crítica aberta à truculência com que a obra foi sendo imposta à população de Fortaleza. Enquadramento que identificamos como “ausência de diálogo com a população”.

No comentário seguinte, o enquadramento “falta de planejamento” volta a se manifestar:

Como não há base técnica que justifique a obra do Acquario (nao há plano de viabilidade econômica, plano de gestão, plano de sustentabilidade financeira) o governo induz o debate para o achismo. O acquario virou uma questão de fé. O secretário abre a boca para dizer que em 3 anos teremos 8 milhões de turistas em Fortaleza. Decerto a mãe Bismack foi numa mesa branca e saiu com essa previsão. Nenhum aquario do mundo conseguiu esse milagre da multiplicação de peixes. Sinceramente esse achismo com dinheiro público, já passou dos limites. Não é à toa que vem sendo questionado pelo TCE desde 2009. Irresponsabilidade do governo iludir as pessoas com falsas promessas. O comentário da da 'cidadã' e funcionária da Setur nos leva a crer que ela também caiu nessa. É muita fé, Ceará (*sic*).

Aqui, QDSP faz referência expressa ao comentário de D2, rebatendo o enquadramento “lucro” defendido por ele, ao dizer que o governo do Estado não tem qualquer elemento para garantir a sustentabilidade do Acquario Ceará. Ao longo de nossa pesquisa, nas plataformas de interação do Quem dera ser um peixe, constatamos a presença constante, por parte dos defensores do empreendimento, do argumento de que ele se justificaria por sua suposta capacidade de gerar lucros, fato nunca comprovado pela administração pública.

Mais à frente, QDSP continua:

Também acho que tá tudo invertido. Começar do começo seria dar a mínima chance da população ter uma vida digna, com educação, saúde, saneamento etc, criam-se empregos também, cria-se tecnologias próprias. Discordo que a única vocação dos Ceará seja o turismo. Temos um interior a ser todo desenvolvido, gente querendo estudar, produzir. Esse modelo de turismo é concentrador, só quem consegue ganhar dinheiro mesmo são pessoas que já tem capital. Basta ver o piso da construção civil, os trabalhadores não estão em greve? Mesmo com a demanda alta por esse tipo de serviço não se teve reajuste salarial. Ou seja, quem ganha mais com esses investimentos são empreiteiras, donos de grandes hotéis e operadoras grandes (as pequenas sofrem com o pouco investimento). Se esse modelo de começar pelo fim (que antes era chamado de "fazer o bolo crescer e depois distribuir") desse certo, a miséria no Ceará não teria aumentado nesses últimos anos. Questionamos o planejamento urbano - começar do começo seria consultar a comunidade, entender a dinâmica do local e o que casaria bem ali. Para manter bem o turismo e aumentá-lo, porque não preservar o meio ambiente - primeiro fator de escolha do turista por Fortaleza. Aqui temos peixes em extinção (estamos comendo peixe do Maranhão), temos praias sem balneabilidade, temos comunidades expulsas para dar lugar a grandes investimentos de grandes capitais, enchendo as favelas. Esse é o modelo que questionamos e não queremos pra PI (*sic*).

Mais uma vez, na fala de QDSP, podemos perceber que ele tenta rebater, por meio de uma argumentação fundamentada, as posições de D2, que aposta no discurso da vocação do Ceará para o turismo e no desenvolvimento econômico que essa atividade poderia trazer. O enquadramento que identificamos na fala de D2, portanto, foi: “turismo como vocação econômica do Ceará”, ao que QDSP contrapõe com os enquadramentos “turismo não pode se dar a qualquer custo”, “modelo de turismo atual é concentrador de renda”, “falta de diálogo com a população”, “ausência de prioridade nos gastos públicos”, e, por fim, “falta de planejamento”.

Por D2 integrar, à época, a Secretaria de Turismo do Estado, os pontos colocados destacam sempre o incremento ao turismo e à economia de Fortaleza como benefícios que, em tese, justificariam o empreendimento. Eles seguem a mesma linha da fala das autoridades governamentais à imprensa sobre o Acquario Ceará.

Depois de um comentário reforçando a construção do *skate park* como uma alternativa mais barata e melhor ao Acquario⁸⁴, QDSP volta a utilizar o enquadramento “modelo de turismo atual é concentrador de renda”:

Resumindo: investe uma grana num local, expulsa a comunidade de lá, essa comunidade vai parar nas favelas, deixa as favelas sem atendimento de saúde, educação, etc, e gera empregos que pagam mal com esses empreendimentos. Roda, roda, e com os nossos recursos, quem ganha são eles (*sic*).

O comentário que segue é importante para demonstrar a posição do Quem dera ser um peixe de se colocar sempre aberto ao diálogo franco sobre todas as questões que dizem respeito ao empreendimento:

Achei legal sua participação, D2. Estamos aqui pra abrir o debate mesmo.

Tem coisas que tem a ver com a concepção de mundo da gente. Isso é difícil de mudar pra um lado ou pra outro. O importante é todos serem ouvidos e a gente parar pra pensar.

Nos comentários seguintes, por termos identificado divergência entre os membros do QDSP quanto à interpretação da fala de D2, optamos por identificá-los com as iniciais de seus próprios nomes.

Mais uma coisa, que acho importante questionar nesse tipo de justificativa, D2: essa ideia de “um emprego de qualidade vai pedir gente de qualidade”. Cuidado, isso pode soar como preconceito. Quer dizer que “gente de qualidade” é só aquele “qualificado para o mundo do trabalho”? Ao pensarmos em GENTE, em POVO, precisamos considerar sempre que TEMOS e SOMOS gente d qualidade. Falas oficiais que ficam desqualificando as minorias sociais (como fez o arquiteto Leonardo Fontenele em debate público, referindo-se às prostitutas), revela um pensamento fascista por trás de seu discurso. Como se todas as protitutas fossem pobres, e ser pobre fosse o problema, entende? Quando na verdade todos sabemos que o maior índice de prostituição no Estado, hoje, é com a prostituição de luxo, voltada para os gringos, incentivada inclusive por esse discurso de turismo predatório. Porque que ao invés de construir mais aeroportos o Governo não se empenha em vetar a entrada desses vôos fretados de turistas sexuais? Porque não se combate ESSE tipo de prostituição? Dessa forma, é fácil sempre colocar a culpa nas prostitutas e nos marginais, e sair sempre arrumando obras faraônicas com o discurso de “inserir o Ceará na rota dos países do primeiro mundo”. Os patinetes caros que o governador adquiriu para a polícia, por exemplo, estão aonde? Diminuíram o índice de violência? E os carrões do ronda, evitaram a corrupção interna na polícia? Atenção: a Europa está em crise, eles virão para cá de qualquer jeito! (*sic*)

⁸⁴ Pista de skate é uma opção muito forte: muito menos custos e muito mais alegria (*sic*).

Aqui A.B. critica a fala de D2 sobre geração de emprego, fala que se inscreve também no discurso governamental, a qual, segundo ela, desqualificaria o povo cearense e as minorias sociais. R.N., por seu lado, prefere destacar a disponibilidade de D2 de debater o Acquário Ceará com o Quem dera ser um peixe.

Gente, acho que má índole tem quem vai ter alguma vantagem financeira com um processo que está tão nebuloso, não quem está discutindo aqui abertamente. D2 tá dizendo que parece que o processo começou pelo fim e eu afirmo, ele está todo invertido (sic).

A seguir A.B. percebe que D2 apagou seus comentários: “Pena que ela apagou os comentários...”. R.N. destaca a postura do QDSP de apostar no debate, na transparência pública e em outro modelo de desenvolvimento para o Estado.

Tudo bem, ela não negou isso. Não somos inimigos de ninguém, somos a favor da transparência pública, de outro modelo de desenvolvimento e de algum pensamento urbanístico, já que eles não tem nenhum (sic).

Depois do que parece ser uma troca de ofensas pessoais entre A.S. e D2, E.H. comenta:

sem trollagem, hein. Se nem os jornalistas estão podendo expor informações, imaginem uma menina que trabalha na SETUR, que papo mais torto esse de qualificação? geração de emprego? Tenho amigos que já trabalharam no beach park, trabalhavam pra caralho, trabalho precarizado e baixa remuneração, e tem gente que elogia porque garante geração de emprego e imposto (e os incentivos fiscais dados por baixo dos panos???)...vai ter concurso publico ou será mais uma empresa tercerizada através de um outro rolo do governo que vai receber rios de dinheiro do governo e pagar miséria a bolsistas, estagiários e tercerizados na administração do acquário" ??? Daqui a 3 ou 4 anos quando toda a tecnologia 3D e 4D prometida estiverem superadas, vai ser gasto quantos milhões para mudar para tecnologia 69D? Lembrando que os equipamentos segundo “contrato-rolo” devem ser adquiridos com exclusividade nos EUA, material e técnicos, cadê a geração de empregos? E por fim, que turismo é esse que com grandes empreendimentos expulsa pescadores, comunidades originárias de suas terras, privatizam praias...turismo predatório pode ser bom pros empresários, mas pro meio ambiente e às populações locais não! O tal do “Acquário” na PI se fosse obra privada já seria sem noção, imaginem com dinheiro publico.... #acquariocidnãó!!! (sic).

O enquadramento escolhido para criticar o empreendimento, além de “turismo não pode se dar a qualquer custo”, é “precarização do trabalho”. A.S. reforça a posição de E.H. ao afirmar:

visão colonialista que reforça o subemprego. Chega de subemprego. Me doi ouvir do secretário que o Ceará só tem vocação para o turismo. Isso é de uma mediocridade, de uma miopia política impressionante. Fico me perguntando como pode um gestor ter essa mentalidade? principalmente pq o turismo dialoga com várias outras atividades econômicas que o secretário parece desconhecer (sic).

A essa altura do debate outras pessoas começam a se dar conta de que D2 tinha apagado os comentários. Logo em seguida, começam as críticas e as especulações sobre o fato. E.H. afirma: “não sabe brincar (não tem argumentos?), não desce para o

play....rsrsrs...olha não é querendo desqualificar ninguém, mas se a pessoa vem com argumentos ingênuos e não segura a onda, paciência!!!” (*sic*). M.C. por sua vez diz: “D2 postou isso no mural dela: ‘Descobri agora que não posso mais ter opinião própria!’” (*sic*). V.P. reconhece o valor da postura de, mesmo fazendo parte do governo, D2 ter vindo tentar debater com um grupo que se colocava contra a obra: “cara, eu dou valor a uma pessoa que tem coragem de vir aqui, no terreno dos opositores, colocar o o que pensa. Se a gente conseguiu se contrapor com educação, pq diabos a pessoa se arrependeu de ter debatido? A não ser que tenha vergonha da própria opinião...” (*sic*).

De fato, não temos elementos concretos para afirmar os motivos de D2 ter apagado os próprios comentários – se pelo tom sarcástico das respostas às suas opiniões ou se porque estas não se sustentavam diante da quantidade e da qualidade dos argumentos trazidos pelos participantes do QDSP. O que podemos afirmar, da análise dos debates encetados pelas duas postagens analisadas, é que o número de enquadramentos utilizados pelo QDSP é consideravelmente maior do que o dos adversários, no que tange à natureza da obra e seus reais impactos para a cidade.

Diferentemente do primeiro caso, em que houve um alinhamento de quadros entre a posição defendida pelo QDSP e o debatedor D1, no caso analisado acima, o debatedor não se sentiu à vontade de continuar discutindo, porque, de acordo com o que relevou M.C., D2 se sentiu impedido de sustentar seu posicionamento pelo comportamento dos outros debatedores.

Apesar de essa análise ter ficado prejudicada pela ausência dos comentários de D2, compreendemos que ela é importante não só para demonstrar a complexidade dos enquadramentos de QDSP, como também para evidenciar que a capacidade de o Quem dera ser um peixe interpretar o empreendimento dentro de um cenário mais amplo e sob a ótica do interesse público colocava os defensores do Acquario Ceará em “maus lençóis”, a ponto de fazer com que D2 sentisse a necessidade de apagar os próprios comentários.

A última discussão a ser analisada se deu a partir da postagem da foto de uma proposta de decreto legislativo por meio da qual se propunha a realização de um plebiscito sobre o Acquario Ceará. Esse debate tem a peculiaridade de ter ocorrido entre o Quem dera ser um peixe e um debatedor que também se mostrava desfavorável ao empreendimento, tendo como linha condutora a divergência sobre a pertinência da utilização do plebiscito como forma de oposição ao oceanário.

Sobre o plebiscito D3 afirma:

às vezes eu temo um plebiscito.. o povo é meio noiado.. pode até votar para que se construa (*sic*).

Ao que, o QDSP responde:

Não podemos temer. O plebiscito é uma ótima maneira de colocar esse tema na pauta. A sociedade não pode ficar para sempre à margem das decisões de nossa cidade (*sic*).

QDSP então insiste:

Mas a democracia consiste nisso, a escolha da maioria. Se a cidade decidir que esse é o melhor caminho, paciência. Pelo menos tentamos. O que não podemos é nos furtar de fazer desse instrumento um bom momento para pautar os rumos de nossa cidade, pelo medo da população definir que quer a obra (*sic*).

A esse posicionamento de QDSP, D3 reage com ironia:

Então que venha o plebiscito e com ele o Aquário. E assim caminha a humanidade (*sic*).

A seguir, D3 continua:

Se pensarmos assim, não deveríamos nem questionar a construção do Aquário, pois foi o povo Cearense que deu, através do voto democrático, o aval para o CID decidir como administrar o Ceará. Então se ele decidiu construir o Aquário, podemos nos calar com o argumento de que o fez isso por que o povo cearense o apoiou, já que esse aquário ele já falava na época da reeleição, se ele falava na época da eleição e ganhou, podemos entender então que o aquário tem o apoio da população (*sic*).

À ponderação de D3, QDSP responde com o argumento abaixo:

tb tenho medo, D3... mas é só olhar os comentários nas reportagens (como a que saiu no DN ontem, ponho já o link), por exemplo, como a grande maioria que escreve é contra. E o plebiscito vai servir para, no mínimo, fazermos com que o governo fale disso detalhadamente, nos dê informações mais consistentes, que mude alguma coisa no projeto, no processo de contratação, que inclua alguma preocupação com o poço da draga, etc... Sem que nosso oponente (o governo) mostre isso tudo, é difícil que ele ganhe tantos votos... Vamos experimentar esse instrumentos, estou muito a fim de ver acontecer (*sic*).

O argumento de QDSP avaliando que o plebiscito será importante para a discussão dos detalhes da obra por meio do enquadramento “mais informações sobre o Aquário Ceará” faz com que D3 concorde parcialmente com o argumento de QDSP. A partir daí, ele revisa sua posição inicial de que o plebiscito, na verdade, traria consigo o risco de servir de chancela para o empreendimento governamental, argumento que pode ser traduzido no enquadramento “plebiscito chancelará o oceanário”.

Concordo que o plebiscito pode trazer o debate desse aquário a sociedade como, por exemplo, detalhes do projeto que hoje ninguém sabe, bem como seus maléficos, mas sabemos também que o impacto desse projeto não afeta todos os cearenses diretamente como afeta o pessoal do Póço da Draga e daquela região. É complicado.. uma vez o povo decidindo que prefere o Aquário, (o que não será impossível uma vez que o governo irá munir de propaganda positiva com todas as forças) Teremos que ficar calados sob a alegativa. " O povo quis assim" (*sic*).

QDSP concorda que o plebiscito pode trazer riscos caso fosse aprovado:

é verdade... mas... entramos na chuva, agora vamos nos molhar...

Mais à frente, reconhecendo, por sua vez, a força das ponderações de D3, QDSP afirma que o risco de o plebiscito ser aprovado é baixo e que a proposta de sua realização já cumpre um papel importante, a fim de trazer as discussões sobre o oceanário para o espaço público.

Nesse exemplo, podemos perceber que a postura que o QDSP adota é bastante aberta e ativa, no sentido de se engajar em um debate esclarecido sobre o tema, deixando-se, inclusive, influenciar pelas opiniões de seus interlocutores, quando elas apresentam consistência e conseguem resistir às críticas levantadas pelo grupo.

Por meio da análise de mobilização de quadros, portanto, pudemos observar como transcorre o processo de mobilização do QDSP em uma interação com atores que possuem opiniões divergentes das suas. A partir das discussões em seu perfil no Facebook, denominado “Peixuxa”, engatilhadas pelos produtos informacionais confeccionados pelo QDSP, iniciaram-se debates entre o grupo e interlocutores favoráveis à obra nos dois primeiros casos, e entre o grupo e um interlocutor que, apesar de também ser contra o Acquario, divergia do Quem dera ser um peixe na utilização de uma estratégia política de ação.

Nessas interações, ainda que em uma delas houvesse a limitação técnica de não podermos resgatar os comentários apagados posteriormente por D2, pode-se constatar a presença de quadros interpretativos divergentes. Se de um lado, identificamos a presença basicamente dos enquadramentos “lucros”, “geração de empregos”, “turismo como vocação econômica do Ceará”, por parte do QDSP identificamos uma pluralidade de quadros: “falta de planejamento”, “responsabilidade com os gastos públicos”, “falta de diálogo com a população”, “má gestão administrativa”, “turismo não pode se dar a qualquer custo”, “modelo de turismo atual é concentrador de renda”, “ausência na prioridade dos gastos públicos”.

Nos três casos, ao final da interação entre os interlocutores, podemos observar que, embora não tenha conseguido convencer inteiramente cada um deles, o QDSP foi bem sucedido em expor suas contradições, fazendo até mesmo com que, tanto na primeira como na terceira discussão, eles concordassem, de algum forma, com os argumentos postos na discussão. Na segunda análise, ao não conseguir rebater os pontos de vista do QDSP, aparentemente D2 preferiu abandonar o diálogo e, em seguida, apagar seus comentários, porque, segundo postou em seu perfil pessoal, tinha descoberto que “não podia mais ter opinião própria”.

Assim, embora seja necessário um maior aprofundamento, podemos levantar uma hipótese de como acontece o processo de alinhamento de quadros do movimento em relação a sujeitos que chegam até ele com opiniões divergentes. A abertura do QDSP ao debate, permitindo que diferentes sujeitos se sintam à vontade de interagir com o grupo nas redes sociais, debatendo ideias e trazendo novas informações, aliada ao embasamento técnico e legal sobre todos os aspectos que cercam a construção do Acquário Ceará propicia um grande poder mobilizador ao discurso, o que pode ser constatado na análise da interação no tópico anterior.

Por último, vale ressaltar que a construção de enquadramentos de ação coletiva é um processo comunicacional, na medida que a produção de tais enquadramentos tem uma dimensão marcadamente interativa, mediada por trocas simbólicas (PRUDENCIO & SILVA Jr., 2014). Assim, o processo de alinhamento de quadros não se trata tanto da imposição de um quadro sobre outro, mas de uma disputa política de significação (SNOW & BENFORD, 2000).

3.3 Entre a estratégia e a tática comunicacionais

Em alguns trabalhos que tivemos oportunidade de ler, seus autores, ao se referirem aos modos pelos quais um movimento social resiste, reivindica e luta por mudanças, usavam indiscriminadamente as categorias “tática” e “estratégia”, como se quisessem dizer uma só e mesma coisa. Desse modo, após delinear rapidamente esses dois conceitos e já tendo traçado um panorama da prática comunicativa do QDSP – tanto do ponto de vista descritivo quanto do ponto de vista analítico –, tentaremos estabelecer as particularidades de cada um e identificar de que modo tática e estratégica se conjugam na referida prática. Assim, a partir da diferenciação levada a cabo por Certeau, tentarei compreender onde se localiza a *práxis* comunicativa do Quem dera ser um peixe, partindo da hipótese de que ela se encontra na fronteira entre a estratégia e tática, ora se acercando mais de uma, ora da outra.

A importância da discussão transcende à mera categorização. Ela repercute, na verdade, nas diversas camadas que compõem o QDSP, desde a sua organização como espaço de ação coletiva, passando por sua incidência política na oposição contra o oceanário e, finalmente, pelo modo como a comunicação era pensada pelos participantes do Quem dera ser um peixe – qual o seu papel para o ativismo levado a cabo pelo grupo.

Do nosso ponto de vista, portanto, os conceitos de “tática” e “estratégia” podem ser tomados de empréstimo de Certeau (1994) para compreender os usos da internet como

práticas de resistência no âmbito do consumo dos bens culturais e dos diversos usos, muitas vezes imprevistos, que as pessoas fazem deles.

Nesse contexto, a estratégia pode ser concebida como possuidora de um lugar próprio, manifestando-se fisicamente por esses espaços de operação, a fim de expressar ou sancionar a ordem dominante. É entidade que se constitui como uma autoridade engajada no trabalho de sistematizar, guardando uma estrutura de elaboração pré-determinada e, além do mais, exigindo um dispêndio de tempo e de espaço que a tornaria pouco afeita a mudanças e readaptações. Nas palavras de Certeau,

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). (p. 99, 1994)

A tática, por outro lado, por não possuir um lugar próprio, age dentro do campo do inimigo, permitindo ações rápidas que visam responder necessidades dinâmicas. Opera na ordem do contingente, do fragmentário, sendo capaz de responder a uma necessidade de maneira ágil e flexível. Baseada no imprevisto, uma tática se infiltra, existe nas brechas, nas rachaduras do sistema, se reagrupa para responder às oportunidades que identifica. Ainda de acordo com Certeau,

(...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha. Não tem meio para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. (p. 100, 1994)

Para o autor, a tática não tem capacidade de se colocar em movimento por conta própria, muito menos dirigir-se à realização de um projeto global, atuando “golpe a golpe”, astuciosamente, à mercê das oportunidades que vão surgindo e sem conseguir jamais criá-las. Diferentemente da estratégia, a tática é míope, realizando-se na distância do embate corpo a corpo, sendo determinada por uma ausência de poder. Ela “se introduz, por surpresa, numa ordem” (CERTEAU, 1994).

No ensaio presente no livro “Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder”, Amadeu (2008) afirma que, no cenário onde os *mass media* prevalecem, o capital controla, a um só tempo, emissão e canais de transmissão. Contudo, pondo em destaque o modo como a internet foi estruturada, sofrendo influência da cultura

acadêmica e também do espírito de liberdade e colaboração dos anos 60, ele afirma que esse controle da infraestrutura de conexão não é capaz de ser reproduzido no controle do fluxo da informação, cujos caminhos constituídos por incontáveis redes e nós permitem infinitas combinações e possibilidades de contornar qualquer obstáculo que porventura tente bloquear seu trajeto. Nesse sentido, poderíamos afirmar que a internet, apesar das recentes tentativas de controle pelos Estados – a exemplo dos Estados Unidos e dos escândalos de espionagem de dados de usuários no mundo inteiro, incluindo alvos políticos – tem resistido a esses ataques, constituindo-se em um campo relativamente autônomo e livre, um território onde “qualquer pessoa, coletivo ou empresa podem criar novas soluções e conteúdos que possibilitem a obtenção das atenções e a elevação da audiência ultrapassando a obtida pelos grandes grupos” (SCHIECK, p. 139, 2011). Não à toa, no mesmo ensaio referido anteriormente, Amadeu afirma que o surgimento da blogosfera e das redes sociais fez com que o capitalismo precisasse disputar atenções como nunca antes na história.

Dessa forma, não seria exagerado dizer que a internet constitui-se num espaço em disputa, caracterizando-se como uma esfera pública interconectada que possibilita novas maneiras de participação e mobilização política da sociedade civil – a exemplo dos movimentos sociais que a vem utilizando como mídia privilegiada desde meados da década de 90, como o movimento zapatista em Chiapas. Além disso, o modelo de funcionamento horizontal, onde a comunicação se dá no mesmo nível, de indivíduo para indivíduo, possibilitando a cada usuário uma posição ativa na construção independente de significados, tem servido para o surgimento de uma nova cultura política e uma demanda crescente de participação social nas esferas do poder, cada vez mais isoladas e esvaziadas de sentido, a ponto de vários autores sublinharem que estamos vivendo em um período crise de representatividade.

Barbero (2008) destaca o papel da comunicação na construção coletiva de sentidos, pontuando também que em seu uso, cada vez mais, os instrumentos tecnológicos vão sendo preenchidos com uma densidade simbólica e cultural, fazendo com que, muitas vezes, nos sintamos mais unidos do que os discursos proferidos por políticos. Segundo ele, a internet nos obriga a refletir sobre a comunicação não mais em termos somente de recepção, mas de apropriação e empoderamento.

Se a estratégia, como diz Certeau, postula um lugar que pode ser circunscrito como algo próprio, de onde se podem “gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças” (p. 99, 1994), é certo dizer que para o QDSP tal lugar é a internet e suas redes de colaboração e comunidades virtuais. É dali que, no âmbito da comunicação, partem a maioria

das ações do movimento, servindo, além disso, de espaço de articulação e de mediação entre o QDSP e seus interlocutores, sejam eles a favor, sejam contra o empreendimento governamental. Pelo panorama da prática comunicativa do movimento já traçado, podemos observar que cada nova informação, cada nova notícia, fossem por meio de infográficos, de memes, do “Plantão Glub Glub”, servia como uma ação dentro de um projeto mais amplo, cuja intenção era a de se instituir como força relevante no campo de produção de sentido, em uma disputa contra o discurso governamental e a mídia corporativa. “Guerrilha da informação”, como ressalta A.S.. Para esse confronto, várias são as estratégias colocadas em prática, as quais incluem campanhas de comunicação, investigação aprofundada dos indícios de ilegalidade, a preocupação em se legitimar enquanto produtor de informação, a decodificação dos dados e documentos colhidos. Também faz parte da prática comunicativa do movimento a abertura ao diálogo que estabelece com os interlocutores.

Nas três análises de mobilização de quadros que trouxemos, foi possível observar a estratégia de mobilização do grupo no Facebook. Uma de suas principais armas, como foi destacado por A.S. em uma das reuniões em que estivemos presente, é a investigação, a pesquisa e a busca por informações. Isso fica claro pela maneira como o QDSP responde às provocações de D1, afastando-se dos lugares comuns e opiniões irrefletidas, fazendo uso de documentos, de estudos técnicos e de leis, para embasar sua posição frente ao Acquario Ceará, até o ponto de conseguir fazer com que, ao final do diálogo, D1 esteja alinhado a seu enquadramento. Na segunda interação, foi possível ter uma ideia da riqueza e da pluralidade de enquadramentos que o QDSP utilizava para criticar o Acquario Ceará, valendo-se de diversos pontos de vista. Isso fica ainda mais evidente levando-se em conta a pequena variedade de enquadramentos usados pelos defensores do empreendimento, que, de modo geral, tentam fundamentar suas opiniões com os argumentos de que a obra vai gerar empregos e lucro para a atividade do turismo. A terceira análise evidencia que, ao se colocar aberto ao debate, o QDSP também se abre para fazer ajustes em algumas de suas posições, quando confrontado com ponderações fortes. Ao ser alertado por D3 do risco da utilização do plebiscito, pelo governo do Estado, para cancelar a obra, QDSP reconhece que D3 tem razão, mas mantém seu ponto de vista, acreditando na importância de recorrer a essa ferramenta democrática para aprofundar o debate sobre o Acquario Ceará.

Tal modo de agir não está inserido dentro de um protocolo de ações, pois o Quem dera ser um peixe é bastante fluido e goza de uma boa margem para revisões e readequações, sendo melhor entendido como um pressuposto que orienta toda sua atividade: informar-se e informar.

Por adotar a internet como um território privilegiado no ativismo contra o Acuario Ceará e na cultura política da qual é fruto, valendo-se para tanto das inúmeras ferramentas comunicativas ali presentes de maneira pensada, sistemática, organizada e finalística, identificando “inimigos” e delineando arquiteturas de ação para a obtenção de resultados, o QDSP constitui-se, pelo menos no espaço livre da Rede, como um agente relevante frente aos atores institucionais contra os quais se opõe.

Mas definir a prática comunicativa do QDSP com base somente na categoria “estratégia” seria contar apenas parte da história. Além desse modo de atuar, o grupo também lança mão da tática em suas ações. No “A Invenção do Cotidiano” (1994), Certeau refere-se à tática como a “arte do fraco”, utilizando “vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário” (p. 101). A astúcia para se aproveitar dessas brechas, para colocar-se nos interstícios do poder institucional e ali fazer abrigo, capitalizando suas falhas, é uma dos traços mais marcantes do QDSP. Tivesse o oceanário sido construído de acordo com os trâmites legais, incluindo apresentações do projeto e discussões com a população de Fortaleza para melhor adequá-lo às demandas locais, mesmo que, do ponto de vista conjuntural, pudesse haver críticas a ele, seria muito difícil para o QDSP resistir, criando, por conta própria, oportunidades de incidência política em desfavor do Acuario. Em vez disso, o grupo se aproveitou das inúmeras inconsistências, técnicas e políticas, do projeto para, a um só tempo, causar constrangimento ao governo do Ceará, denunciá-lo junto aos órgãos de fiscalização e mobilizar a sociedade civil contra o empreendimento e todo o arcaísmo político que, segundo o Quem dera ser um peixe, ele representa.

Muito embora a exterioridade de alvos e ameaças pudesse ser definida pelo movimento e tenha ele se constituído como um obstáculo visível, muitas vezes incômodo e sempre indesejado pelas autoridades, o maior trunfo do QDSP sempre foi o de se aproveitar de oportunidades políticas criadas a partir das inconsistências. Esse exemplo de atuação, baseada na astúcia, na capacidade de se aproveitar das fraquezas do adversário sem tentar medir forças com ele, construída no cotidiano dos embates, da resistência, penetrando como uma erva daninha nas aberturas do poder, seja ele midiático, seja institucional, para fraturá-lo por dentro, é característico do que Certeau entende por tática.

As entrevistas que conduzimos com membros do Quem dera ser um peixe ajudam a corroborar esse ponto de vista. Questionada se o uso da comunicação pelo QDSP obedeceu a uma estratégia pré-concebida ou se ela foi construindo na prática de atuação, A.S.⁸⁵ afirma:

⁸⁵ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

Inclusive no grupo, por pensamentos divergentes de como ser democrático, pessoas espontaneístas, há também os mais dirigistas, mas eu acho que a gente conseguiu chegar num meio termo interessante, uma organização mínima para democratizar o máximo possível, fazendo ações rizomáticas virarem virais e criando possibilidades de espontaneidade. Então houve estratégias pensadas de comunicação? Sim. De tirar diretrizes, de tirar princípios. Nós temos praticamente uma carta de princípios nossa. Usamos a informação de maneira ética, com fontes checadas. Nesse sentido, houve muita discussão sobre isso, positivas, e maneiras de organizar para não engessar, muito pelo contrário. Pensar em comunicação que pudesse ser a mais espontânea possível, uma espécie de tentar um equilíbrio de organização mínima, de pensar em estratégias de comunicação sem se fechar, sem ser engessada, e colocando como seus princípios a experimentação. Então tudo que é experimentação pode... Você não tem como ter um resultado previsto.

A fala de A.S. é muito esclarecedora nesse sentido. Para ela, havia, no QDSP, uma preocupação grande em estabelecer diretrizes gerais de atuação, tanto que ela cita a existência até de uma carta de princípios, com fundamento em uma atuação ética e que tivesse cuidado com as fontes de informação. Afinal de contas, sobre atores de ações coletivas pesam, em geral, dúvidas sobre a verdade de seu discurso e sobre a legitimidade de suas reivindicações. Por isso, havia a preocupação de expor as informações e denúncias sobre o Acuario, mas nunca de forma leviana. Motivo pelo qual cada novo dado trazido ao espaço público devia ser fundamentado com algum documento técnico ou com a fala de algum membro dos órgãos de fiscalização do Estado, por exemplo.

Apesar disso, na prática comunicativa do Quem dera ser um peixe, havia a intenção deliberada de não engessar a dinâmica de produção de conteúdo, mantendo um território de inventividade muito importante para a divulgação da pauta política e para o engajamento de novos participantes. Prova disso é que existia espaço para contribuições diversas, inclusive com oficinas, para democratizar o conhecimento das ferramentas de comunicação disponíveis na Rede, estimulando uma produção comunicativa horizontal, dinâmica e participativa. A quantidade enorme de memes produzidos provavelmente não teria sido possível sem a formatação fluida adotada pelo QDSP.

Havia, desse modo, uma grande liberdade e estímulo à produção de materiais por pessoas que apoiavam a causa mas não faziam parte da dinâmica do QDSP enquanto organização. Nesse mesmo compasso, havia ainda um controle do frouxo da informação veiculada.

Como destaca R.V.⁸⁶, nos momentos de maior efervescência, as pessoas acabavam produzindo muito material, e o controle que se dava era feito apenas pelos moderadores das páginas, mas sem que houvesse uma organização para tanto. Ela traz um

⁸⁶ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

relato de fotos que foram tiradas em um cortejo realizado em uma “Inundação”, sem que ninguém tivesse ficado responsável de fazer isso.

Se na fala de A.S.⁸⁷ há um certo destaque para a estratégia no fazer comunicativo do QDSP, embora reconheça as diversas aberturas existentes para contribuições espontâneas e fluidas, para R.V.⁸⁸, a comunicação feito pelo grupo era totalmente espontânea.

Não havia um “vamos sentar para planejar como vão ser as ações do Quem dera ser um peixe”. Era de uma forma muito mais espontânea, e a programação que era criada fomentava a forma como ia se fazer comunicação. As páginas do Quem dera ser um peixe se utilizaram muito de memes, de montagens, de paródias... Isso se dava de uma forma espontânea. Uma pessoa fazia e mandava, e a página publicava. Hoje a página tem vários moderadores, mas antes era a R.N. e a A.S.. Uma pessoa fazia um meme e mandava, e isso acontecia de uma forma muito espontânea. As coisas aconteciam de uma forma colaborativa, orgânica e espontânea. Não havia um planejamento prévio do que seria feito. E isso tem muita ligação com o tom do movimento. O fato de ter essa espontaneidade... porque era um ciclo. O fato de ser espontâneo alimentava o fato de ser coloquial, e o fato de ser coloquial alimentava a espontaneidade. Como primeiro o movimento se dividiu nessas frentes de atuação. Então algumas pessoas eram mais responsáveis por uma coisa e outras por outras coisas. Mas, dentro disso, quanto mais pessoas se aproximavam surgiam esses memes... Eu lembro que no Ocupe Acquário, a gente fazia meme a cada cinco minutos para chamar as pessoas. E também tem muito uma coisa assim: “Eu não sei mexer nesse programa; Eu tive essa ideia. Faz aí para mim”.

Já na opinião de B.L.⁸⁹, havia pontos de organização, mas estes, muitas vezes, eram extrapolados.

Por exemplo, em reuniões que eu participei as atividades eram distribuídas, mas não dava certo. Estava todo mundo ocupado com a campanha do Renato. Algumas pessoas ficavam sobrecarregadas. Mas existiam planos de como fazer para se comunicar: o plano de se trabalhar com memes e não com blocos de informações, não com textos enormes, isso se pensou, mas o fluxo cotidiano não obedecia a isso, não é? Porque os tempos das pessoas são diferentes. E foi a dinâmica de coletivo que o Quem dera ser um peixe teve nesse caso, de ter uma organização, de saber o que você queria passar. Informações grandes, completas, iam para o blog. E isso era uma coisa que o Quem dera ser um peixe sabia fazer – usar cada rede social como ela foi concebida. Se eu tenho o Facebook, não vou fazer textos enormes nele, porque as visualizações vão cair. Acho que a A.S. sempre trouxe muito isso, e isso era uma coisa muito nova. Inclusive para a gente da comunicação também. A organização de se pensar o que se postaria, isso existiu, mas não funcionava sempre, porque eram tempos diferentes.

Do ponto de vista de B.L., havia uma tentativa de organização que, muitas vezes, era frustrada pela dinâmica dos acontecimentos e pela diversidade de investimentos de tempo e dedicação das pessoas que participavam do Quem dera ser um peixe. Diante de um cenário político tão dinâmico e de uma forma de organização tão fluida e nova para a qual faltavam

⁸⁷ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

⁸⁸ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

⁸⁹ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

dinâmicas de ação cristalizadas, tivesse o QDSP apostado em uma centralização da produção das informações e em linhas de atuação mais engessadas, ele certamente não teria conquistado o alcance que obteve, nem veiculado informações em um volume tão grande, mesmo não contando com tantos participantes.

A opinião de A.B.⁹⁰ sobre a lógica de comunicação que atravessava o Quem dera ser um peixe vai ao encontro da posição de B.L., destacada acima. Para ela:

Eu acho que foi se construindo na prática de comunicação embora nós tenhamos tentado estabelecer algumas estratégias mais planejadas. A gente chegou a dizer: “Quem mexe na página é fulano e fulano; quem cuida da página é sicrano; quem cuida dos memes é tal pessoa”. Mas isso foi se dando na prática. Acho que uma coisa bacana foi a democratização do uso. O Quem dera ser um peixe era um grupo no Facebook que não eram 500 pessoas, mas tinha um núcleo que, de fato, entre dez e 15 pessoas, que realmente se viam, que se articulavam presencialmente às vezes, e dessas pessoas todas tinham acesso à página, de fazer postagens. E essa democratização deu uma velocidade, permitiu que várias pessoas encampassem distintas iniciativas. Então as postagens eram feitas por várias pessoas. Depois com o tempo isso começou a se centralizar, porque algumas pessoas tinham mais habilidade do que outras, tinham mais tempo, mas inicialmente isso foi de uma forma espontânea do meu ponto de vista.

Das falas dos integrantes do QDSP, os quais participaram ativamente da produção de conteúdos comunicacionais durante todo o período de atividade, podemos observar que, de fato, a comunicação não foi manejada de modo puramente estratégico. Havia, como ressaltaram A.S., B.L. e A.B., linhas gerais de organização, mas a multiplicidade de participantes, os diferentes investimentos de tempo, a diversidade dos canais de veiculação de informação, a pluralidade de linguagens utilizadas, a espontaneidade da produção de conteúdo, tudo foi constituído na prática, no cotidiano dos embates, dentro das rachaduras do poder instituído, o que nos leva a crer que, de fato, a prática comunicativa do QDSP não se enquadra exatamente nem só como estratégia, nem só como tática, possuindo características que a fazem se aproximar ora de uma, ora de outra.

Apesar das dificuldades que se impõem quando tentamos nos acercar conceitualmente dos fenômenos sociais – sempre mutáveis, dinâmicos, complexos e imprevisíveis –, é necessário não se furtar à realização dessa tarefa. Parte deste trabalho, também, é refletir sobre categorias já existentes e a possibilidade de sua aplicação a novos fatos sociais, os quais continuam a surgir a todo momento e sempre com outras nuances, exigindo do pesquisador a disposição constante de rever seus pontos de vista e lugares de segurança. Desse modo, longe de ser um mero exercício formal, compreender a prática comunicativa do QDSP, com base nos conceitos cersteunianos discutidos, tem o potencial de

⁹⁰ Entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2015.

servir de apoio a uma compreensão mais acurada do tipo de trabalho desenvolvido pelo grupo, bem como de sua intencionalidade e capacidade de produzir novas experiências de ativismo, além de tentar oferecer alguma contribuição a certas indefinições terminológicas presentes na literatura sobre ações coletivas.

3.4 A prática comunicativa do QDSP na constituição de uma rede de mobilização social

A compreensão de como se deu, por meio das redes sociais e da utilização das ferramentas de comunicação gratuitas disponibilizadas na internet, em especial o Facebook, a mobilização em torno da luta contra o Acquario e das demais pautas que com ela dialogavam, implícita ou explicitamente, não estaria completa a menos que levássemos em conta de que modo a organização do QDSP influenciou, ou mesmo determinou, sua prática comunicativa.

Diante de tudo que observamos, dos dados da pesquisa, das conversas e contatos que estabelecemos com os integrantes, entendemos haver um paralelo estreito entre a organização do Quem dera ser um peixe, enquanto experiência de ação coletiva, e o modo como a comunicação era pensada, produzida, veiculada e articulada dentro dele. Acreditamos mesmo que qualquer reflexão sobre o QDSP, seja sob o aspecto de sua prática comunicativa, das intervenções estéticas que propôs na cidade, da relação que estabeleceu com o Poço da Draga, passa pelo modo de organização que era posto em ação. É possível, inclusive, e é essa uma hipótese que não teremos espaço de investigar com profundidade aqui, sugerir que a lógica de funcionamento da internet, baseada na interação por meio de redes, no colaborativismo, na fluidez, na capacidade de fazer rizoma, de acolher diferentes ritmos de contribuição, tenha conformado não só a lógica de produção da informação, mas também a própria maneira de o Quem dera ser um peixe se organizar.

A.S.⁹¹ faz uma reflexão interessante sobre as implicações do modelo organizativo adotado pelo Quem dera ser um peixe na prática comunicativa. De acordo com ela, partindo de certos princípios partilhados por todos, pressuposto para qualquer ação política que se pretenda coletiva, o grupo se constituiu de forma descentralizada, desburocratizada, baseando-se na tomada de decisões democráticas a partir de processos deliberativos horizontais, rejeitando a figura de representantes ou líderes que pudessem falar em seu nome. Havia, também, a preocupação constante na elaboração de mecanismos de organização política que pudessem proporcionar uma prática política efetivamente democrática. Nesse sentido, A.B.⁹²

⁹¹ Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2015.

⁹² Entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2015.

destaca o papel que a invenção de formas, tanto de organização como de comunicação, exerceu na prática do QDSP enquanto ação coletiva. Para ela, um dos maiores méritos alcançados pelo Quem dera ser um peixe foi o modo como se mostrou para o mundo. Sobre pensar a forma dentro de uma ação política, ela tem a seguinte posição:

Aí a estética é dura: é aquele punho levantado, aquela foice e o martelo. E tem um dado de gasto simbólico que não é quantificado, mas isso é nossa herança. A gente não tem arte na escola, então a gente vai seguindo endurecido e reconhecendo na dureza a força. Não é. É preciso que surja um Dzi Croquetes para que as pessoas sintam o vento no rosto. A revolução para mim é arte. Nesse sentido de mexer com o que está posto; não é nem criar, é inventar. Aí eu estou com o Hélio Oiticica. Ele não gostava da palavra criatividade, ele gostava da palavra invenção. Porque a criatividade parece que você sempre tem que criar uma coisa nova, ela já tá capturada pela ideia do *marketing*. A invenção para mim é um processo de via de mão dupla. Você só inventa o mundo se você se reinventa. Ela tem um processo de refazimento próprio e essa para mim é a condição de estar vivo, é a condição da revolução. Você vai fazer o quê quando chegar no poder? Vai fazer as mesmas coisas, vai usar as mesmas fórmulas?

Tal processo de invenção formal está implicado também na elaboração de outros campos simbólicos, de engajamento e produção de sentido, o que passa necessariamente pela elaboração de um outro fazer comunicativo.

À tentativa de responder a esses anseios, a essa vontade de elaboração de novas formas de ação coletiva, correspondeu a invenção de estruturas comunicativas que pudessem dar conta dessa potência. Por isso é que o espectro de ferramentas comunicacionais é tão vasto na prática do Quem dera ser um peixe. Tão importante quanto a utilização de plataformas intermediárias e de produtos comunicacionais que aproveitassem ao máximo as especificidades de cada uma delas foi a criação de um novo imaginário de ocupação da cidade – comunicado pelo QDSP por meio de uma intervenção carnavalesca ou de encontros presenciais onde se fazia política mobilizando um território simbólico de pertencimento. Por exemplo, quando o QDSP se vestia de azul e saía em cortejo pela Praia de Iracema, próximo ao local onde o Acquario Ceará estava sendo construído, demarcava uma territorialidade, um espaço que era reivindicado, ao mesmo tempo em que estabelecia um poderoso canal de comunicação com as pessoas por onde passava.

Todos esses componentes tornam a análise de qualquer aspecto do Quem dera ser um peixe uma tarefa complexa, pois temos a constante impressão de estarmos diante do novo, de algo que carece ainda de ferramentas conceituais que consigam dar conta dele propriamente.

No que concerne mais especificamente ao escopo de nossa pesquisa, acreditamos que a compreensão do Quem dera ser um peixe como uma rede de mobilização social pode ajudar a estabelecer os pressupostos implícitos de constituição tanto de sua prática

comunicativa, quanto de sua organização política. Nas palavras de B.L.⁹³, pode ser assim descrita:

Eu acho que é por isso que ele tem muitas características de coletivo, porque a prática comunicativa dele é muito permeável, muito aberta. Acho que o movimento social não tem essa abertura toda. A relação é bem nesse aspecto de todo mundo pode fazer isso. O Quem dera ser um peixe capacita muito. Desde o começo existia oficina de edição, oficina de meme. O objetivo do Quem dera ser um peixe sempre foi muito claro foi capacitar todo mundo que estava interessado em construir o movimento a conseguir comunicar e fazer aquilo para o coletivo. Pra mim, apesar de existirem lideranças naturais, o Quem dera não centralizou a comunicação. Acho que ele tem essa abertura para quem estava interessado. A forma como se organiza se encaixa talvez nisso. A comunicação é o fator que encaixa o Quem dera como coletivo. Nessa comunicação que dá origem a essa permeabilidade dele. Penso muito no Quem dera se constituindo como onda: ele vai, quebra e depois volta. Muita gente que era muito ativa se afastou, e tem gente que continua ali, mas é muito difícil dizer quem é do Quem dera. Tem gente que se aproxima uma vez, e dá para dizer que é do Quem dera? Mas, se uma pessoa disser que ela é, ela é. O Quem dera ser um peixe foi o primeiro movimento com que eu me identifiquei, mas fico pensando quem determina quem é e quem não é.

Para ela, é a comunicação que dá origem à permeabilidade do QDSP; são seus canais de comunicação; é a rede de apoio, de compartilhamento de informações e de produção de conteúdo que possibilita a realização da dinâmica de funcionamento, a qual tem a capacidade de comportar diversos ritmos de contribuição e participação. Como B.L. mesma coloca, muitas vezes o QDSP se comporta como uma onda, quebrando para depois se recolher. A internet serviu de suporte material e técnico para a criação dessa rede de mobilização que tinha como objetivo imediato se opor ao empreendimento governamental, mas que acabou pautando questões de fundo que dialogavam com a invenção de novas maneiras de fazer política e de se mobilizar para a ação.

Segundo R.V.⁹⁴:

Se a gente for pensar em termos de rede social, é uma rede social, porque são pessoas que estão se encontrando por interesses comuns, mas são pessoas que pensam diferente, se expressam de forma diferente. Tem um recorte que são pessoas que transitam nos mesmos lugares, discutem pautas parecidas. Rede social, acho que é um conceito interessante, mas as pessoas têm muito preconceito com esse nome, rede social. Por isso que eu me incomodo quando as pessoas dizem: “Vamos sair das redes sociais e ocupar as ruas”. Aí eu digo assim: “E rede social significa o quê?” Porque a gente vive em rede social. Rede social, a gente tem na nossa vida. E essa diferenciação de “Vamos sair das redes e ocupar as ruas”, eu acho que é de uma imaturidade. Enquanto os sistemas estão aqui no entendimento, as pessoas estão brigando. É um fluxo que está sendo percebido pelas grandes corporações, mas que a gente, a esquerda revolucionária, não consegue perceber.

Tentando refinar um pouco mais a percepção que R.V.⁹⁵ nos apresenta, parece possível afirmar que o Quem dera ser um peixe se trata, na verdade, de uma rede de

⁹³ Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

⁹⁴ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2015.

mobilização social. No artigo “Redes de mobilização social: as práticas informacionais do Greenpeace”, Morigi e Krebs, ao analisar o *site* do Greenpeace como uma plataforma onde a circulação de informações sobre o meio ambiente mobiliza uma pluralidade de atores sociais, concluem que:

(...) a informação (enquanto fenômeno sócio-cultural) tem papel mobilizador dos sujeitos através das ações motivadas pelas práticas informacionais e pela construção do conhecimento gerado pelas experiências dos indivíduos, tornando-os protagonistas do fazer social no seu contexto local e global (p.134, 2012).

Em outras palavras, os autores atribuem à comunicação e ao trânsito da informação, por meio das redes – sejam elas virtuais, sejam reais –, o papel de catalisador de processos de mobilização de indivíduos em torno de causas comuns, identificando no Greenpeace “a partilha de uma lógica de organização com o caráter de rede” (MORIGI & KREBS, p.134, 2012) por meio da qual as pessoas podem interagir em um espaço não hierárquico.

Esse é o contexto apresentado pelos autores quando eles vão se referir às redes de mobilização social, as quais têm como suporte material as tecnologias digitais e a internet, utilizando a comunicação em rede como estratégia

(...) que possibilita o acesso às informações e a participação dos cidadãos em diversos locais, em casa, no trabalho ou mesmo nos momentos de lazer. As redes sociais de mobilização a partir do pensamento sistêmico auxiliam a pensar o mundo a partir de suas conexões, dos seus padrões, das suas relações e dos seus contextos (MORIGI & KREBS, p. 135, 2012).

Da mesma forma, contaminada pela estrutura das redes, a organização do Quem dera ser um peixe obedecia a uma lógica de encontros presenciais alimentados por informações e dados que circulavam nas plataformas do grupo, cujo papel central era servir tanto de espaço de interação entre o QDSP e os usuários da rede quanto de veiculador de notícias, denúncias e informações sobre o Acquario Ceará, gerando mobilização e apoio às pautas. Nesse sentido, o Quem dera ser um peixe servia como mediador entre as informações sobre o oceanário, obtidas em investigação e traduzidas, e a sociedade civil, armando-a de conhecimento que poderia ser utilizado de modo estratégico contra a obra e todos os interesses que ela representa.

Essas informações cumpriam a função de subsidiar a formação de um ativismo informado e estratégico, o qual, mesmo não contando com um número grande de pessoas na dinâmica diária do grupo, conseguiu exercer uma pressão considerável sobre o governo do

⁹⁵ Idem.

Estado do Ceará. Atualmente, a obra está paralisada desde fevereiro de 2015 e sem previsão de ser retomada.

Podemos dizer, em resumo, que o Quem dera ser um peixe se organizava em torno da produção de informações, tarefa que se dava por meio da utilização de diversas estratégias/táticas comunicacionais, as quais fomos citando ao longo do trabalho, a fim de gerar uma rede de mobilização cujo escopo imediato era conseguir a paralisação das obras do Acquario Ceará e a responsabilização das autoridades envolvidas na construção. E que a formulação de uma constituição baseada em rede atendeu à necessidade de ativação de uma rede informacional, capaz de envolver “os sujeitos da rede – ativistas, simpatizantes, voluntários, não-voluntários, familiares e amigos de voluntários – numa constante troca de informações e a transformação dessa informação em conhecimento” (MORIGI & KREBS, p. 138, 2012).

Portanto, no contexto em que, conforme afirmam Morigi e Krebs (2012), a informação é capaz de transformar as pessoas em protagonistas da ação política, ao fomentar processos dialógicos, de construção discursiva, e tornar os cidadãos conscientes da responsabilidade enquanto sujeito legítimo para a realização do controle social sobre o Estado, as práticas de comunicação assumem uma tarefa central, ao mobilizar e fornecer as ferramentas necessárias para uma incidência política concreta em um cenário como, por exemplo, foi o da construção do Acquario Ceará.

Como afirma R.V.⁹⁶, a constituição dessa rede de mobilização foi fruto de uma conjuntura em que o Quem dera ser um peixe sabia muito mais o que não queria ser do que, de fato, o que queria ser; nasceu da negação a processos já estabelecidos, tentando promover rupturas a longo prazo e se distanciando de modelos anteriormente concebidos de ação coletiva, os quais julgavam aquém da demandas identificadas em uma luta social que se travou mais no fluxo dos afetos e nos diferentes investimentos possíveis do que num protocolo de ações disciplinadas e permanentes.

Em nossa concepção, a Rede – por ser multiforme, aproximando atores sociais diversos e possibilitando o diálogo entre diferentes interesses e valores (SCHERER-WARREN, 2006) – veio atender a essa demanda específica do Quem dera ser um peixe, tendo sido utilizada com sucesso, embora nos últimos tempos tenha experimentado um enfraquecimento considerável, coincidindo com a escassez dos encontros presenciais.

⁹⁶ Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ponto que nos chamou atenção em relação ao Quem dera ser um peixe, quando começamos a nos acercar do uso que dava para as redes sociais na tentativa de produzir engajamento e mobilização contra o Acquario Ceará, foi o tipo de modelo de ação coletiva ao qual ele se vinculava. A princípio, parecia-nos claro que se tratava de um movimento social. Inclusive esse era o termo escolhido por seus participantes, quando se referiam ao Quem dera ser um peixe nos espaços de fala pública. No entanto, ao estabelecer um contato mais próximo, o que incluía a participação e acompanhamento não só do material produzido e veiculado na internet, mas, também, dos espaços de articulação, dos encontros presenciais e das reuniões, percebemos, aos poucos, que “movimento social” não parecia ser de fato a terminologia mais adequada.

Se “movimento social”, então, não era capaz de dar conta de dizer tudo o que o Quem dera ser um peixe era, colocamo-nos à procura de outros modelos de ação coletiva que pudessem se adequar melhor à tarefa de categorizá-lo. Essa foi uma preocupação constante para nós desde o início do trabalho, pois reconhecemos que, muito mais do que uma demanda puramente acadêmica ou meramente formal, a tentativa de delimitar conceitualmente um fenômeno é essencial ao processo de produção do pensamento, já que os conceitos são as únicas ferramentas que possuímos para interpretar a realidade, ainda que isso seja muitas vezes incompleto e insuficiente. E o que também reforçava em nós a crença na necessidade de buscar uma conceituação mais apropriada ao Quem dera ser um peixe era a hipótese de que essa questão estava profundamente imbricada no exercício da prática comunicativa do grupo, objetivo central da pesquisa.

Foi nesse contexto que nos debruçamos sobre os coletivos, sobre seu modo peculiar de funcionamento, seus pressupostos, fundamentos históricos e ancoragens ideológicas. Se o Quem dera ser um peixe não se enquadrava como movimento social a resposta mais lógica era de que, talvez, ele fosse um coletivo, com tudo que o termo implica. Ainda assim, mais uma vez, o QDSP se mostrou avesso a delimitações conceituais. Diferentemente dos coletivos, ele possuía, por exemplo, um objetivo muito claro em sua atuação: impedir que as obras do Acquario Ceará prosseguissem, além de buscar a responsabilização criminal dos envolvidos. Apesar da dinâmica comportar uma boa dose de fluidez, permitindo diferentes investimentos de tempo e compromisso, da existência de discursos e ideologias polifônicas, das constantes crises que são marca de qualquer coletivo,

havia uma luta muito concreta levada a cabo pelo QDSP, a qual foi capaz de gerar uma densidade social relevante, a ponto de infligir derrotas importantes ao governo estadual.

Com essas questões em suspenso, talvez intuitivamente, recorremos ao campo, para tentar encontrar algumas respostas. Resolvemos procurar alguns membros que havíamos identificado como mais assíduos na dinâmica do Quem dera ser um peixe, a fim de saber, na opinião de quem constrói a ação coletiva, a qual tradição a prática do grupo se alinhava. As respostas foram várias. A ausência de consenso sobre esse ponto nos deu confiança na aposta que fizemos sobre a relevância da questão e nos mobilizou a continuar nossa investigação.

Das leituras dos autores e no corpo a corpo com o campo, chegamos à conclusão de que o Quem dera ser um peixe, na verdade, apesar de possuir características dos dois, não pode ser definido nem só como movimento social, nem só como coletivo. Ação coletiva híbrida, o grupo, como passamos a chamá-lo ao longo do trabalho apresentava traços que ora o deixavam mais próximo do que seria um movimento social, ora se desviava dessa tradição para se aproximar da experiência proposta pelos coletivos.

Apesar de reconhecermos a importância da discussão, por ser este um trabalho que se afirma no campo da comunicação e não no da sociologia, achamos por bem deixar a questão em aberto. À medida que adentramos no estudo do uso das ferramentas de comunicação pelo Quem dera ser um peixe e ao visualizarmos quanto o processo de produção da informação estava estreitamente ligado ao modo de se constituir enquanto ação coletiva, passamos a sugerir que ele se tratava, na verdade, de uma rede de mobilização social. Admitimos que esse apontamento carece de maiores desenvolvimentos, servindo mais como abertura para uma nova e promissora trilha investigativa, capaz de revelar as conexões entre a comunicação produzida pelo grupo em suas mais diversas camadas e sua dinâmica de funcionamento em rede.

Outro pressuposto que tomávamos como certo no início da pesquisa e que também não resistiu ao confronto com os aportes teóricos e com os elementos do campo foi a centralidade que atribuíamos à internet como instituidora de processos de mobilização social. Essa concepção tinha por base o juízo formado durante o período das Jornadas de Junho de 2013 de que uma simples convocação no Facebook era capaz de colocar milhares de pessoas na rua; e também de que o Quem dera ser um peixe havia começado com o simples compartilhamento de uma foto retratando o início das obras, no perfil pessoal de um dos futuros integrantes.

Por meio de um gradual amadurecimento teórico e político, nos demos conta de que a internet, apesar da enorme importância nos processos sociais e de mobilização política,

ao catalisar a formação de redes de contato e de informação, essenciais a qualquer ação de escala, por si só não é capaz de instituir resistências e movimentos contra-hegemônicos, sendo deles “apenas” suporte. Prova disso, no caso das Jornadas de Junho, foi o encolhimento paulatino da adesão aos protestos de rua, à medida que se multiplicavam os eventos no Facebook, convocando outras manifestações.

No caso do Quem dera ser um peixe, em especial, o papel da internet para o grupo foi sendo relativizado quando nos demos conta de que não foi somente o compartilhamento da foto que deu azo à vontade das pessoas de se unirem e fazerem algo a respeito do Acquario. Quem primeiro aderiu à iniciativa possuía um histórico de luta e um engajamento prévio relativamente a questões ligadas à cidade, partilhando algumas perspectivas em comum, circulando nos mesmos espaços, fazendo parte das mesmas redes. O Quem dera ser um peixe, portanto, não brotou da internet como uma novidade sem vinculações históricas. Ao contrário, ele advém de experiências sociais pretéritas, de processos políticos que possuíam um lastro, um acúmulo, que culminou na constituição de um tipo muito peculiar de ação coletiva, que carregava, em si, características de diferentes tipos de ativismo. Outro indício muito forte de que a internet tem um papel importante, mas, por si mesma, não consegue inaugurar processos de resistência, foi a queda na adesão das atividades do grupo, à medida que a cultura dos encontros presenciais foi-se perdendo. Hoje em dia, os integrantes do Quem dera ser um peixe pouco se encontram, e isso se reflete em uma queda acentuada, ao longo dos anos, do uso das ferramentas de comunicação disponíveis na internet.

Como já dissemos, apesar de não conferirmos à internet o poder de instituir processos de resistência, é inegável o papel que ela desempenha como aceleradora de processos sociais e de mobilizações políticos por sua capacidade extraordinária de conectar as pessoas. Foi-se dando conta disso que o Quem dera ser um peixe fez uso de uma metodologia inédita de ativismo político, ao apostar nas ferramentas de comunicação e na produção de informação sobre o Acquario Ceará, a fim de gerar um debate esclarecido sobre a obra, o qual se fundamentava em dados técnicos, na legislação pertinente sobre o tema e na preocupação constante em veicular as informações colhidas de maneira acessível.

Constatamos que, dentro do Quem dera ser um peixe, o mecanismo que disparava os engajamentos e adesões pode ser assim descrito: a) a investigação dos documentos públicos sobre a obra e a articulação feita com o corpo técnico dos órgãos de fiscalização do estado gerava um sem-número de informações relevantes sobre o Acquario; b) tais informações eram veiculadas nos diversos canais de comunicação do QDSP na internet, de acordo com as características de cada um (no *blog*, optava-se pelo uso de textos mais longos;

no Facebook, pelo uso de memes, fotos e infográficos; no Twitter, pelo compartilhamento de links e provocações bem humoradas, e assim por diante); c) essas informações chegavam às pessoas, gerando engajamento e uma demanda pela produção de mais dados e denúncias sobre o oceanário, o que era feito por meio das investigações.

O que também saltou aos olhos, nesse processo, foi a preocupação sempre presente de não se furta ao debate nas redes sociais virtuais que utilizava, as quais se constituíam no principal canal de interação. Desse modo, para entender a prática comunicativa dessa rede de mobilização, tão importante quanto a descrição do processo foi a análise dos embates que tais interações disparavam, quando o Quem dera ser um peixe dialogava com interlocutores que apresentavam opiniões divergentes. Por meio da análise de mobilização de quadros, à camada descritiva, acrescentamos uma analítica, o que nos revelou como se dava o processo de alinhamento de quadros interpretativos entre o Quem dera ser um peixe e os outros debatedores. Em outras palavras, pudemos entender como o QDSP produzia entendimentos compartilhados sobre o empreendimento, fundamental para a mobilização que colocou em curso.

Pudemos constatar também que, com frequência, o QDSP conseguia, comparativamente aos outros debatedores, apresentar enquadramentos superiores, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, o que acabava fazendo com que ele dirigisse os alinhamentos de quadros de maneira ativa.

Além disso, é preciso destacar também que os integrantes do QDSP possuíam um entendimento amplo do que é fazer comunicação. Aliada à presença intensa nas redes sociais, o Quem dera ser um peixe realizou intervenções artísticas (criação de um bloco carnavalesco, oficinas de camiseta) e se colocou na rua de maneiras bastante criativas⁹⁷ para reivindicar um território de existência, tornar sua luta pública, pulsante e participava. Quem quisesse chegar era bem-vindo. Havia abertura para diversos níveis de participação, desde os mais episódicos, como a adesão a um cortejo, passando pelos mais engajados, dizendo respeito às atividades de articulação do grupo.

Não havia por parte do Quem dera ser um peixe uma separação clara entre o que era da ordem do “real” e do “virtual”. Essas duas camadas de interação se atravessavam por meio de um fluxo de reforço mútuo: a interação nas redes “reais” fomentava a interação nas redes “virtuais” e vice-versa. Esse foi o aspecto que tentamos demonstrar por meio da discussão sobre comunidades virtuais que realizamos no segundo capítulo.

⁹⁷ Em algumas “Inundações” eram realizados cortejos, por meio dos quais integrantes do grupo se vestiam de azul e cruzavam as ruas da Praia de Iracema.

A constituição dessa rede de pessoas conectadas pelo internet, dessa comunidade que borrava as fronteiras entre “real” e “virtual”, foi constituída na intenção de produzir contra-informação sobre o Acuario Ceará. A mídia corporativa precisa atender a demandas econômicas que passam ao largo do interesse público, por isso, muitas vezes, calou sobre as ilegalidades presentes na obra ou mesmo serviu como instrumento de propaganda. Apesar de tudo, a relação desses veículos com a notícia é bastante complexa e contraditória, haja vista as ocasiões em que o Quem dera ser um peixe conseguiu pautar alguns jornais de grande circulação no Estado.

O uso que o QDSP fazia do “arsenal” comunicativo oscilou entre o recurso a ações pensadas, refletidas, obedecendo a diretrizes estabelecidas, e a ações espontâneas, construídas na prática do dia a dia, no embate corpo a corpo, o que lhe conferiu uma dinâmica complexa, aliando a presença de uma estrutura de atuação a um vasto terreno para a invenção e o surgimento do novo.

À guisa de conclusão, entendemos que o Quem dera ser um peixe representou e ainda representa uma importante experiência de ação coletiva não só na cidade do Fortaleza, como também no país, uma vez que, de maneira autônoma e auto-organizada, lançou-se ao projeto de pensar a política sobre novas bases, tendo como mote o estabelecimento de uma luta concreta e real, valendo-se da comunicação, da informação e da invenção como principal arma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

AGUERO, Rosemere de Almeida. **A construção do discurso sobre o trabalho infantil: mídia, imagens e poder**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, 2008.

ALBERT, Michael. **Buscando a autogestão**. In: Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas. São Paulo: Faísca, 2004.

ALTHUSSER, L. **Lo que no puede durar en el Partido Comunista**. Madrid: Siglo XXI, 1978.

_____. **Machiavel**. In : _____. *L'avenir dure longtemps*. Paris: Stock, 1994.

_____. **Machiavel et nous**. In : _____. *Écrits philosophiques et politiques*. T. II. Paris : Stock, 1997.

_____. **La solitude de Machiavel**. In: SINTOMER, Y. (org.). *Solitude de Machiavel*. Paris: PUF, 1998.

AMADEU, Sérgio. **Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública**. In: PRETTO, Nelson e AMADEU, S. (org.) *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA. Disponível: < <http://books.scielo.org/id/22qtc>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

AMARAL; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. **Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital e cibercultura**. In: Revista Famecos nº20, dezembro de 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/4829/3687>

AMARAL, A., RECUERO, R., MONTARDO, S. **Blogs: mapeando um objeto**. In: Anais do GT História da Mídia Digital do VI Congresso Nacional de História da Mídia, Niterói, UFF, Rio de Janeiro, 2008.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. **The emergency of Noopolitik: Toward an American Information Strategy.** Santa Monica, CA: RAND National Defense Institute, 1999.

ASCOTT, Roy. **Telematic Embrace: visionary theories of art, technology, and consciousness.** Berkeley: University of California Press, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. **Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment.** Annual Review of Sociology, v. 26, 2000, pp. 611-639.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Espinosa "Espinosa e a crítica da política dos afetos tristes"** In: ACHEGAS.net, v. 41, 2009, p. 104-120. ISSN: 1677-8855.

BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades do campos.** In: Bourdieu, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

_____. 1983. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 89-94.

_____. **O Campo Político.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

CÂMARA aprova urgência para projeto de plebiscito sobre construção do aquário. O Povo, Política, 03 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2013/07/03/noticiaspoliticas,3085449/camara-aprova-urgencia-para-projeto-de-plebiscito-sobre-construcao-do.shtml>>. Acesso em: 2 de set. de 2014.

CASTELLS, Manuel. **Galáxia da Internet: reflexão sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara. **A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo sobre memes dos debates nas eleições de 2014.** Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura política, comportamento e opinião pública do VI Congresso da Associação Brasileira de

Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

CORO. **Horizonte Nômade. Coro – Colaboradores em Redes e Associações.** Disponível em: < <http://corocoletivo.org/horizonte-nomade/>>. Acesso em: 23 abril. 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** 1. Trad. Luiz B. L. Orlandi. ed. 34. 2010 [1972].

DELEUZE, GILLES; GUATTARI, FÉLIX. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. 5.** São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G. & PARNET, C. (1998) **Diálogos** (E. A. Ribeiro, Trad.) São Paulo: Escuta. (Originalmente publicado em 1977)

ESCÓSSIA, Liliana da. **Coletivizar.** Pesquisar na Diferença: um abecedário. v. 1, p. 53-57. 2012.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. **O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade.** Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n.2, p. 295-304, mai/ago. 2005.

FACEBOOK. Quem Dera Ser um Peixe. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/quemderaserumpeixe/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 21 jan. 2013a.

FACEBOOK. PeixuxaAcuario. Perfil social. Disponível em: <<https://www.facebook.com/peixuxa.acuario>>. Acesso em: 21 jan. 2013b.

FAVELA É ISSO AÍ. Coletivos de arte: uma alternativa para vencer as dificuldades. Disponível em: < <http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=41>>. Acesso em: 22 abril 2014.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**/Eduardo Galeano; tradução de Sérgio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**. New York: Harper, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2012.

GOMES, Wilson. **Participação política online: questões e hipóteses**. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco J. A. (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GRABER, David. **Anarquismo no Século XXI e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

HARDT, Michael; Negri, Antonio. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HARVEY, David. **The Right to the City**. *New Left Review* 53, September – October, 2008.

HUSSAK v.V. RAMOS, P.; COSTA, A. A.. **Sobre a Comunidade que vem em Giorgio Agamben**. In: *Ética e Alteridade*, 2010, Seropédica. *Ética e Alteridade*. Seropédica: Edur, 2010.

IANNI, O. The electronic prince. *Perspectivas* (São Paulo), v.22, p.11-29, 1999.

IPHAN entra na polêmica do Acquario. *O Povo. Economia*. 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2012/03/14/noticiasjornaleconomia,2801001/iphan-entra-na-polemica-do-acquario.shtml>>. Acesso em: 2 setembro de 2014.

KARNAL, Leandro [et al.]. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPEZ, Fábio Lopez. **Poder e Domínio: uma visão anarquista**. Faísca, 2013.

MACHADO, Jorge Alberto S.. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Sociologias, Porto Alegre, n. 18, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>>.

MAFESSOLI, Michel. **O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política**. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco J. A. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco G.. **De máquinas y seres vivos. Autopoiesis: La organización de lo vivo**. Santiago: Editorial Universitaria, 1998.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento – diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 79, pp. 187-234.

MIGLIORIN, Cezar. **O que é um coletivo**. In: Liv & Ingmar, Teia, Dizer o Indizível. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2012.

MORIGI, Valdir Jose; KREBSS, Luciana Monteiro. **Redes de mobilização social: as práticas informacionais do Greepeace**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v. 22, n.3, p. 133-142, set./dez. 2012.

MORLEY, David. **Televisión, audiencias y estudios culturales**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1996.

NARVAZ, Martha G. e KOLLER, Sílvia H. **Metodologia Feminista e Estudo de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v.11, n.3, p.647-654, 2006. Licença Creative Commons. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-3722006000300021&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2010.

NUNES, Jordão Horta. **A teoria do frame e a análise dos novos movimentos sociais.** In: 35º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu (MG), Out. 2011.

ONG DENUNCIA construção de muro próximo à obra do Acquario. O Povo, Fortaleza, 18 dez. 2013. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2013/12/18/noticiafortaleza,3178634/ong-denuncia-construcao-de-muro-proximo-a-obra-do-acquario.shtml>. Acesso em: 3 maio de 2014.

PASQUINO, Gianfranco. **Movimentos Sociais.** In BOBBIO, N; PASQUINO, G; MATTEUCCI (Eds.) Dicionário de Política. Vol. 2, pp. 787-92. Brasília: Ed. UnB, 1994.

PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Comitês Populares. Disponível em: http://portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=360&Itemid=278. Acesso em: 22 de abril, 2014.

PELBART, Peter Pal. **Exclusão e biopotência no coração do Império.** In: Multitudes – Revue politique, artistique et philosophique. França, 2002.

_____. **Vida Capital: Ensaios de biopolítica.** 1ª ed. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011.

PRIMEIRA fase do Acquario Ceará orçada em R\$ 22,6 mi. O Povo, Fortaleza, 11 mar. 2008. Disponível em: www.portalcompras.ce.gov.br/noticias/primeira-fase-do-acquario-ceara-orcada-em-r-22-6. Acesso em: 8 agot. 2014.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mobilizar é comunicar estruturas interpretativas: apontamentos para discussão e pesquisa sobre a comunicação dos atores coletivos.** In: 21º Encontro Anual da Compós, Juiz de Fora (MG), Jun. 2012.

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza; SILVA JÚNIOR, José Geraldo. **A comunicação política das micromobilizações na internet:** uma proposta metodológica a partir da observação do hip hop em Curitiba. In: 23º Encontro Anual da Compós, Belém (PA), Maio 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**/Raquel Recuero. 2ª ed – Porto Alegre: Sulina, 2011. (Coleção Cibercultura). 206p.

RHEINGOLD, Howard. **The Virtual Community**. MIT Press, 1993.

RODRIGUES, Neivania Silva. **O Movimento dos Peixes:** do Acquário às Ruas. 2013. 111f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

RODRÍGUEZ, Pablo. Prólogo. **El modo de existencia de una filosofía nueva**. In: El modo de existencia de los objetos técnicos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

ROSA, Iara Bethania Rial. **Os movimentos sociais conectados: a voz zapatista que ecoa na Internet**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2013.

RÜDIGER, Francisco. **Cibercultura e pós-humanismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano**. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 22. Dezembro, 2003.

SANTAFÉ, Vladimir Lacerda. **Da biopolítica dos movimentos sociais à batalha nas redes:** vozes autônomas. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conocer desde el Sur: Para una cultura política emancipatoria**. La Paz: Plural Editores, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, v. 21, n.1, p. 109-130, 2006.

_____. **Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória**. Conferência de abertura à Sessão 4 - O “global” em questão: redes e movimentos sociais transnacionais, no Seminário Nacional “Movimentos Sociais e os novos sentidos da política”, 5 a 7 de junho de 2008, PPGCS/UFBA, Salvador.

_____. **Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política**. Caderno CRH, Salvador, v.27, n 71, p. 417-429, Maio/Ago, 2014.

_____. **Movimentos Sociais e pós-colonialismo na América Latina**. Palestra proferida na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 28 a 31 de junho de 2009, Rio de Janeiro.

SCHIECK, Mônica. **Movimentos sociais contemporâneos: uma análise das tecnologias de comunicação e informação como ferramenta para a liberdade de expressão**/Mônica Schieck: orientador: Henrique Antoun – Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/ECO, 2011.

SHAH, Nishant. **PlayBlog: Pornography, performance and cyberspace**. Cut-up.com Magazine. Holanda, V.2.5, issue 42, 24/09,/2005. Disponível em: <http://www.cut-up.com/news/detail.php?sid=413>. Acesso em 14/03/2015.

SIMONDON, Gilbert. El modo de existencia de los objectos tecnicos. Buenos Aires, Prometeo, 2007. p. 09-24.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d’existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1989.
Software livre, cultura hacker e o ecossistema da colaboração / organização Vicente Macedo de Aguiar ; ilustrações Murilo Machado. - São Paulo: Momento Editorial, 2009.

SNOW, David A.; ROCHFORD, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D.. Frame Alignment Processes, **Micromobilization, and Movement Participation**. American Sociological Review, v.51, n. 4, 1986, pp. 464-481.

TAPUMES limitam acesso à praia perto do Acquário. O Povo. Cotidiano, 21 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/12/21/noticiasjornalcotidiano,3180215/tapumes-limitam-acesso-a-praia-perto-do-acquario.shtml>>. Acesso em: 8 maio de 2014.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: social movements and contentious politics**. 3rd ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

WEBER, José Fernandes. **As relações entre objeto técnico, mediação e ensino refletido da técnica em Simondon**. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa na região sul, 2012.

WELLMAN, Barry. **Physical place and cyberplace: the rise of networked individualism**. International Journal of Urban and Regional Research, 1. V. 25, 2001.

WELLMAN, Barry e GULIA, Milena. **Netsurfers don't ride alone: virtual communities as communities**. In: WELLMAN, Barry (org.), Networks in the Global Village, CO: Westview Press, 1999.

WORDPRESS. Quem dera ser um peixe. Blog (diário eletrônico) 30 de abril de 2012. Disponível em: <<https://acquarionao.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

YOUTUBE. Perfil social de Andréa Saraiva. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/andreasaraiva?feature=watch>>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

ZIZEK, Slavoy. **Have Michael Hardt and Antonio Negri Rewritten the Communist manifesto for the Twenty-First Century?**, Rethinking Marxism, Volume 13, number 3/4, 2001. Disponível em < <http://www.egs.edu/faculty/slavoj-zizek/articles/have-michael-hardt-and-antonio-negri-rewritten-the-communist-manifesto-for-the-twenty-first-century/>>. Acesso em 28/04/2015.